

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
MESTRADO EM PSICOLOGIA COGNITIVA**

FABIANA DE SOUZA E SILVA DANTAS

**ADOÇÃO TARDIA: PRODUÇÃO DE SENTIDO ACERCA
DA MATERNAGEM, PATERNAGEM E FILIAÇÃO.**

RECIFE – PE

FEVEREIRO/ 2009

FABIANA DE SOUZA E SILVA DANTAS

**ADOÇÃO TARDIA: PRODUÇÃO DE SENTIDO ACERCA
DA MATERNAGEM, PATERNAGEM E FILIAÇÃO.**

**Dissertação apresentada à Pós-graduação em
Psicologia Cognitiva da Universidade Federal
de Pernambuco como parte dos requisitos
necessários à obtenção do título de Mestre em
Psicologia.**

Orientadora: Sandra Patrícia Ataíde Ferreira, Dra.

RECIFE – PE

FEVEREIRO/ 2009

Dantas, Fabiana de Souza e Silva

Adoção tardia : produção de sentido acerca da maternagem, paternagem e filiação / Fabiana de Souza e Silva Dantas. – Recife: O Autor, 2009.

162 folhas : il., fig.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Psicologia, 2009.

Inclui: bibliografia e anexos.

1. Psicologia. 2. Adoção. 3. Filiação. 4. Maternidade. 5. Paternidade. 6. Linguagem – Sentidos. I. Título.

**159.9
150**

**CDU (2. ed.)
CDD (22. ed.)**

**UFPE
BCFCH2009/72**

FOLHA DE APROVAÇÃO

Fabiana de Souza e Silva Dantas

Adoção Tardia: produção de sentido acerca da maternagem, paternagem e filiação.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Cognitiva da Universidade Federal de Pernambuco para obtenção do título de Mestre.
Área de Concentração: Psicologia Cognitiva

Aprovado em: 16 de fevereiro de 2009

Banca Examinadora

Profa. Dra. Sandra Patrícia Ataíde Ferreira
Instituição: U.F.PE

Assinatura: 

Profa. Dra. Edilene Freire de Queiroz
Instituição: UNICAP

Assinatura: 

Profa. Dra. Luciane de Conti
Instituição: U.F.PE

Assinatura: 

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu querido pai, **Belmiro**, por todo apoio, carinho e atenção oferecidos em todos os momentos de minha vida.

À minha querida mãe, **Rubenice**, por ter caminhado ao meu lado durante a aprendizagem das primeiras letras, por ter lutado tantas vezes para que eu tivesse melhores oportunidades de estudo e pela paciência, amor e disponibilidade dedicados.

E ao meu amado esposo, **Alexandre**, pelas noites sem dormir, orações e conversas que tivemos ao longo de todo o mestrado, por ter compartilhado intensamente comigo o desejo que este sonho se realizasse.

Amo todos vocês!

AGRADECIMENTOS

Quando se consegue atingir grandes conquistas, ao final de longas caminhadas, como a elaboração de uma dissertação, o que torna gratificante não é apenas o trabalho final concebido, mas olhar para trás e compreender que não se estava sozinho. Torna-se gratificante perceber o apoio, a dedicação e o esforço de tantos para tudo dar certo.

Agradeço a Deus, por ter sido meu refúgio e socorro bem presente durante esta caminhada. Por te me dado forças e saúde para superar os momentos de aflições, levando-me em seus braços em muitos momentos.

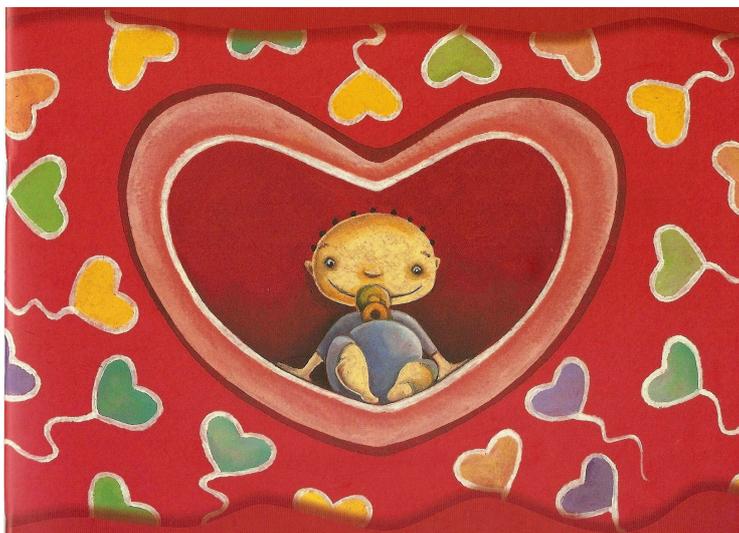
A minha orientadora, professora Sandra Patrícia Ataíde Ferreira, por não ter medido esforços para que este dia chegasse, pelos incentivos, momentos de discussões, apoio e disponibilidade oferecidos.

À psicóloga, professora e também membro da banca examinadora, Edilene Freire de Queiroz, pelas importantes contribuições, amizade, disponibilidade, incentivos e ricos momentos de discussões que oportunizaram a compreensão acerca do tema estudado.

À professora desta pós-graduação e membro da banca examinadora, Luciane de Conti, pelas excelentes contribuições feitas durante a defesa do exame de qualificação deste trabalho que permitiram mudanças importantes nos procedimentos metodológicos adotados.

Ao CNPq, pela concessão de bolsa de auxílio pesquisa, que possibilitou o regime de dedicação exclusiva ao Mestrado.

A todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento de mais uma etapa em minha vida profissional, agradeço por tudo o que fizeram por mim.



(Livro Bebê do Coração - Ilustrador – André Neves, 2002)

FILHOS DO CORAÇÃO

*Não habitaram teu ventre,
mas mergulharam nas entranhas da tua alma.
Não foram plasmados do teu sangue,
mas alimentaram-se do néctar dos teus sonhos.
Não são frutos da tua hereditariedade,
mas “moldaram-se” no valor do teu caráter.
Se não nasceram de ti, certamente nasceram para ti.
E se as mães também são filhas
e se filhos todos são,
duplamente abençoados: os filhos do coração.*

Mellíss.

RESUMO

DANTAS, F. S. S. **Adoção tardia: produção de sentido acerca da maternagem, paternagem e filiação.** 2009. 162 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Psicologia Cognitiva, Universidade Federal de Pernambuco.

Esta pesquisa teve por objetivo investigar a produção de sentidos entre pais e filhos adotivos sobre a maternagem, paternagem e filiação, com ênfase no estudo da linguagem na perspectiva Sócio-Histórica de Vygotsky e Enunciativo-Discursiva. Participaram deste estudo três famílias, tendo cada uma delas uma configuração familiar diferente (monoparental, biparental e homoafetiva), cujos filhos adotados tardiamente pertenciam à faixa etária de 5 a 10 anos. O método de estudo foi baseado em entrevistas videografadas que se subdividiram em três momentos: Primeiros os pais realizaram a leitura do livro “Bebê do Coração” para os filhos, em seguida pais e filhos conversaram sobre o texto lido e, por último, contaram a história da adoção vivenciada por eles. A análise dos discursos produzidos se baseou na busca dos núcleos de significação proposta por Aguiar, em que os conteúdos semelhantes, complementares e contraditórios dos discursos são articulados entre si permitindo uma análise mais consistente dos sentidos e significados. A partir da entrevista realizada com a família monoparental foi observado que o luto não elaborado pela morte da mãe biológica da criança adotiva desempenhou um papel marcante para produção de sentidos, pois os envolvidos na prática adotiva desempenham a maternagem e filiação cumprindo os papéis relacionados ao ser mãe e filho, mas não se posicionam enquanto tal. Os lutos não feitos durante a adoção dificultam o processo de tornar-se mãe e filho, bem como, uma maior atualização dos sentidos acerca deste tipo de parentalidade. Em relação aos sentidos produzidos pela família homoafetiva, a paternagem para estes pais adotivos, é assumir o papel e o posicionamento de pai dentro de casa, mas sempre que necessário eles assumem o papel de mãe. Os papéis de pai e mãe são percebidos como sendo complementares e importantes para resguardar o desenvolvimento físico e afetivo dos filhos. Por outro lado, o sentido de filiação produzido pelas crianças adotadas por este casal homoafetivo é de que ser adotivo significa ser escolhido e amado. E finalmente, os sentidos produzidos pela família biparental demonstraram que a maternagem é orientada pela falta de um referencial biológico da criança adotiva em relação aos seus genitores, o que constitui um obstáculo para compreensão das dificuldades apresentadas por esta criança. A prática da maternagem é significada como sendo mais intensa em relação à paternagem, no sentido de que a mãe participa ativamente da educação dos filhos enquanto a paternagem é praticada tendo em vista as funções de provedor do sustento familiar e promoção de atividades de lazer para a família. Ser filho adotivo significa ter sido rejeitado no passado pelos pais biológicos, fato este que é difícil de ser lembrado e falado. De modo geral, o tipo de configuração familiar (monoparental, biparental e homoafetiva) orienta os sentidos produzidos acerca da maternagem, paternagem e filiação adotiva, interferindo nos processos de subjetivação dos envolvidos.

PALAVRAS-CHAVE: adoção, maternagem, paternagem, filiação, sentidos, linguagem.

ABSTRACT

DANTAS, F. S. S. **Late adoption: production of senses about motherhood, fatherhood and affiliation. 2009.** 162 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Psicologia Cognitiva, Universidade Federal de Pernambuco.

This research aimed to investigating the production of senses between parents and adopted children about motherhood, fatherhood and affiliation, emphasizing the study of language according to Vygotsky socio-historic perspective and enunciative-discursive. A group of three families participated on this research and each one of them had different family configuration (single parents, married parents, and homosexual parents), whose children were adopted late, at the ages of 5 and 10 years old. The method of study was based on video transcript interview and subdivided in three stages: First, the parents read a book named “My Sweet Heart Baby” to their children, then parents and children discuss the text and finally, they tell the adoption’s story experienced by them. The analysis of the speech produced was based on the search of the meaning cores proposed by Aguiar, in which similar, complementary and contradictory speech contents are articulated between them allowing better and more consistent analysis of meaning and sense. According to single parents’ family interview, it was observed that a not overcome mourning of the death of the child’s biological mother had a significant role in the production of senses because people involved in the adoption practice perform motherhood and affiliation, fulfilling the role related to being a mother and a son, but they doesn’t position as such. A not overcome mourning during the adoption makes the process of become mother and son harder, as well as a better actualization of the senses about this kind of parenthood. As to the senses produced by the homosexual family, to these adoptive parents fatherhood means to assume the role and position of a father in the household, but whenever necessary, they assume the mother’s place. Father and mother’s role is perceived like complementary and important to keep the child’s physical and emotional development. On the other hand, the affiliation sense produced by the adopted child about this homosexual couple is one of being chosen and loved. Finally, the sense produced by married parents demonstrated that motherhood is oriented by the lack of a biological reference between the adopted the child’s mother and father, which constitutes an obstacle to the comprehension of the difficulties presented by this child. Motherhood practice is perceived as more intense than fatherhood because the mother is more active in the child’s education while fatherhood is practiced as a breadwinner activity and as the one responsible to promote recreational activities for the family. Being an adopted child means having been rejected in the past by the biological parents; this fact is hard to bring it up and spoken up. In general, the kind of family configuration (single-parents, married-parents and homosexual parents) guides the produced senses about the motherhood, fatherhood and adoptive affiliation, interfering in the subjective process of the people involved.

KEYWORDS: adoption, motherhood, fatherhood, affiliation, sense, language.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Os pré-indicadores do discurso presentes na família monoparental	79
FIGURA 2 – Família Monoparental: Os indicadores do discurso aglutinados de acordo com os conteúdos	80
FIGURA 3 - Os pré-indicadores do discurso presentes na família homoafetiva	102
FIGURA 4 – Família Homoafetiva: Os indicadores do discurso aglutinados de acordo com os conteúdos	103
FIGURA 5 - Os pré-indicadores do discurso presentes na família biparental	131
FIGURA 6 – Família Biparental: Os indicadores do discurso aglutinados de acordo com os conteúdos	132

SUMÁRIO

FOLHA DE APROVAÇÃO	ii
DEDICATÓRIA	iii
AGRADECIMENTOS.....	iv
RESUMO	vi
ABSTRACT.....	vii
LISTA DE FIGURAS	viii
SUMÁRIO	ix
INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 - Contextualizando a adoção nas sociedades ocidentais.....	16
CAPÍTULO 2 - Tornar-se mãe, pai e filho em um processo de adoção tardia	24
CAPÍTULO 3 - Pluriparentalidade: que família é essa?	39
CAPÍTULO 4 - Significados e sentidos: uma perspectiva sócio-histórica	49
CAPÍTULO 5 - Perspectiva enunciativo-discursiva: um enfoque acerca dos enunciados.....	56
CAPÍTULO 6 - Relação entre a teoria sócio-histórica e a perspectiva enunciativo-discursiva..	61
CAPÍTULO 7 - Procedimentos e ferramentas para acesso aos sentidos e significados.....	67
7.1. Dispositivo de análise do discurso: uma perspectiva sócio-histórica	72
7.1.1 Primeira etapa.....	73
7.1.2 Segunda etapa.....	73
7.1.3 Terceira etapa	74
CAPÍTULO 8 - Família monoparental: um caso de “vó-mãe” e “neto-filho”	76
CAPÍTULO 9 - Família homoafetiva: a prática adotiva como busca de um amor incondicional	93
CAPÍTULO 10 - Família biparental: “você era bem pequenininha do tamanho do botão, pegaram você e deixaram no meu coração”	125
REFERÊNCIAS	145
ANEXOS	150
ANEXO A - Carta de Aprovação do Comitê de Ética.....	151
ANEXO B - Considerações éticas sobre o estudo	153
ANEXO C - Termo de Consentimento para menores de 18 anos	155
ANEXO D - Termo de consentimento para pais participantes da pesquisa	157
ANEXO E - Legenda de figuras.....	159
ANEXO F - Ilustrações do texto	161

INTRODUÇÃO

“Adotar é... Adotar não é apenas um ato de amor; Adotar não é apenas um ato de coragem; Adotar é superar preconceitos; Adotar é vencer barreiras; Adotar é mudar mentalidades; Adotar é ter uma nova percepção do mundo.”

Cecília Larroid Cardoso, Mãe por adoção.

Este trabalho tem como objetivo principal investigar os sentidos produzidos entre pais e filhos adotivos sobre a maternagem, paternagem e filiação a partir das práticas discursivas dos participantes envolvidos, tendo em vista que os múltiplos sentidos são produzidos e negociados nas interações sociais.

O conceito de paternagem e maternagem é definido como sendo um conjunto de práticas (ações e discursos) desenvolvidas pelos pais diante das solicitações da criança, como, por exemplo, conduzi-la à escola ou para a cama na hora de dormir (PRADO; VIERA, 2003). Assim, a presente pesquisa se propõe a investigar como os sentidos produzidos pelos pais e filhos dialogam entre si, uma vez que se considera que no processo de adoção, os pais não são os únicos a adotar. A criança ou o adolescente também os adota.

O conceito de filiação também é fundamental para uma maior clareza do objetivo principal proposto pela pesquisa. Trata-se do reconhecimento que os pais fazem acerca do lugar que a criança ocupa em suas continuidades históricas e de sua alocação na ordem das gerações (KAËS, 2000). Neste estudo sugere-se uma ampliação deste conceito na medida em que se propõe a realizar uma análise relacional dos sentidos produzidos entre pais e filhos, sendo assim, o reconhecimento que os filhos fazem acerca do lugar que eles próprios ocupam na família também foi investigado.

Para que uma criança estranha passe a ser reconhecida como filho(a), os pais precisam vivenciar o processo de perfilhação. Entende-se por perfilhação o

reconhecimento voluntário da paternidade e/ou maternidade, seja ela biológica ou adotiva. Uma das construções fundamentais para que o processo de adoção seja construído, são as relações de parentalidades. Nesse sentido, criar uma criança é diferente de adotá-la, pois a adoção requer que os adotantes tornem uma criança estranha em filho e vice-versa (perfilhação).

Em relação ao fenômeno da perfilhação, observou-se a partir do trabalho voluntário¹ realizado paralelamente a este estudo, que alguns casos de adoção atendidos pelo Serviço de Orientação à filiação Adotiva (SOFIA), eram revestidos de conflitos familiares significativos devido ao fato da perfilhação não ter sido construída pelas duas partes (pais candidatos à adoção ou pais adotivos e crianças) durante a experiência vivida. Com base nesta afirmativa pode-se citar rapidamente o caso de uma mulher viúva que estabelecia com o filho adotado, após a morte do marido, relações de conjugalidade.

Assim, o processo de maternagem, paternagem e filiação adotiva, seja ele precoce ou tardio, precisa ser abordado sem parecer um conto de fadas, dando margem para uma investigação mais ampla acerca dos sentidos produzidos.

O interesse em estudar o tema proposto surgiu durante o cumprimento de uma disciplina obrigatória do curso de mestrado, chamada Seminários I. Nesta disciplina, os professores da pós-graduação em Psicologia Cognitiva apresentaram pesquisas realizadas por eles, tendo como finalidade proporcionar aos alunos um panorama geral acerca do que se tem produzido em pesquisa na atualidade. Esta situação acadêmica tornou possível conhecer um pouco do estudo realizado pela professora Luciane de

¹ A presente pesquisadora realizou um trabalho voluntário prestando apoio e orientação psicológica a pais adotivos e candidatos a pais adotivos na Clínica de Psicologia da Universidade Católica de Pernambuco, que mantém o Serviço de Orientação à Filiação Adotiva (SOFIA).

Conti (UFPE) com crianças de abrigo e uso de narrativas, motivando a escolha do tema sobre adoção.

Além disso, a investigação sobre os sentidos produzidos no contexto da família adotiva surgiu porque este é um tema pouco explorado pelas literaturas existentes no campo da Psicologia Cognitiva. Ressalta-se, ainda, que o interesse em estudar especificamente a adoção tardia acontece em virtude deste tipo de filiação ser revestido de preconceitos, dando margem a uma diversidade maior de sentidos produzidos.

A partir do objetivo geral de investigar os sentidos produzidos entre pais e filhos adotivos sobre a maternagem, paternagem e filiação, buscam-se como objetivos específicos, investigar os sentidos produzidos entre pais e filhos por adoção em três diferentes configurações de família (monoparental, biparental e homoafetiva); identificar as motivações para adoção, os preconceitos enfrentados e formas de superação, os mitos construídos e desconstruídos durante a convivência dos pais com a criança; e os usos de figuras de linguagem construídas pelas crianças para se referir aos pais biológicos, pais adotantes e a si mesmo enquanto filhos adotivos. Cada um destes objetivos específicos abordados interfere na construção de sentidos e práticas discursivas, dando margem a uma multiplicidade de significações, conforme será observado na análise do discurso dos participantes envolvidos.

As relações de sentido são construídas através do estabelecimento de relações dialógicas, estando o sentido inscrito em vozes discursivas (sociais). Considera-se ainda que o sujeito e os sentidos constroem-se discursivamente nas interações verbais, na relação com o outro, em uma determinada esfera de atividade humana (MORATO, 2002).

A palavra “sentido” é polissêmica e sua multiplicidade de usos e significados provoca discussões de natureza teórica quando se situa o lugar da linguagem na

construção do sujeito. O sentido de linguagem aqui empregado se contrapõe à concepção desta como um veículo de representação do pensamento ou como espelho do mundo, adotando-a como um conjunto de habilidades que exercemos a partir da utilização de sons e marcas, articuladas e com sentido (MEIRA, 2007).

Com esta finalidade realizaremos a articulação entre a abordagem histórico-cultural e a lingüística de orientação enunciativo-discursiva. Esta articulação torna-se possível uma vez que a construção do sentido é orientada por complexas relações intersubjetivas e sociais formadas durante o processo de mediação semiótica entre interlocutores e a língua, ou seja, o conceito de “sentido” aqui utilizado é reservado para algo que surge na interação entre sujeitos falantes, pois implica numa forma específica de saber, conhecer, compreender ou estar ciente de algo (MORATO, 2002).

Neste contexto, a linguagem produz sentido enquanto ação simbólica, sendo através do uso das palavras que o sentido se atualiza, oferecendo a possibilidade de entendimento num campo intersubjetivo (MEIRA, 2007).

A Lingüística de orientação enunciativo-discursiva tem como objetivo estudar o papel da linguagem na constituição dos processos cognitivos, enfatizando as significações em jogo, presentes nas diversas atividades discursivas (MORATO, 2002).

O estudo com foco na linguagem justifica-se no campo da Psicologia Cognitiva na medida em que se considera que o sentido é construído na linguagem em uso pelos diferentes sujeitos e contextos diversos. Segundo Vygotsky (2001), a linguagem é constitutiva do sujeito, embora não seja suficiente em si mesma para afirmar que antes de sua aquisição não existe cognição. Os processos cognitivos são formados pela atenção, raciocínio, memória, percepção (entre outros) e o recurso da linguagem torna mais potentes as capacidades de memória, abstração e generalização.

Neste sentido, a linguagem tem papel preponderante nas relações interpessoais comunicativas e na produção de significados compartilhados que tornam possível a nomeação e interpretação de objetos e situações do mundo real. O surgimento da linguagem possibilita mudanças fundamentais para o psiquismo humano: a possibilidade de se referir aos objetos exteriores, mesmo quando ausentes; de realizar processos de abstração e generalização e de promover a comunicação entre os homens (MORATO, 2002).

A capacidade de planejar as ações, que serão realizadas no futuro, organiza e estrutura a atividade humana, de modo que uma vez adquirido a linguagem é impossível olhar para um objeto e não nomeá-lo. É na relação entre fala e ação que surge a função organizadora da linguagem, ou seja, a visão de futuro integra-se ao ambiente imediato e a criança passa a ser sujeito e objeto do seu comportamento.

Com a finalidade de contextualizar o fenômeno estudado, o presente trabalho foi organizado em dez capítulos. O primeiro, Contextualizando a adoção nas sociedades Ocidentais, a prática da adoção poderá ser contemplada desde a antiguidade até os dias atuais. Considera-se fundamental que a adoção seja situada historicamente para que ela seja entendida como um fenômeno que se modifica ao longo do tempo, dando margem a diversas produções de sentidos. No segundo capítulo, Tornar-se mãe, pai e filho em um processo de adoção tardia, as relações de parentalidade serão discutidas tomando-se como base o contexto da adoção tardia. Já no terceiro capítulo, Pluriparentalidade: Que família é essa?, será realizada uma reflexão sobre a difícil tarefa de conceituar família, considerando que há sempre algo se metamorfoseando quando se tenta captar os seus sentidos. O quarto capítulo, Produção de significados e sentidos: uma perspectiva sócio-histórica, abordará as contribuições de Vygotsky para a compreensão acerca da constituição e desenvolvimento dos significados e sentidos. No quinto capítulo,

Perspectiva enunciativo-discursiva: um enfoque acerca dos enunciados, as noções de enunciado, enunciado concreto e enunciação serão destacadas com a intenção de se dispor de maiores recursos teóricos para a apreensão dos sentidos produzidos nesta pesquisa. No sexto capítulo, Relação entre a perspectiva sócio-histórica e a perspectiva enunciativo-discursiva, far-se-á uma breve discussão sobre a articulação entre a perspectiva sócio-histórica e enunciativo-discursiva na medida em que se busca realizar uma análise relacional para apreensão de sentidos produzidos. No sétimo capítulo, Procedimentos e ferramentas para acesso aos sentidos e significados, o método desta pesquisa será detalhado, tendo a preocupação de justificar os procedimentos e os dispositivos de análise do discurso que foram adotados. Nos capítulos oito, nove e dez, os discursos produzidos, pelos participantes do estudo, serão analisados a partir da busca dos núcleos de significação proposta por Aguiar e Ozella (2006). E por último, far-se-ão as Considerações finais, quando serão retomados os objetivos do estudo e os resultados encontrados.

CAPÍTULO 1

CONTEXTUALIZANDO A ADOÇÃO NAS SOCIEDADES OCIDENTAIS

“A adoção é uma construção social cercada de inúmeros valores culturais e históricos.”

Lídia Weber (2007).

A palavra “adotar” deriva do latim “adoptare”, que significa acolher, cuidar, considerar. Durante muito tempo, a adoção foi definida com um olhar voltado para os interesses dos casais que gostariam de ter filhos, mas que por algum motivo não podiam tê-los, o que é hoje conhecido como “adoção clássica”. A centralidade da adoção na satisfação dos direitos da criança é uma concepção atual, uma vez que ao longo do tempo e nas diversas culturas a adoção assumiu diferentes contornos.

Desde a antiguidade as práticas de adoção já aconteciam no Ocidente, exercendo predominantemente uma função religiosa ao ser considerada como a única maneira de que dispunham os casais estéreis, as mulheres viúvas sem filhos e os chefes de família sem filho varão a darem continuidade à sua existência. Era ainda o último recurso utilizado para evitar a morte sem descendentes, havendo o dever de perpetuar o culto doméstico, impedindo a extinção da família (GUEIROS, 2007).

Nas sociedades Gregas e Romanas apenas os cidadãos poderiam ser adotados, isto é, a adoção só era possível entre um homem adotante e um rapaz adotado de igual poder e prestígio para garantir a manutenção de *status* social numa sociedade altamente estratificada. A inserção de um estranho na família dava-se por adoção, recepção e compra. Quando se tratava de recém-nascidos não desejados, cabia ao pai ou ao Estado decidirem se deixavam o filho viver, podendo jogá-lo às ruas ou matá-lo, pois este era considerado como sendo propriedade do pai, o qual detinha poder ilimitado sobre a criança. Algumas destas, quando jogadas às ruas foram recolhidas e “adotadas”

(principalmente para servir de escravas), enquanto outras foram vendidas e muitas delas morreram (WEBER, 2007).

Na antiguidade Oriental, o Código de Hammurabi², já se referia a adoção. Autorizava uma mulher estéril a escolher uma mulher fértil para seu marido possibilitando o nascimento de filhos. Apenas deste modo, a esposa estéril poderia cuidar dos filhos do seu marido sem ter preocupações com os riscos envolvidos na adoção, são eles: não conseguir construir um relacionamento afetivo entre adotante e adotado; tratar os filhos biológicos de maneira diferente do adotivo; trauma causado à criança pela separação dos pais biológicos e, por último, se o filho adotado sofresse algum tipo de agressão pelos pais adotantes, ele seria devolvido à família biológica (WEBER, 2007).

Nesta época, a adoção constituía um instrumento de poder familiar, oferecendo ao homem (chefe de família) a possibilidade de escolher um sucessor digno de continuar o culto doméstico ou a vocação política da família.

Em 321, foi decretado pelo imperador Constantino que, ao morrer, o homem poderia transferir suas propriedades para a igreja, com a finalidade de assegurar a salvação. Defendia-se que o homem não deveria amar mais ao filho do que a Deus, devendo dividir seus bens entre Deus (representado pela igreja) e seus filhos legítimos para que seus pecados fossem perdoados. Os filhos adotivos não tinham direito a heranças, pois eram descritos como “filhos da injúria”.

Na Idade Média, a adoção dificilmente acontecia, uma vez que a Igreja só reconhecia as famílias e os filhos provenientes do casamento, os quais pertenciam à chamada “família legítima”, enquanto os filhos adotivos eram considerados frutos do pecado, oriundos de adultérios e incestos. Durante os primeiros séculos do cristianismo,

² Apesar do Código de Hammurabi se referir ao contexto da adoção no Oriente, achou-se importante citá-lo, pois constitui o mais antigo conjunto de leis sobre adoção.

a maioria dos povos possuía o costume de colocar a guarda de órfãos e viúvas sob a tutela dos parentes do homem morto.

Aliado a isto, observa-se que a conversão ao cristianismo não raro trazia como consequência a quebra de vínculos familiares, de modo que os membros convertidos separavam-se radicalmente dos não convertidos. Tendo isto em vista, a Igreja Católica criou instituições religiosas que amparavam e zelavam pela vida das viúvas e órfãos para impedir que eles se desviassem da fé, ficando sob a tutela de pessoas pagãs.

No entanto, quando o cristianismo tornou-se religião predominante, este tipo de preocupação deixou de existir, mas mesmo assim a Igreja continuava oferecendo assistência aos desprovidos, tendo seus recursos reduzidos para manter este projeto juntamente com a construção e conservação de templos (FIGUEIREDO, 2002). Deste modo, a adoção constituía uma prática em desuso devido também ao fato do direito feudal considerar imprópria a convivência de senhores com rústicos e plebeus em uma mesma família.

No início da Idade Contemporânea, a prática da adoção reaparece com o advento do Código de Napoleão, durante o período da Revolução Francesa. Graças a Napoleão Bonaparte, cuja esposa havia se tornado estéril, o processo de adoção passou a fazer parte do Código Civil, desta vez centralizando um pouco mais a atenção para o adotado. Deste modo, a adoção começou a adquirir um sentido mais social, voltando-se ao interesse da criança (WEBER, 2007).

Somente a partir da Primeira e Segunda Guerras Mundiais a prática da adoção passou a ter um novo sentido com foco na proteção integral à criança. Isto aconteceu devido ao grande contingente de órfãos produzidos pelas Guerras, surgindo assim, a “adoção moderna”, que sob todas e quaisquer circunstâncias prioriza o interesse da criança (VIEIRA, 2004).

Com o início da Segunda Guerra Mundial, a legislação francesa, em 1939, introduz a Legitimação Adotiva, favorecendo as crianças abandonadas que conquistaram de modo irrevogável a condição de filho legítimo dos adotantes, tendo direito ao mesmo sobrenome dos novos pais e a herança. Em 1966, a legitimação adotiva foi substituída pela adoção plena que era deferida após um período mínimo de um ano de convivência do menor com os requerentes, atribuindo a situação de filho ao adotado e desligando-o de qualquer vínculo com os pais biológicos e parentes. Trata-se de um processo substitutivo e não aditivo, ou seja, uma vez realizada a adoção não se pode voltar atrás, devolvendo a criança ou adolescente aos genitores ou ao Estado (a adoção é irrevogável).

Ao ser aprovada a Declaração Universal dos Direitos da Criança, nos Estados Unidos, em 1959, houve uma inovação fundamental nos direitos da família, uma vez que uma pessoa solteira estava autorizada a adotar. Esta reformulação abriu espaços para que em 1976 fosse suprida a proibição de adotar quando já existem filhos biológicos. Atualmente, os americanos são os que mais realizam a prática da adoção, considerando todo o restante do mundo. Sendo que 1/3 destes pais já possuem filhos biológicos por ocasião da adoção (WEBER, 2007).

A Constituição de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990 vieram a regulamentar a adoção no Brasil, propondo uma “nova definição para adoção, na qual ela é vista como uma forma de satisfazer as necessidades de desenvolvimento de uma criança transferindo-se legalmente a responsabilidade parental dos pais biológicos para os pais adotivos” (LEVINZON, 2004, p.12).

O artigo 43 do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990, p. 20) descreve que “a adoção será deferida quando apresentar reais vantagens para o adotando e fundar-se em

motivos legítimos”. Neste sentido, a motivação para as práticas adotivas baseia-se no interesse superior dos adotados e não propriamente no adotante.

No que diz respeito às novas conquistas sócio-históricas relacionadas com a prática da adoção no século XXI, em Abril de 2008, foi criado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) dois cadastros nacionais: de crianças e adolescentes disponíveis para adoção e de pessoas interessadas em adotar. Dando continuidade às mudanças acontecidas neste ano, no mês de Agosto, o Projeto de Lei 6222/08 foi aprovado pelo Plenário, criando novas regras para adoção de crianças e adolescente com o intuito de agilizar as adoções e impor limite a abrigos, os quais terão o prazo de dois anos para inscreverem as crianças no Cadastro Nacional de Adoção.

No que se refere aos abrigos, a nova Lei está sendo criada porque foi observado que muitas instituições se beneficiam economicamente por abrigar um grande número de crianças e adolescentes, de modo que, quanto maior o número de abrigados e do tempo de permanência, maior os recursos enviados pelo Estado (*critério per capita*). Sendo assim, para muitos abrigos era mais interessante que estas crianças e adolescentes permanecessem por um longo tempo nestas instituições, uma vez que isto implicaria no recebimento de mais dinheiro.

O novo Projeto de Lei extingue o *critério per capita* de distribuição de recursos e determina que os abrigos somente recebam verbas públicas se realizarem o cadastro das crianças liberadas pelo juiz. Assim, o processo de adoção pode ser iniciado mais rapidamente, evitando-se que crianças e adolescentes fiquem mais velhos e, conseqüentemente, diminuam suas chances de ser adotados (considerando que a maioria dos pais pretendentes à adoção procura crianças pequenas).

Em relação às novas regras para adoção de crianças e adolescentes, o novo projeto de Lei preconiza as seguintes mudanças: a licença-maternidade da mãe adotiva contará

com o mesmo período de tempo que é concedido à mãe biológica (podendo este período ser de até seis meses); as crianças indígenas colocadas para a adoção deverão ficar com famílias substitutas de sua comunidade ou da mesma etnia; os candidatos a adotar uma criança terão que participar de programa de preparação psicológica oferecido pela Justiça; no caso da adoção ser realizada por estrangeiros, os brasileiros residentes no exterior terão prioridade sobre os estrangeiros; os abrigos passam a se chamados instituição de Acolhimento, onde a criança ou adolescente deve permanecer por dois anos, no máximo; o projeto de Acolhimento Familiar (onde uma família acolhe uma criança por tempo determinado em função de seus pais biológicos estarem presos, hospitalizados ou serem autores de violência doméstica) passará a ser priorizado; a perda ou suspensão do pátrio poder terá o prazo de 120 dias para a sua conclusão ao invés de dois a cinco anos para que seja decidido se a criança poderá ser adotada ou não; a adoção poderá ser realizada por pessoas com 18 anos incompleto, desde que seja pelo menos 16 anos mais velho que o adotado; os pais que decidirem entregar o filho para uma família substituta poderá fazê-lo após 30 dias do nascimento da criança, e até a publicação da sentença poderão voltar atrás em suas decisões; as mães que decidirem entregar o filho para a adoção deverão ter acesso a assistência psicológica nos períodos pré e pós-natal; a morte dos pais adotivos não restabelece a paternidade biológica, mas os pais biológicos que quiserem restabelecer a relação de filiação podem iniciar um novo processo de adoção; e finalmente, o projeto propõe a permissão para adoção por casal homoafetivo, desde que seja comprovada a estabilidade da convivência - mesma exigência feita aos casais heterossexuais.

Dentre as novas conquistas sócio-históricas relacionadas com a prática da adoção no século XXI, destaca-se em especial o direito à parentalidade homoafetiva, uma vez que juízes, psicólogos e assistentes sociais têm se mostrado bastantes abertos a este tipo de

adoção, desde que exista no espaço doméstico, da criança adotada, a convivência com figuras femininas e masculinas. Nos discretos casos de adoção ocorridos por homossexuais, no Brasil, os filhos precisam ter outras fontes de referência como a escola, a televisão e a interação com outras pessoas representativas.

No que se refere a este tipo de adoção, em outubro de 2008, o juiz Élio Braz emitiu sentença favorável a um casal homossexual, que reside na cidade de Natal (RN) e convive há treze anos, para a adoção de duas irmãs (3 e 5 anos) que moravam em um abrigo no Recife (PE). Segundo Élio Braz, em entrevista ao Jornal Diário de Pernambuco (TEIXEIRA, 2008, C4):

A legislação brasileira não proíbe a adoção de crianças e adolescentes por homossexuais. O que acontece é que durante a votação do projeto de Lei 6.222/2008, na Câmara Federal, os deputados retiraram o artigo que autorizava a adoção por pessoa do mesmo sexo. No entanto ficou a lacuna. Na minha sentença sou claro: a existência da lacuna não impede o direito.

Assim, os significados e os sentidos das palavras pai, mãe e filho estão sendo revisados pela sociedade civil diante da formação de novos arranjos familiares (monoparental, biparental, homoafetiva, recomposta, entre outras); do fortalecimento de movimentos GLBTT (gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transgêneros) que se torna objeto de debates intensos no campo das ciências humanas e jurídicas acerca das concepções de família, reprodução, afeto e sexualidade no Brasil. A partir disto, juizes, como, por exemplo, Élio Braz, começam a produzir discursos que circulam na sociedade em geral (através de jornais, rádio, entrevistas em televisão), abrindo espaços para uma maior reflexão em relação à prática da adoção entre homossexuais (TEIXEIRA, 2008, C4):

Quando um casal homossexual deseja adotar, vai buscar posicionar a criança no lugar de filho. Essa posição não se configura na presença do gênero em si, se os pais são homem ou mulher. Essas funções são

simbólicas e podem se configurar em casais do mesmo sexo também.
(ÉLIO BRAZ, 2008)

Paralelo a isto, o Programa Governamental Brasil Sem Homofobia tramita há mais de dez anos no Congresso Nacional. Este projeto de Lei deverá ir à votação neste ano de 2009, uma vez que este país é líder mundial de crimes motivados por razões de discriminação contra gay, sendo Pernambuco o segundo Estado em que ocorre mais homicídios (cerca de 16 por ano), perdendo apenas para o Estado de São Paulo. Este último já possui legislação de combate à homofobia (Lei 10.948/2001) que prevê a punição de pessoas e estabelecimentos que discriminem cidadãos em virtude de sua orientação sexual ou identidade de gênero.

A cidade de Olinda (situada em Pernambuco) também é uma das poucas a punir os crimes de homofobia ocorridos geralmente em espaços públicos, existindo um engajamento social por parte dos movimentos GLBTT que lutam para demonstrar afeto em público e pela legalização do(a) parceiro(a). Aos poucos, vem acontecendo no cenário nacional, um maior reconhecimento de direitos homoafetivos, sobretudo no sistema jurídico, em nome do “direito à igualdade na diferença” (UZIEL, 2007).

Diante deste cenário de profundas transformações sociais em que a prática da adoção se inscreve na atualidade, a adoção tardia ainda é vista com muitos preconceitos, pois as crianças mais velhas são consideradas mais difíceis de serem educadas. Elas irão requerer dos pais adotivos maior compreensão e disponibilidade ao filho para possibilitar o processo adaptativo e a construção do amor parental. No próximo capítulo, será discutido o contexto da adoção tardia destacando-se como os papéis de maternagem, paternagem e filiação vem sofrendo modificações importantes na atualidade.

CAPÍTULO 2

TORNAR-SE MÃE, PAI E FILHO EM UM PROCESSO DE ADOÇÃO TARDIA

“A adoção é uma história de abandonos e reencontros entre os protagonistas, onde cada um se constrói na construção do outro. É acreditar que o ser humano tem a capacidade de reinventar novas formas de adaptação no mundo.”

Lídia Weber (2007).

A construção social do sentido relacionado com a paternidade e maternidade sofreu variações entre as épocas históricas, contextos e culturas. Na década de 70 e 80, o envolvimento paterno e materno era fundamentado em modelos biológicos, os quais concebiam o homem como sendo biologicamente despreparado para os cuidados infantis, além disso, a ênfase nos estudos da personalidade fortalecia a idéia de que um pai era participativo na educação dos filhos devido a sua característica pessoal herdada. A própria Psicologia do desenvolvimento privilegiava os estudos na díade mãe-criança, não incluindo o pai no processo de desenvolvimento infantil.

Nos anos 90, devido à inserção da mulher no mercado de trabalho, tornou-se possível a divisão do trabalho doméstico, ocorrendo, deste modo, um maior envolvimento paterno com os filhos. Aliado a isto, os movimentos sociais (feminismo, gay e estudantil) marcaram o final do século XX e o início do século XXI, com questionamentos acerca das diferenças de gêneros que exigiam maior participação paterna nos cuidados infantis. Diante deste percurso histórico, fala-se no surgimento de um “novo pai”, “pai andrógino” ou “casal igualitário”.

Guillot e Neyrand (1993) realizaram, na França, uma pesquisa sobre como os programas de governo poderiam ajudar os pais que cuidam sozinhos dos filhos. Essa ajuda poderia ser de ordem econômica e afetiva (colocação de amigos e familiares para tomar conta dos filhos). Os resultados obtidos demonstraram que enquanto as mulheres

recebiam o auxílio em função de suas atividades profissionais, os homens tinham em sua condição masculina o motivo suficiente para determinar a necessidade de ajuda. Em outras palavras, basta ser homem para precisar de auxílio, pois este é considerado como sendo incapaz de cuidar sozinho de um filho. Neste sentido, quando a guarda da criança é concedida a um homem (solteiro ou divorciado) parece tratar-se de um caso anormal, uma vez que a definição de família parece limitar-se à triangulação pai, mãe e filho, bem como, a partir das diferenciações dos papéis sexuais.

Em pesquisa mais recente, Gailey (2000) pontua, ao falar acerca das ideologias de maternidade e parentesco por adoção nos EUA, que apesar das famílias adotivas serem minoria, muitas discussões acerca da maternidade adotiva vêm acontecendo na atualidade. As relações de parentescos produzidas caracterizam as ligações genéticas entre pais e filhos como sendo mais fortes em relação aos laços de afeto, neste sentido, “a natureza é mais forte do que a criação”. A adoção é significada como um estigma que alia a imagem da mulher ruim (incapaz de gerar) com a imagem de mãe ruim (incapaz de criar). Acrescenta-se ainda que as relações maternas são significadas como sendo mais fortes do que as paternas em função da gravidez e nascimento, entretanto, Gailey compreende a adoção como um processo em que o parentesco é construído através das relações estabelecidas.

Em relação ao termo “adoção tardia” ele é usado quando a criança adotada possui idade igual ou superior a dois anos. Os sentidos produzidos pelos adotantes quanto à adoção de crianças mais velhas, e que surgem como forma de justificar a preferência por bebês, relacionam-se, fundamentalmente, com a dificuldade na educação. Segundo as famílias adotivas, dificilmente uma criança adotada tardiamente aceitaria os padrões estabelecidos pelos pais, pois estariam com sua formação social iniciada. As pessoas, portanto, adotariam bebês para obterem uma melhor adaptação entre pais e filhos e uma

adequada socialização, em que as crianças fossem capazes de atender aos anseios da família (WEBER, 2007).

A dificuldade em adotar crianças mais velhas surge também por serem difundidas ao longo de nossa história, teorias psicológicas que defendem a concepção de inteligência hereditária. Ainda nos dias atuais, uma preocupação comum dos pais adotivos refere-se à herança genética dos filhos, ou seja, eles temem que as crianças herdem dos pais biológicos traços de caráter, dificuldades cognitivas e enfermidades. Neste contexto, as dificuldades apresentadas pelas crianças adotivas são percebidas como “reflexo do mau sangue” herdado dos primeiros pais. Aqui as marcas resultantes do “mau sangue” jamais podem ser superadas ou apagadas. (CAMARGO, 2006)

Uma segunda corrente psicológica que influenciou fortemente a busca por crianças recém-nascidas para adoção, foi a Psicanálise. Segundo esta perspectiva, parte importante da saúde psíquica e física do indivíduo tem sua origem nos primeiros cinco anos de vida. É a qualidade dos vínculos familiares iniciais que são responsáveis pelo desenvolvimento saudável de uma criança.

Apesar destas críticas feitas à Psicanálise serem antigas, elas se justificam na medida em que continua existindo, no imaginário social, a idéia de que uma criança com cinco anos já esta com a personalidade formada e não se pode fazer muita coisa para modificá-la. Por outro lado, torna-se importante reconhecer que a Psicanálise possui uma rica e vasta produção de conhecimentos sobre o processo de adoção que auxilia os profissionais, que trabalham neste campo de atuação, a compreenderem a dinâmica apresentada pelas famílias ou/e entre elas.

No que se referem às crianças maiores que moram em abrigos, na maioria dos casos, elas foram abandonadas ou entregues para a adoção pelos pais que devido às circunstâncias psicossociais não conseguem desempenhar as práticas de maternagem

e/ou paternagem. A destituição do pátrio poder costuma ser um processo longo e complexo em função de vários motivos, dentre eles podem ser citados: a dificuldade em localizar os pais biológicos ou genitores; várias crianças vivem em instituições porque seus pais não têm condições econômicas; situações de disputa pela guarda entre familiares; e por último, os responsáveis pelas crianças podem estar presos. Em consequência disto, as crianças permanecem em abrigos, sendo privadas de seu espaço subjetivo e do vínculo familiar (LEVINZON, 2004; VARGAS, 1998). Com a aprovação do novo Projeto de Lei de adoção, o tempo de espera para realizar a adoção de uma criança será reduzido como uma maneira de chamar a atenção da sociedade para as vantagens da adoção através do Judiciário; no entanto, para os candidatos à adoção que escolherem crianças recém-nascidas, brancas e saudáveis a espera pode chegar até cinco anos (TEIXEIRA, 2008).

Os dados do Cadastro Nacional de Adoção revelam que o maior número de candidatos a pais adotivos procura meninas brancas, saudáveis e com até dois anos de idade, havendo um percentual de 16 pessoas ou casal registrados para uma criança à espera de uma família. Por outro lado, as crianças disponíveis são, na maioria, meninos de pele parda, com idades entre 9 e 13 anos. As crianças negras e/ou com mais de quatro anos de idade têm menos chances de serem escolhidas por uma família, tendo que viver a maioridade em abrigos. Apesar de ter aumentado o interesse de famílias por crianças mais velhas, ainda existe uma resistência muito grande em relação à adoção tardia (BRÍGIDO, 2008).

Vargas (1998) nomeia as crianças maiores, candidatas à adoção, como sendo “inadotáveis” ou “idasas” por elas não serem mais recém-nascidas. Nesse sentido, considera-se que estas crianças são frequentemente recusadas pelos requerentes à adoção por não corresponderem a um modelo de filho idealizado e a um modelo de

relação que se pretende estabelecer. Além disso, observa-se ainda que a construção do projeto de adoção, realizada pelos pleiteantes antes de adotar uma criança, é marcada pelas relações existentes entre o desejo de se tornar pai/mãe e as significações acerca da adoção construídas ao longo de suas histórias pessoais.

Quando ocorre a prática da adoção tardia, o(s) adotante(s) e o(s) adotado(s) vivem uma espécie de “segundo nascimento”, a partir do qual conseguem retomar o seu desenvolvimento com o decorrer do tempo. No que se refere às crianças, este “segundo nascimento” ocorre à medida que ela se reporta aos estágios anteriores do desenvolvimento. Este processo psíquico de regressão é descrito por Vargas (1998) como sendo a maneira pela qual a criança pode experienciar o desejo de ter nascido da barriga da mãe adotiva, sendo um ponto importante para a identificação do processo de filiação, pois demonstra que a criança está se apropriando de novas figuras parentais. Além disso, antes da criança fazer uso dos dialetos presentes nos discursos de seus pais adotivos, ela reconhece a função desempenhada por eles na relação com ela e a partir deste novo contexto de relações estabelecidas, a criança perfilha-os como sendo *seus pais* (SÁ; CUNHA, 2001).

No que se referem aos adultos, estes também aprendem os dialetos usados pela criança, redefinem seus papéis enquanto pais e mães (a partir de novas práticas desempenhadas) o que implica na construção de novas subjetividades.

Neste sentido, a adoção é entendida como sendo um “processo” na medida em que contempla toda dinâmica familiar através das relações de maternagem, paternagem e filiação (que envolve outros membros da família como avós, tios, irmãos entre outros); bem como se insere em sistemas sociais maiores, como, por exemplo, o Estado e a sociedade em geral, que juntos produzem e negociam sentidos sobre a adoção. Os

sentidos e significados acerca da maternagem, paternagem e filiação adotiva tardia são construídos através dos discursos e práticas sociais de uma determinada época.

No contexto atual, continua existindo uma relação estreita entre adoção e infertilidade dos adotantes, os quais passam vários anos recorrendo às novas tecnologias de fertilização, uma vez que adotar uma criança implica em assumir o fracasso pela incapacidade de procriar diante da sociedade que supervaloriza os laços de sangue. Aqui, o filho adotivo é buscado para ocupar o lugar do filho biológico ou/e reparar a culpa pela esterilidade dos pais, devendo ainda possuir as mesmas características físicas dos mesmos.

Por outro lado, no que se refere aos pais adotivos que antes de participarem do processo de adoção, já possuíam filhos biológicos, a adoção ocorre na maioria dos casos pela satisfação do desejo humanitário e/ou devido ao casal não ter tido um filho (a) do sexo desejado.

Os pais podem praticar múltiplos papéis por meio das funções como: cuidador, companheiro, provedor financeiro, orientador moral/espiritual e professor. No que se refere à função paterna, o pai ainda hoje é percebido como principal provedor da família, havendo uma disparidade entre o salário dos trabalhadores homens e mulheres.

Atualmente, os cuidados com a higiene e alimentação dos filhos passam a não ser uma atividade essencialmente exercida pela mãe, mas ainda continua existindo um excesso de sobrecarga na mulher no que se refere aos cuidados com os filhos (PRADO; VIERA, 2003).

Segundo Prado e Viera (2003), o novo Código Civil, que entrou em vigor em 2003 no Brasil, sofreu algumas modificações com a finalidade de propor a igualdade entre homens e mulheres. Por exemplo, de acordo com o novo Código Civil, em caso de separação do casal ou divórcio a guarda dos filhos ficará com quem tem melhores

condições de satisfazer os interesses da criança, ou seja, a mulher não tem mais prioridade para ficar com a guarda dos filhos. Cabe ressaltar aqui que igualdade de direitos não implica em igualdade de papéis porque apesar de existirem mudanças sociais e políticas vigentes, as atribuições de pai e mãe são distintas. Assim, os esforços dos novos pais voltam-se para a negociação de responsabilidades em relação aos filhos. Eles exercem papéis complementares e não de substituição que afetam as relações de maternagem, paternagem e filiação.

Schettini e Schettini (2006) afirmam que quanto mais os pais se sentirem pais, maior a probabilidade dos filhos se sentirem filhos, existindo, assim, uma relação de correspondência entre as dificuldades dos pais (em perceber sua família como “verdadeira”) e o processo adaptativo do filho adotivo. Neste caso, estamos falando no processo de perfilhação, que é o processo pelo qual as pessoas passam quando transformam uma criança em filho e, conseqüentemente, transformam-se em pais, exercendo os papéis de parentalidade.

A construção de novos vínculos significativos será facilitada se a criança conseguiu estabelecer vínculos anteriores positivos, caso contrário, ela precisará de uma maior rede social de apoio que irá auxiliá-la na reconstrução de novas representações dela própria e na apropriação (interiorização) de novas imagens parentais. As relações de filiação serão orientadas pela habilidade dos envolvidos em lidar com mitos, medos, expectativas e maturidade dos membros envolvidos (CAMARGO, 2006).

Parkes (1998) afirma que os filhos adotivos vivenciam o processo de luto pela perda dos genitores, mantendo vivo o desejo de (re)encontrá-los. Assim, eles podem se dirigir aos possíveis locais onde estes pais ou genitores possam estar, havendo nesta busca, uma presença considerável de ansiedade. Quando se torna possível o (re)encontro entre

eles, freqüentemente, os pais biológicos não estão à altura das idealizações feitas pelos filhos.

O luto vivenciado pelos filhos adotivos em relação aos genitores será facilitado quando houver maiores informações sobre a história de origem da criança. Em outras palavras, quanto mais essa história for concretizada através de imagens (fotos) e discursos que expressem os motivos da entrega ou do abandono deste filho, mais se terá argumentos para provar a existência destes pais. Isto implicará na construção de sentidos sobre a história de origem da própria criança e também poderá contribuir para que ela não se sinta culpada, “imaginando que fez algo de ruim” para que os pais biológicos ou genitores realizassem o ato da entrega ou do abandono.

Durante os atendimentos realizados à famílias por adoção na Clínica da Universidade Católica de Pernambuco, pela autora deste trabalho, observou-se, por exemplo; que algumas crianças demonstravam o interesse em encontrar seus genitores com a intenção de testar os pais adotivos no sentido de observar se os mesmos estavam seguros em relação ao lugar de pais ocupado por eles próprios, pois isto implicaria na ocupação de um lugar seguro de filho.

No estudo de caso realizado por Costa e Rossetti-Ferreira (2007), que teve como objetivo analisar os múltiplos sentidos sobre ser mãe e pai produzidos e negociados a partir de práticas discursivas; as autoras focaram o olhar sobre a produção discursiva de um casal que realizou a adoção tardia de duas meninas com idades entre 4 e 5 anos. Neste contexto, ser mãe é definido como sendo *prazeroso e complicado* ao mesmo tempo porque as filhas testam a aceitação dos pais o tempo todo. O sentido de que a maternidade é *complicada* surge em função das duas crianças adotadas já serem capazes de argumentar, negociar, aceitar ou discordar da mãe, havendo também a história

passada de vivência em uma outra família e abrigo. Além disso, ser mãe se relaciona a uma situação de renúncia de si mesma, de padecimento e de ausência de tempo.

A maternidade não só modificou a rotina da mãe, mas também o seu posicionamento e *status* no casamento, uma vez que ela optou por permanecer em casa cuidando das filhas e abrindo mão da sua independência, assim sendo, a maternidade é sentida ainda como uma perda de independência e privacidade. Aqui o processo de maternidade é intenso, pois exige reposicionamentos da mulher frente ao marido e às filhas.

Dando seqüência aos acontecimentos oriundos nesta família, logo após a adoção ser realizada, o casal participante da pesquisa consegue engravidar de um bebê do sexo masculino. É interessante observar, neste estudo de caso, duas construções de sentido relacionado com a maternidade. A primeira refere-se ao discurso produzido pela mãe adotiva de que a maternidade biológica é a verdadeira, ou seja, que sentiu realmente ser mãe após o nascimento do filho (naturalização do vínculo entre mãe e filho biológico). No entanto, a construção deste mito parece ser rompida pela mãe quando ela afirma que seu amor por uma das filhas adotadas está quase alcançando o mesmo sentido do filho biológico, mas a diferença parece ser grande em relação à segunda filha adotiva.

A mãe adotiva reorganiza o seu discurso ao afirmar que o filho biológico também passou por um processo de estranhamento inicial, após o nascimento. Ele precisou passar por um *rápido processo de adoção afetiva para deixar de ser estranho e se tornar uma pessoa importante*.

Em relação aos múltiplos sentidos de paternidades analisados na pesquisa de Costa e Rossetti-Ferreira (2007) e produzidos por um pai adotivo participante, volta-se para a construção de três sentidos. Primeiro, ser pai é ser questionado em sua autoridade pelo fato das crianças adotadas serem maiores, capazes de assumirem posicionamentos

próprios. Deste modo, o pai considera que cabe a ele impor limites e ser respeitado. Em segundo lugar, ser pai significa estabelecer um compromisso baseado no oferecimento de afeto, carinho e limites aos filhos para que eles tenham um bom caráter no futuro. E por último, ser pai tem um sentido gratificante porque significa a constituição de uma família que se formou na medida em que as filhas adotadas abandonaram velhos hábitos, aceitando os seus limites e o reconheceram como pai.

Rossetti-Ferreira (2006) realizou ainda uma pesquisa com o objetivo de investigar as significações da paternidade produzidas por dois homens que pertenciam a famílias diferentes e que se tornaram pais pela primeira vez ao adotar um bebê. Uma das contribuições deste estudo demonstra que os novos arranjos familiares favorecem uma maior participação paterna nos cuidados com os filhos, embora a função de provedor ainda seja supervalorizada, bem como, a carga de trabalho materno com os cuidados infantis seja muito maior em relação à do pai.

Os pais entrevistados significam a paternidade como estando relacionada com a figura de quem está presente, cuidando da criança, sendo o filho uma continuidade dos pais no mundo e decorrência natural do casamento. Apesar deles serem posicionados pelas esposas como ajudantes nos cuidados com os filhos, eles se auto-definem como sendo desajeitados e despreparados para tal função. Esse discurso reforça o sentido historicamente construído da incompetência masculina para os cuidados com os filhos, principalmente, no que se refere à manipulação do corpo da criança que é percebida pelo imaginário popular como sendo um “negócio de mulher”.

A partir deste estudo de Rossetti-Ferreira (2006), pôde-se observar claramente que para tornar-se mãe, pai e filho, as pessoas precisam vivenciar um processo de construção e não de imposição.

No estudo realizado por Andrade, Costa e Rosseti-Ferreira (2006), verificou-se a existência de uma nova distribuição de papéis nos múltiplos arranjos familiares, em que a participação paterna nos cuidados infantis é maior nos dias atuais. Este “novo pai” (inserido no contexto da adoção) supervaloriza sua função de provedor e ajuda nos cuidados com o filho, havendo, assim, uma redefinição do papel paterno que implica na construção de uma nova subjetividade de pai.

Andrade, Costa e Rosseti-Ferreira (2006) verificaram ainda que a mãe biológica do filho(a) adotado é vista como sendo uma heroína por não ter abortado e ter dado a oportunidade aos pais adotivos de se tornarem pais. No entanto, em outros momentos, ela é vista como uma figura ameaçadora que pode reaparecer e levar de volta o seu filho. É interessante observar que, neste estudo de caso, a adoção já havia sido legalizada e que a adoção plena é um ato irrevogável, mas mesmo com todas as garantias legais, os pais ainda relacionam a figura da mãe biológica do filho como sendo uma espécie de fantasma. Além disso, os pais entrevistados sabiam “pouco da história dos pais biológicos dos seus filhos, não buscando esse conhecimento e parecendo negar esse passado, embora achem importante a criança conhecer sua história” (ANDRADE, COSTA; ROSSETI-FERREIRA 2006, p.246). Existe não só a dificuldade dos pais adotivos em revelar a história de adoção para o filho (no caso de adoção de bebês) como também de falar sobre o passado da criança, considerando que a criança já saiba da sua história de origem.

A construção de relações de parentalidade passa por momentos de identificação e estranhamento, e no caso da adoção tardia os momentos de estranhamento podem se tornar intensos devido à presença de suposições que consideram os vínculos de consangüinidade mais fortes do que os vínculos da adoção.

A insegurança quanto à solidez do vínculo é demonstrada pela criança através do teste de aceitação dos pais adotivos. Segundo Rosenberg (1992) e Vargas (1998), as crianças adotivas experimentam sentimentos ambíguos de desejo e medo. Isto é, ao mesmo tempo em que desejam ser queridas pelos genitores, temem ser raptadas por eles. Os pais adotivos precisam estar prontos para lidar com o filho (a) nesta fase, pois não raro se sentem rejeitados, desafiados e atacados. Entretanto, é importante que o teste de aceitação seja entendido como fazendo parte *do processo de adaptação a um novo contexto de relações*.

Segundo Costa e Rossetti-Ferreira (2007, p.433):

Os pais devem favorecer oportunidade de conversas com a criança sobre seu passado, de modo aberto e não defensivo, auxiliando-o a construir narrativas sobre ele e a não se sentir traído nem os pais biológicos nem os pais atuais.

Quando o processo de adaptação e identificação com as novas figuras parentais é bem sucedido, os sentidos de maternagem, paternagem e filiação adotiva podem dar margem à idéia de que a criança foi gerada no ventre da mãe adotiva e as conversas sobre o passado são desinvestidas. Isto acontece porque a falta do biológico como produtor da verdade causa uma estranheza e pode criar, neste contexto, uma espécie de ficção, em que a família constituída por filhos adotivos é entendida como algo instável e ameaçador. Nos Estados Unidos e Canadá, há movimentos que lutam pelo direito da criança ser educada por bons pais, conservando um relacionamento com sua família natural de modo a valorizar o conhecimento de suas origens (WEBER, 2007; VARGAS, 1998).

De acordo com Camargo (2006), a impossibilidade adaptativa entre pais e filhos adotivos decorre de processos de adoção realizados inadequadamente, ou seja, aquelas adoções em que se priorizam os desejos dos pais em detrimento das necessidades da

criança adotada. Estes pais podem também vir a ter expectativas muito altas em relação aos adotantes por desejarem, muitas vezes, substituir um filho que morreu ou desejarem que este se torne o que eles mesmos não puderam ser.

Weber (2007) realizou uma pesquisa sobre a percepção de preconceito e discriminação social pela família adotiva e pôde perceber que a discriminação é mais freqüente com os filhos adotivos do que com os pais e irmãos, isto seria responsável pelo sentimento de vergonha dos filhos adotivos em se falar de sua história de origem. É como se o sentido produzido pela sociedade em geral fosse de que ser filho biológico é o normal, enquanto, ser filho adotivo seria anormal. A adoção ainda nos dias atuais é percebida com muitos preconceitos, no entanto, a maneira como os pais assimilam, integram e elaboram as especificidades do processo adotivo terá importância fundamental para o relacionamento entre eles e seus filhos adotivos.

As pesquisas revelam (e.g. WEBER, GAGNO, CORNÉLIO; SILVA, 1994) que a maior parte da população apresenta preconceitos quanto à adoção tardia, como: a) o medo de adotar crianças mais velhas pela dificuldade na educação, como já mencionado; b) o receio de adotar crianças institucionalizadas pelos maus hábitos adquiridos; c) a crença de que as crianças que não sabem que são adotivas têm menos problemas, por isso se deve adotar bebês e esconder deles a verdade, imitando uma família biológica.

Em situações que ocorre a adoção plena³, a certidão de nascimento da criança ou adolescente adotado possui o nome dos novos pais, não constando os nomes dos genitores, deste modo, a revelação ou manutenção da história de origem deste (a) filho (a) fica a critério da família. A criança ganha, assim, uma nova identidade que anula qualquer registro do seu passado e origem. Segundo Uziel (2007), a lei cria duas

³ A família biológica perde o pátrio poder, havendo, assim, o corte de todos os laços jurídicos e de convivência com a criança ou adolescente e a emissão de um novo registro de nascimento que implica no surgimento de novos pais.

categorias de cidadãos: a primeira tem direito à sua origem e genealogia, enquanto outros serão privados deste direito. Enfatiza-se ainda que não é preciso apagar os pais biológicos da vida da criança ao incorporar os pais adotivos, sendo fundamental que a família adotiva assuma uma característica *aditiva* ao invés de *substitutiva*.

Por outro lado, supõe-se que a ausência de nomeação dos genitores da criança adotiva nas certidões de nascimento tenha ocorrido como uma tentativa jurídica de proteger a criança de preconceitos sociais, vigentes na época de aprovação da lei, com o objetivo de evitar a separação entre três classes diferentes de filhos: legítimos, bastardos e adotivos. No que se refere às famílias adotivas, durante grande parte do período histórico (conforme visto no capítulo anterior), elas lutaram pela legitimação da sua condição enquanto pais e filhos de direitos, devido à supervalorização dos laços sanguíneos pela sociedade em geral. Havendo, neste sentido, uma preocupação jurídica, ao não se registrar nas certidões de nascimento os nomes dos genitores, em assegurar que pais e filhos adotivos tivessem acesso aos mesmos direitos conferidos às famílias com filhos biológicos.

A supervalorização do biológico ocupa um lugar central na busca desta nova identidade jurídica que também é almejada pelos casais pretendentes à adoção, os quais preferem adotar as crianças que possuem características físicas semelhantes às suas. Este tipo de prática desenvolvida tanto pelo setor jurídico quanto pelos casais pretendentes à adoção, gera o risco de inferiorização de diferentes arranjos familiares que seja diferente do modelo biológico (UZIEL, 2007). Ainda de acordo com Uziel (2007, p. 50), “Adotar a pluriparentalidade significa reconhecer os limites da biologia e valorizar, ao mesmo tempo, os laços construídos com a convivência e a partir do desejo”.

No Brasil, as pessoas buscam realizar as funções de maternidade e paternidade valorizando o modelo biológico de parentalidade. A adoção, desta maneira, termina por não ser um processo simples, especialmente, quando se trata de crianças mais velhas (COSTA; ROSSETTI-FERREIRA, 2007).

Considera-se que a prática cultural da adoção e de ser adotado(a) produz um tipo de vinculação que implica na produção de sentidos específicos, uma vez que estas famílias passaram a existir de maneira diferenciada das demais. A criança antes de ser adotada foi abandonada ou entregue pelos genitores para adoção. Além disso, estas famílias têm que conviver com mitos socialmente construídos, como, por exemplo, o mito de que os pais biológicos são os pais verdadeiros enquanto os pais adotivos são pais de “segunda mão”. Por outro lado, os filhos adotivos são acompanhados pela visão estigmatizadora de que são problemáticos e terão dificuldades de aprendizagem.

Para compreender um pouco mais acerca das relações entre pais e filhos adotivos, o próximo capítulo propõe-se a discutir as adoções realizadas em três diferentes famílias (biparental, monoparental e homoafetiva), considerando o contexto sócio-histórico atual.

CAPÍTULO 3

PLURIPARENTALIDADE: QUE FAMÍLIA É ESSA?

“A família não se desconstrói. Ela se recompõe gradativamente à medida que avança o tempo em que ela se insere. Como instituição, independente dos arranjos em que ela se apresenta, ainda é uma família.”

Wagner, 2002.

No final do século XIX e início do século XX, as relações afetivas e sexuais passam a ser valorizadas, tendo um sentido de realização pessoal que poderia ser conquistado através do matrimônio. Neste contexto, prioriza-se a complementaridade entre os papéis masculinos e femininos, em que a criança ocupa um lugar central nos investimentos afetivos de familiares, ou seja, a conjugalidade relacionava-se ao exercício da parentalidade.

Atualmente, os laços conjugais por si só não são suficientes para estabelecer relações de parentalidade na medida em que o convívio cotidiano com a criança se sobressai em meio às definições abstratas das relações familiares, contribuindo para inclusão de diferentes arranjos na conceitualização atual de família.

A partir da emergência de novas legislações sobre família e dos avanços tecnológicos (inseminação artificial, fecundação *in vitro* e aluguel de barriga), a impossibilidade de viver a dois não são mais um obstáculo para o exercício da maternagem, paternagem e filiação. Uziel (2007) enfatiza que as definições de família têm evoluído, uma vez que não é mais o casamento que orienta este conceito. Isto é, a nova definição de família inclui a existência de pais e mães que vivem sem companheiro(a), como, por exemplo, a entidade familiar monoparental. Entretanto, apesar dos avanços relacionados às concepções teóricas de família, elas correm o risco de não englobar a presença de outros parentes (como tios, primos, avós e outros) nem

contemplar as configurações oriundas de novas técnicas reprodutivas. Além disso, podem ainda correr o risco de não incluir um casal homossexual como fazendo parte deste conceito.

Conceituar família na atualidade é uma tarefa difícil e inacabada, pois este conceito sofre constantes transformações, havendo sempre o perigo de se excluir outras formas diferenciadas de organização familiar. Segundo Weber (2008), a família é um sistema dinâmico que se interliga com outros sistemas maiores, estabelecendo relações marcadas pela afeição, apoio, partilha de tarefas e cooperação mútua. A família moderna encontra-se em crise devido à existência de conflitos entre os valores igualitários e as práticas hierárquicas aprendidas com as gerações anteriores. A crise nas relações de gêneros implica em uma crise neste novo modelo familiar, em que cada membro é chamado a renegociar as práticas desempenhadas nos relacionamentos por diversas vezes e em diferentes momentos de suas vidas.

Para Passos (2003), a família é uma unidade social e psíquica de modo que os estudos que tratam do tema devem focar os aspectos da grupalidade e das individualidades presentes. Isto significa que não se pode considerar que a família seja apenas micro parcerias do grupo familiar, pois os sentidos são engendrados mediante a articulação permanente entre a grupalidade, as interações entre os membros e as individualidades.

Os sentidos construídos acerca de família vêm-se modificando ao longo dos anos, sendo mais variados na medida em que as famílias tradicionais não deixam de existir para que as novas surjam e convivam entre elas. Cada vez mais novas famílias são formadas e as crianças passam a constituir relações de parentalidade com um número maior de pessoas. Entretanto, o modelo biparental (tradicional) de família ainda é visto

como ideal pela sociedade contemporânea, em que as figuras paternas e maternas aparecem como essências para sua composição.

A educação de um filho por parte de uma mulher ou homem solteiro traz freqüentemente a preocupação acerca da ausência de referenciais paternos e maternos para a criança adotada, bem como, levanta ainda a dúvida em relação à orientação sexual dos mesmos. Este tipo de pensamento faz com que a monoparentalidade e a homoparentalidade sejam vistas como algo estranho ou fora de lugar, deste modo, algumas configurações de família ficam mal alocadas ou até mesmo não cabem na definição de família construída por determinados grupos sócio-culturais (UZIEL, 2007).

Segundo Gueiros (2007 p. 42):

Adoções unilaterais correspondem a 27,63% do total das adoções e são realizadas também por iniciativa da família. Essas adoções geralmente acontecem nos casos em que um dos pais biológicos faleceu e o outro contraiu segundas núpcias, ou quando a criança estava registrada apenas no nome da mãe.

Apesar dos referenciais maternos e paternos serem valorizados pelos técnicos que trabalham com adoção, vem surgindo uma mudança em relação a estas exigências através da construção de sentidos de que os referenciais maternos e paternos podem ser assumidos por uma rede de apoio maior (amigos, tios, avós, babás entre outros). Deste modo, neste momento, voltar-se-á um olhar mais cuidadoso para as famílias monoparentais e homoafetivas, visto que essas, conjuntamente com a configuração biparental, são o foco desse trabalho.

As famílias monoparentais são aquelas em que a criança ou adolescente mora com apenas um dos pais ou alguém que o substitua, sendo fundamental a análise dos vínculos afetivos construídos com a rede social em que esta família está inserida. O termo monoparental surgiu nos anos 70, com o intuito de valorizar os lares chefiados por mulheres, atribuindo o mesmo estatuto das famílias biparentais.

De acordo com Passos (2003), a família monoparental não é uma criação exclusiva do século XX, pois em todos os momentos históricos existiram famílias monoparentais. O que acontece é que, atualmente, este tipo de configuração familiar não causa mais estranheza social, adquirindo um outro estatuto social e psicológico em meio a grande diversificação nas parcerias conjugais que acabam gerando filhos. Estas famílias são constituídas, em sua maioria, por mulheres solteiras, mas também se encontram nesta, viúvos (as), divorciados (as), pessoas que optam pelo celibato ou que tenham dificuldade em viver uma vida a dois. Outros casos raros que podem levar à monoparentalidade são: a prisão e a necessidade de mudança de um dos cônjuges. Os casos em que um homem solteiro resolve adotar sozinho um filho, apesar de estar se tornando uma prática mais freqüente no Brasil, é um caso ainda mais raro de monoparentalidade (UZIEL, 2007).

Quando um homem solteiro se propõe a desempenhar a parentalidade monoparental é comum atribuir-se a ele características femininas, isto acontece porque os cuidados de uma criança ainda estão relacionados com a figura feminina. Não queremos dizer aqui que as características femininas, apresentadas por um homem, são sinônimas de sua homossexualidade, mas que é comum os profissionais que trabalham no setor de adoção ficarem em dúvida em relação às práticas sexuais (homoafetivas ou heterossexuais) de um homem solteiro que se interessa pela adoção de uma criança (UZIEL, 2007). Por outro lado, quando uma mulher solteira decide realizar a adoção, a dúvida em relação à prática homoafetiva não se sobressai, uma vez que a maternidade aparece como fazendo parte da natureza feminina.

Estudos realizados por Clément (1993) e Lebovici (1993), apontam, entre os participantes entrevistados, a existência de concepções que tratam a monoparentalidade como sendo maléfica, relacionando-a a uma estrutura problemática ou a um fracasso. A

naturalização da família formada por pai, mãe e filho não abre espaços para novos arranjos familiares, os quais são vistos como inferiores quando comparados à família biparental clássica. Por outro lado, estudos mais recentes (UZIEL, 2007) enfatizam a existência de adultos presentes ao redor da criança que podem oferecer diferentes vínculos e sentidos diversos a serem produzidos e negociados. Isto significa que as pessoas próximas a estas crianças podem desempenhar práticas sociais ou papéis sociais (relacionadas com o ser mãe, ser pai ou ser filho), passando a constituir um sentido de família que ultrapassa o biológico e dá um sentido à existência humana.

Além disso, a ausência do homem ou mulher que caracteriza a maternidade ou paternidade monoparental, não implica em uma história que não deu certo ou em uma patologia. Aqui a pluralidade dos modelos familiares precisa adquirir um *status* social de igualdade em relação à biparentalidade.

No que se refere à família homoafetiva, De Singly e Descoutures (2000) chamam à atenção para nossa tendência de tentar atribuir ao casal de homens e mulheres, os nomes de pai e mãe. A união entre pessoas do mesmo sexo não anula as diferenças sexuais, sendo assim deve-se chamar “pai e companheiro do pai” ou “mãe e companheira da mãe”. Diante disto, a Psicologia justifica que não se trata da pessoa em si, mas da função que ela representa ou desempenha na subjetividade do sujeito.

Em relação às famílias recompostas, caracterizadas pela multiplicação de papéis parentais e a distribuição da função de pai ou de mãe para outros homens ou mulheres, pode surgir *papéis sociais* (relacionados com o ser mãe, ser pai, entre outros) *suplementares*, pois não se trata do lugar a ocupar, mas a inventar. Neste contexto, torna-se preciso inventar um lugar que dê aos cônjuges dos pais e demais pessoas envolvidas, um *estatuto* para que a nova família tenha legitimidade (UZIEL, 2007).

A prática homoafetiva de uma pessoa não se relaciona com sua capacidade ou não em desenvolver funções de paternagem ou maternagem. No entanto, no que se refere a estas famílias, não se pode negar o fato da sociedade, em geral, não aceitar facilmente o homossexualismo, sendo este marcado por preconceitos e muitos “não ditos”. As famílias homoafetivas terão que enfrentar a violência verbal ou/e física de pessoas homofóbicas e a ausência de igualdade de direitos perante a lei, além das preocupações referentes ao desenvolvimento e bem-estar do adotante. Neste sentido, as práticas homoafetivas dos adotantes influenciam, mas não determinam o (in)deferimento do pedido de adoção, uma vez que se busca priorizar o interesse da criança em detrimento dos interesses dos adultos, ainda que estes sejam vistos como legítimos (FIGUEIRÊDO, 2008; UZIEL, 2007).

O aspecto que prende a atenção dos técnicos do setor de adoção é a forma como o requerente lida com sua prática homoafetiva, ou seja, a forma como os seus sentidos produzidos sobre a homossexualidade interagem com os outros sentidos sociais e, se a articulação entre estes sentidos possibilita uma boa adaptação ao contexto social.

Em relação à dificuldade social em aceitar a união civil entre homossexuais como legítima, Figueiredo (2008) cita o Projeto Suplicy (Lei nº 1.151) que desde 1995 tramita na Câmara dos deputados, sendo incluído e retirado da pauta devido à existência de fortes reações contrárias fundamentadas em pressupostos religiosos de católicos e evangélicos. O Projeto Suplicy propõe o reconhecimento da união civil entre pessoas do mesmo sexo, reconhecendo a sua existência e *status* único, isto é, não se pretende dar à união civil entre homossexuais o mesmo *status* do casamento entre heterossexuais, pois este tem *status* próprio. É importante destacar ainda que não se pretende, no Projeto Suplicy, defender a união civil entre qualquer tipo de relação homoafetiva, mas somente àquelas estáveis e monogâmicas que podem trazer conseqüências jurídicas.

A aprovação de um projeto de Lei que regulamente estas uniões é urgente e essencial. De acordo com Figueiredo (2008, p. 95):

A sociedade brasileira não pode continuar fingindo que não vê o crescente número de pessoas do mesmo sexo vivendo em companheirismo, sob o mesmo teto, e, pior ainda, tolerando que, quando um deles venha a falecer, os familiares, que muitas vezes o tinham rejeitado, venham lutar pelos bens materiais deixados, quase sempre adquirido com o esforço comum do companheiro.

O autor citado acima chama a atenção para a contradição intrínseca presente na Constituição Federal que, por um lado, garante que todos somos iguais perante a lei (sem distinção de qualquer natureza) e, ao mesmo tempo, impede as uniões entre pessoas do mesmo sexo, não reconhecendo este tipo de união como familiar. Desenvolver ou não práticas preconceituosas em relação ao homossexualismo acontece muito mais em função de uma herança cultural do que da existência de uma norma jurídica que proíbe e pune qualquer forma de discriminação.

Figueiredo (2008) realizou ainda uma pesquisa de opinião pública a respeito da adoção para homossexuais nas cidades de Campo Grande (MS), Belo Horizonte (MG) e Recife (PE). Participaram deste estudo grupos homogêneos: juiz/desembargador, promotor/procurador de justiça, psicólogo/assistente social, advogados, professores universitários, donas-de-casa e outros. A partir das técnicas de estatística descritiva e testes comparativos entre as cidades obteve que 65,8% dos participantes de Campo Grande consideram que um pedido de adoção não pode ser indeferido em razão da opção sexual, enquanto para os participantes domiciliados em Belo Horizonte a estimativa correspondente foi de 64,3%. Já em Recife, 48% dos participantes responderam que a adoção pode sim ser indeferida em função da orientação sexual.

A partir disso, concluiu-se que ainda existem preconceitos fortes contra a adoção praticada por homossexuais, principalmente na cidade de Recife. Entretanto, há uma

tendência de que a sociedade brasileira se torne menos conservadora em virtude da influência dos meios de comunicação e da globalização, os quais vêm provocando uma mudança social no sentido de que cada vez mais sejam valorizados a afetividade e os superiores interesses da criança.

Também foi contemplada no referido estudo de Figueiredo (2008), a ocupação dos pesquisados (juízes/desembargadores, promotores/procuradores, assistentes sociais/psicólogos, advogados, professores universitários, donas de casa e outros) em função da adoção em favor do casal homossexual, e se verificou que as donas de casa apresentaram maior resistência à adoção praticada por homossexuais. Isto provavelmente se deve ao fato dos homossexuais representarem uma ameaça à família e serem vistos como pessoas que podem influenciar negativamente os seus filhos.

No que se refere à adoção de crianças mais velhas, o número de candidatos a pais é significativamente menor ao de crianças abrigadas em instituições. Assim, o casal homossexual, que menos se aproxima do modelo de família desejado pela sociedade em geral, que decide realizar este tipo de adoção poderá ter sucesso em sua iniciativa por ser considerado como um “*mal menor*” para a criança. Isto se deve ao fato de que a homossexualidade esteja relacionada, no imaginário coletivo, à idéia de promiscuidade, instabilidade e extinção da espécie (devido às práticas de relações sexuais sem procriação).

Ainda segundo Figueiredo (2008, p.23):

É como se o homossexual representasse uma ameaça à sociedade em geral e a família em particular, motivando a prática do extermínio [...] Sendo uma ameaça à família, como querer ser família? Não tendo relações sexuais com os fins de procriação e perpetuação da espécie, como querer ter filhos adotivos?

A instabilidade e a promiscuidade são identificadas socialmente como sendo características dos homossexuais, principalmente dos homens, o que dificulta a construção de um arranjo familiar com a presença de crianças nestes lares. Os temores que aparecem nos discursos sociais são de que a parentalidade homossexual traga danos para a criança. Estes danos podem ser definidos pelo abuso sexual, considerando o caso de homens que se candidatam para adotar meninos, bem como, pelo risco da prática homoafetiva dos pais influenciarem na decisão sexual futura dos filhos. Neste último caso, observa-se a presença do preconceito por se temer que a criança adquira a “não desejada” prática homoafetiva que é significada como sendo um problema ou fruto de algum distúrbio na criação da criança.

Segundo Uziel (2007), a intenção de um requerente homossexual, em muitos casos, tem o sentido de oferecer a possibilidade de realizar a maternagem e a paternagem, contrariando as idéias de abuso e exploração infantis. Além disso, existem muitos homossexuais que levam uma vida com estabilidade afetiva e social, estando fora de padrões estereotipados, neste sentido, a prática homoafetiva não trará influência negativa para o adotando.

De acordo com Figueiredo (2008, p.90):

[...] A nosso ver o homossexual tem o direito de adotar um menor, salvo se não preencher os requisitos estabelecidos pela lei. Aliás, se um homossexual não pudesse adotar uma criança ou um adolescente, o princípio da igualdade perante a lei estaria abertamente violado. E mais: apesar da omissão legal, o ECA não veda, explícita ou implicitamente a adoção por homossexuais. O que importa no substancial, é a idoneidade moral do candidato e a sua capacidade para assumir os encargos decorrentes de uma paternidade (ou maternidade) adotiva.

O indeferimento de uma adoção por motivo de preconceitos pode romper com uma relação de afetividade já construída ou ainda tolher o direito constitucional da criança de convivência familiar. Deste modo, cada caso, independente de o pretendente ser

heterossexual ou homossexual, deve ser considerado cuidadosamente para minimizar os riscos de erros, uma vez que a adoção é irrevogável.

No próximo capítulo será realizado um breve recorte sobre as pesquisas desenvolvidas no contexto da adoção que se relacionam com o tema proposto, tendo como objetivo apreender como os trabalhos atuais produzidos no universo acadêmico situam as relações de maternagem, paternagem e filiação.

CAPÍTULO 4

SIGNIFICADOS E SENTIDOS: UMA PERSPECTIVA SÓCIO-HISTÓRICA

“Para compreender a fala de alguém não basta apreender suas palavras, é preciso apreender seu pensamento, sempre emocionado.”
Vygotsky, 2001.

Bruner (1997) e Vygotsky (1998) concordam que é através da imersão do sujeito na cultura e do uso de ferramentas culturais que o sujeito dá sentido a sua ação. Este sujeito de que falamos é ativo, é capaz de interpretar, de produzir significados e sentidos que se atualizam e têm sua própria marca, posto que é ao mesmo tempo único, singular, histórico e social. Assim, destaca-se logo de início que o sujeito de que falamos se constitui em uma relação dialética com o social e a história.

Segundo Vygotsky (2001), ao nascer, o homem seria um candidato à humanidade e o processo de internalização seria o responsável pela reestruturação radical na atividade psíquica, devendo por isto ser chamado de processo de revolução. Este processo de que estamos falando corresponde ao momento em que a criança internaliza ou incorpora a linguagem do outro, os modos de agir, pensar, entre outros, que aparecem como contrários a uma perspectiva naturalista ou inatista. Internalização, como um construto psicológico, supõe algo “de fora” – cultura, práticas sociais, material semiótico – a ser tomado, assumido pelo indivíduo. No entanto, tal construto carrega a imagem de dentro/fora do organismo, sugerindo, portanto, uma oposição entre o individual e o social, como se o individual não fosse, em sua natureza, social, o que é um pressuposto básico nessa abordagem teórica.

Para Aguiar (2006), indivíduo e sociedade se incluem e se excluem ao mesmo tempo. Ao afirmar que se incluem, refere-se ao fato de não existir invenções individuais no sentido estrito da palavra, mas sempre há a colaboração anônima na produção do “novo”. Por outro lado, indivíduo e sociedade se excluem quando se coloca em

evidência a singularidade do sujeito, tendo em vista que a construção interna deste não se dá meramente pela transposição do social.

Nesse sentido, poder-se-ia dizer que o termo *apropriação* poderia ser usado como um sinônimo perfeitamente equivalente à internalização, já que ele também supõe algo que o indivíduo toma “de fora” (de algum lugar) e de alguém (um outro). A apropriação também implica na ação de um indivíduo sobre algo ao qual ele atribui propriedade particular.

Puzirei (2002), fundamentando-se no referencial sócio-histórico, afirma que o desenvolvimento cultural passa por três estágios: em si, para outros e para si. O primeiro estágio se inicia quando a criança dá significado à palavra, estabelecendo uma relação objetiva com as coisas ao seu redor. No estágio seguinte, o outro surge como mediador e restritor da significação: as ações das crianças são reguladas por parte do adulto, então, o que era “em si” dirige-se ao outro e para o outro. E por último, no estágio para si, o sujeito se apropria das ferramentas culturais e dá sentido próprio ao mundo, sendo capaz de regular o seu próprio comportamento. É neste contexto que Vygotsky não divide o ser humano em externo e interno, superando a idéia de dualidade do sujeito na medida em que, para ele, o individual é social e vice-versa.

Vygotsky (2000) supera a visão dualista do homem na medida em que pontua que as funções biológicas (ou elementares) não desaparecem com a emergência das funções culturais (ou superiores), mas são articuladas com a história humana, permitindo ao homem transformar a natureza (através do trabalho) e o seu próprio modo de ser. Acrescenta-se ainda que o teórico em estudo não separa os planos ontogenético (história pessoal) e filogenético (história da espécie humana). As histórias ontogenética e filogenética são entrelaçadas, o que implica dizer que as transformações surgidas no plano ontogenético ocorrem também no plano filogenético. Assim, o caráter histórico e

dialético marca a concepção de desenvolvimento humano de Vygotsky, sendo esta uma questão-chave para discussões teóricas sobre natureza e cultura.

É através do desenvolvimento cultural que a ação humana, mediada pela linguagem, é interpretada, uma vez que os sentidos das palavras produzem efeitos diversos e a maneira como estes são construídos dependem dos contextos sócio-históricos e das características singulares de cada sujeito. Em outras palavras, o sentido das coisas é construído pelo homem através da linguagem e nela está presente, o tempo todo, o sujeito e o outro. Sendo assim, o sentido não existe por si só, mas é negociado entre os interlocutores. Mas, afinal, qual o conceito de sentido trazido por Vygotsky? E qual a diferença entre significado e sentido?

Toda atividade humana é significada na medida em que “a palavra desprovida de significado não é palavra, é um som vazio” (VYGOTSKY, 2001, p.398). Os significados são produções históricas e sociais que permitem a comunicação ou socialização das experiências humanas. Referem-se ainda aos conteúdos fixos, estáveis, “dicionarizados”, compartilhados que são apropriados pelos sujeitos (AGUIAR, 2006).

Ainda segundo Vygotsky (2001, p. 465):

O significado é apenas uma dessas zonas do sentido que a palavra adquire no contexto de algum discurso e, ademais, uma zona mais estável, uniforme e exata [...] O significado é ponto móvel e imutável que permanece imutável em todas as mudanças de sentido da palavra em diferentes contextos.

O significado da palavra é uma generalização ou formação de conceito, sendo assim, é um fenômeno do pensamento quando este se relaciona com a palavra e nela se materializa e vice-versa: o significado é um fenômeno do discurso quando este último está vinculado ao pensamento. Neste sentido, o significado da palavra é visto como unidade do pensamento discursivo que uma vez estabelecida sofre modificações e se desenvolve.

Por outro lado, o sentido se aproxima mais do plano subjetivo, sendo mais amplo que o significado. O sentido subverte o significado na medida em que não se submete a uma lógica racional externa. A categoria sentido vincula-se a necessidades que mesmo ainda não sendo realizadas, mobilizam o sujeito produzindo formas de colocá-lo na atividade, destacando sua singularidade historicamente construída. Ainda segundo Vygotsky (2001, p. 465), “O sentido de uma palavra é a soma de todos os fatos psicológicos que ela (a palavra) desperta em nossa consciência”.

É muito difícil falar o sentido de uma palavra fora de um contexto específico, pois ele é negociado entre os interlocutores, por toda riqueza de momentos experienciados. Deste modo, o sentido da palavra nunca é completo e determinado, mas se refere a zonas mais instáveis, fluidas e profundas.

No que se refere ao aspecto semântico da linguagem, os sentidos deságuam uns nos outros e se influenciam mutuamente, ou seja, os sentidos anteriores estão contidos nos posteriores ou se modificam constantemente. Este fenômeno foi denominado de *influência do sentido*, uma vez que o sentido das palavras se revela através da fusão e unificação dos mesmos, tornando-se dinâmicos e ampliados.

Apesar das categorias significado e sentido terem definições diferentes, devem ser compreendidas como estando diretamente vinculadas, pois uma não existe sem a outra. É este o caminho que nos propomos com este estudo: apreender o processo constitutivo dos sentidos, entretanto, para avançar na compreensão destes, tem-se que considerar as expressões humanas como sendo afetivas e cognitivas. Segundo Vygotsky (2001; 1998), para que se tenha uma compreensão ampliada do pensamento é preciso compreender sua base afetivo-volitiva, na medida em que o pensamento é impulsionado pelas emoções.

Conforme vimos acima, tanto os significados quanto os sentidos correspondem a conceitos produzidos pelos sujeitos. Então, surge o seguinte questionamento: como se dá a formação de conceitos pelos indivíduos? Ocupar-nos-emos em responder esta questão a seguir.

O surgimento da fala marca o aparecimento dos conceitos (em termos ontogenéticos), os quais se desenvolvem através da imersão do sujeito em atividades culturais específicas que constituem solo fértil para que estes conceitos sofram modificações constantes. Os diferentes tipos de conceitos vão surgindo durante o desenvolvimento ontogenético, possibilitando a mudança (transição) de conceitos situacionais para um modo mais abstrato de conceito.

A partir do momento que a criança tem acesso à escolarização e ao desenvolvimento científico, ela começa a pensar sobre a natureza dos próprios conceitos, ocorrendo uma nova mudança qualitativa relacionada aos processos metacognitivos. Dentro desta perspectiva, destaca-se a concepção do aumento constante do controle do homem sobre si, ou seja, o homem é capaz de se autoregular, de transcender o mundo das experiências imediatas. Além disso, pode-se contemplar a visão de que os conceitos não são entidades fixas, mas estão sempre em mudança devido à interação do sujeito com objetos de ação e conhecimento (instrumentos e signos) e com outros sujeitos com quem constrói significados coletivos (OLIVEIRA, 1997).

Diante desta abordagem, os conceitos não são vistos como entidades isoladas na mente do sujeito, mas estão organizados dentro de uma rede de significados, onde os elementos se relacionam e se articulam entre si, formando “teorias” que os sujeitos possuem acerca do mundo. Os aspectos cognitivos e afetivos são conceptualizados como fazendo parte de um todo complexo de interrelações, em que a dimensão

motivacional do funcionamento psicológico, que contempla nossas emoções e afetos, está por trás do pensamento e é responsável por sua origem.

Os seres humanos não se adaptam à realidade como o fazem os animais, mas dela se apropriam ativamente. Isso é possível porque desde que nasce a criança está imersa em um universo de objetos humanizados, isto é, significados (PUZIREI, 2002).

É através da relação mediada pelos outros com quem convive que ocorre a transformação de processos biológicos em funções psicológicas superiores. Imersos neste processo de mudança (do ser natural para o ser cultural) estão os conceitos de mediação semiótica e o processo de internalização já mencionados acima. Estes conceitos são destacados neste estudo, porque na medida em que os sentidos são produzidos através das interações sociais, as funções psicológicas superiores começam a operar de modo que os sujeitos constroem significados e sentidos próprios ao seu mundo.

Nessa perspectiva, o discurso não é pensado como um bloco uniforme, mas como um espaço marcado pela heterogeneidade de “diversas vozes”, em que se constitui a singularidade, pelo fato de a intersubjetividade ser anterior à subjetividade e de a relação entre interlocutores ser responsável pela construção de sujeitos produtores de sentidos.

Assim, o desenvolvimento infantil é descrito em duas linhas: a natural e a cultural. Os recém-nascidos e bebês não possuem meios culturais suficientes e, portanto, levam uma vida “primitiva”, não-social. Uma criança não consegue traduzir em seu rudimentar “sistema de sinais” a maior parte do discurso que ouve, pois a capacidade de generalizar se desenvolve lentamente. A partir dos dois anos, quando a criança começa a perguntar os nomes dos objetos, o pensamento se torna verbal e o discurso racional. Neste contexto, a fala precisa ser reforçada pelo adulto, que desempenha o papel de mediador

entre a criança e a linguagem. A fala começa a servir ao intelecto e o pensamento começa a ser verbalizado (OLIVEIRA, 1997).

De acordo com Oliveira (1997), Luria e Vygotsky concordavam com a idéia de que as crianças dominavam certos meios culturais, para descartá-los depois, quando aprendiam meios novos e mais eficazes. Eles ressaltavam ainda que, as pessoas ao mesmo tempo em que possuem os instrumentos mentais, são possuídas por eles. Isto é, o domínio dos meios culturais irá modificar nossa mente: uma criança que tenha dominado o instrumento cultural da linguagem nunca mais será a mesma (a menos por um dano cerebral).

Para que a comunicação se torne mais sofisticada, é necessário que a criança esteja inserida em um ambiente onde as pessoas utilizem de forma precisa signos tradutores de idéias, sentimentos, vontades e pensamentos. É através da internalização e organização dos signos em estruturas complexas mais articuladas que os indivíduos desenvolvem os sistemas simbólicos, os quais são definidos como funções psicológicas superiores essenciais na comunicação entre os indivíduos. O papel das funções psicológicas superiores é instituir os significados compartilhados nas relações sociais, de modo a possibilitar interpretações do mundo real. Vygotsky (2001) destaca que os processos superiores, que constituem as atividades conscientes dos seres humanos, são produtos destas relações em que as pessoas desde cedo participam.

A partir das considerações feitas acima, no próximo capítulo, discutir-se-á sobre as enunciações produzidas pelos sujeitos do discurso, tendo em vista que a dimensão comunicativa, interativa e avaliativa dos enunciados é fundamental para o estudo acerca dos sentidos construídos nas relações sociais.

CAPÍTULO 5

PERSPECTIVA ENUNCIATIVO-DISCURSIVA: UM ENFOQUE ACERCA DOS ENUNCIADOS

“O enunciado não é uma unidade convencional, mas uma unidade real, estritamente delimitada pela alternância dos sujeitos falantes, e que termina por uma transferência da palavra ao outro.”

Bakhtin, citado por Brait 2007, p. 61.

A teoria enunciativo-discursiva concebe que as noções de enunciado, enunciado concreto e enunciação ocupam um papel central para o estudo da linguagem, sem perder de vista os aspectos históricos, culturais e sociais envolvidos no discurso. O enunciado, nesta perspectiva, corresponde *a uma unidade de comunicação e significação, inseridos em um contexto específico* (BRAIT; MELO, 2007).

Diante disto, o enunciado não é uma frase em si, mas “um todo de significação” que deve conter um sentido, sendo realizado em um dado lugar e momento do discurso para que os interlocutores possam produzir significação diante do que está sendo falado. É a partir da contextualização situacional do discurso que o enunciado ganha sentido, uma vez que existe uma situação extraverbal implicada no verbal que deve ser considerada.

Segundo Brait e Melo (2007, p. 67):

[...] esse enunciado implica muito mais do que aquilo que está incluído dentro dos fatores estritamente lingüísticos, o que, vale dizer, solicita um olhar para outros elementos que o constituem. [...] O enunciado é definido como compreendendo três fatores: (a) o horizontal espacial comum (a unidade do visível - neste caso, a sala, a janela etc.), (b) o conhecimento e compreensão comum da situação por parte dos interlocutores e (c) sua avaliação comum dessa situação.

A construção de enunciados faz parte de um processo interativo, em que o componente verbal e o não-verbal se integram à situação, fazendo parte de um contexto histórico maior. O enunciado é, portanto, a frase além de sua forma fonética ou

morfológica, ele ultrapassa os limites gramaticais de uma oração ou frase. Constitui ainda uma relação verbal entre dois sujeitos (no mínimo), que possuam determinada competência discursiva.

Há uma diferença marcante entre frase e enunciado. Uma frase é caracterizada por qualquer “seqüência de sons” que contenha uma ou mais palavras. Ela está relacionada a um objeto teórico que não pertence ao domínio do observável, enquanto, o enunciado, marca a existência de algo que não existia antes da fala e que não existirá depois, sendo, neste sentido, um acontecimento “histórico”. Além disso, ele possui uma pretensão de verdade e por isso o participante do discurso pode se questionar sobre a veracidade ou não do mesmo.

No que se referem aos enunciados concretos, estes estabelecem conexões com o contexto extraverbal a partir do que é percebido e presumido pela palavra. Quando separado do contexto extraverbal, os enunciados concretos perdem a significação, sendo assim, o termo enunciado nos remete ao ato concreto do uso da linguagem na medida em que possuem como particularidades: autoria, atitude responsiva do “outro”, alternância dos sujeitos na comunicação, pretensão valorativa (certo, errado, bom, ruim etc.) em relação à realidade, e a relação do enunciado com o enunciador e com os outros parceiros da comunicação. Desta maneira, os enunciados apresentam peculiaridades que os caracterizam como uma unidade concreta da comunicação.

O termo “enunciado concreto” evidencia a necessidade de pensar que as formas comunicativas não são adquiridas em manuais, mas sim nos processos interativos. Por exemplo, a aprendizagem da língua materna não ocorre por meio de dicionários ou manuais de gramática, mas devido aos enunciados concretos ouvidos e reproduzidos na comunicação discursiva (BRAIT; MELO 2007).

Para a perspectiva enunciativo-discursiva, o enunciado, o enunciado concreto e a enunciação estão relacionados diretamente com discurso verbal, à palavra e ao evento. A enunciação se refere a um acontecimento que marca o aparecimento de enunciados, sendo assim, não há como separá-los.

De acordo com Bakhtin (2003, p. 297), “Os enunciados não são indiferentes entre si nem bastam cada um a si mesmos [...] Cada enunciado é pleno de ecos e ressonâncias de outros enunciados com os quais está ligado pela identidade da esfera de comunicação discursiva”.

Defende-se uma concepção dialógica da linguagem, em que o “outro” é constitutivo do discurso e a heterogeneidade é constitutiva da linguagem. Aqui, não se considera apenas a visão de mundo do enunciador, mas um outro componente determinante é a relação deste enunciador com os enunciados dos outros parceiros da comunicação verbal.

Bakhtin (2003), ao destacar o vínculo estreito entre discurso e enunciado, considera o enunciado como unidade real da comunicação discursiva, tendo em vista que as relações dialógicas são estabelecidas entre os enunciados produzidos durante um diálogo. Assim, cada enunciado é sempre original, único e deriva do lugar ocupado por determinado sujeito no meio sócio-cultural em que vive, assumindo um caráter marcante de imprevisibilidade. Além disso, cada produção suscita a necessidade de compreensão e um posicionamento responsivo do outro, participante do diálogo, que ocorre através de novos enunciados, com nova demanda de atitude responsiva, alimentando assim esta cadeia de relações dialógicas infinita, mutante e inconclusa, passível apenas de interpretações, seja em cada diálogo, seja em cada época em que se produz.

Torna-se essencial ressaltar que apesar do discurso assumir o caráter de um “diálogo inconclusivo”, o enunciado somente pode ser definido como uma manifestação conclusiva com a finalidade de não ser contestado. Por exemplo, uma formulação filosófica ou uma proposição científica precisam apresentar “uma totalidade de sentido” para não ser contestada. Isto significa dizer que a conclusividade interna do enunciado é uma condição para sua circulação na cadeia discursiva.

A concepção de sujeito defendida pela perspectiva enunciativo-discursiva coloca em destaque a competência do homem de interpretar o processo interativo através de uma avaliação social que ele realiza, à medida que é capaz de julgar uma situação específica. Essa avaliação social interfere diretamente na produção e organização dos enunciados (BAKHTIN, 1929/2003). Neste contexto, a relação dialógica entre falante e ouvinte coloca o sujeito dentro de um processo de interação “ativa”, pois o falante é sempre um contestador em potencial.

De modo geral, os enunciados são atualizados a partir de uma situação histórica e social concreta, em que a análise do sentido produzido deve levar em consideração a idéia de particularidade da situação em que se dá o enunciado, bem como, o lugar de geração do mesmo e os envoltimentos intersubjetivos presentes nos discursos. A este envolvimento intersubjetivo, Bakhtin denominou de “entonação” ou “tom do discurso”. A entonação refere-se a um lugar de memória do falante e ouvinte, pois eles são totalmente impregnados de entonações, desde a mais tenra infância. Além disso, a entonação também constitui um lugar de encontro, pois é resultado do cruzamento das entonações respectivas (DAHLET, 2005). Bakhtin ressalta, assim, a importância de que o texto deve ser analisado articulando-se suas dimensões históricas e intersubjetivas (entonação).

Na medida em que se considera que as relações, e não os termos, são a base do sentido, a discussão proposta neste estudo será retomada, no próximo capítulo, de maneira relacional, ou seja, se fará uma articulação teórica entre as perspectivas enunciativo-discursiva (Bakhtin) e sócio-histórica (Vygotsky) com a intenção de possibilitar uma maior visibilidade acerca de suas contribuições para compreensão de questões relacionadas com os sentidos e a significação.

CAPÍTULO 6

RELAÇÃO ENTRE A TEORIA SÓCIO-HISTÓRICA E A PERSPECTIVA ENUNCIATIVO-DISCURSIVA

“As crianças nascem em um mundo repleto, prenhe de significações. E começam a viver e a fazer sentido das práticas de cada dia... Vivem os cuidados, os carinhos, os afetos, as distâncias, as ausências, as contingências, as contradições que vão se impondo.”

Smolka, 2004.

Este capítulo não se propõe a esgotar a discussão acerca dos intercruzamentos entre Vygotsky (teoria histórico-cultural) e a Bakhtin (perspectiva enunciativo-discursiva), mas constitui um pequeno recorte em que pontos de encontro entre suas idéias são abordados, tendo em vista o tema em foco nesta pesquisa. A articulação entre os dois teóricos torna-se possível através da interrelação entre seus textos, pois apesar de terem vivido no mesmo país (Rússia) e no mesmo momento histórico (Revolução Russa), os dois estudiosos da linguagem nunca se conheceram pessoalmente.

Embora tendo objetivos de estudo diferentes⁴, os pontos de encontros entre suas idéias são muitos. Isto acontece porque eles utilizaram o método dialético nos estudos desenvolvidos e detinham a mesma visão de ciências humanas (FREITAS, 2005).

Vygotsky e Bakhtin romperam com o modelo positivo de ciências humanas da época, no qual o homem era concebido como objeto e os fatos sociais eram considerados como coisas. Assim, eles inauguram uma nova maneira de fazer ciência, sendo esta capaz de conciliar a dimensão objetiva (científica) com a dimensão subjetiva (não-científica). A partir desta quebra de paradigmas, o homem não mais era visto como objeto, mas como ser humano que não pode ser explicado como um fenômeno físico;

⁴ Bakhtin propunha uma concepção social e histórica da linguagem, enquanto Vygotsky buscava como objetivo a formulação de uma psicologia historicamente fundamentada.

pois, sendo uma pessoa, suas ações e práticas devem ser compreendidas levando-se em conta a historicidade, a centralidade do estudo da linguagem e a interdisciplinaridade.

O referencial teórico comum às duas teorias é o materialismo histórico dialético e o método de trabalho adotado é a dialética. Isto significa dizer que a maneira como colocam o problema a ser estudado faz ouvir diversas vozes discordantes, chegando a uma nova formulação das posições criticadas. É a partir destas vozes discordantes que o pensamento adquire um caráter aberto, resistindo à idéia de acabamento e perfeição, e recria um novo texto no diálogo com outras vozes. Assim, a melhor maneira de compreender o fenômeno é observá-lo em seu processo de formação e desenvolvimento (FREITAS, 2005).

Além disso, o uso do método dialético não dá espaços para a presença de dicotomias que isolam o fenômeno, uma vez que se defende que o sujeito se constitui na relação, dando margem para presença do movimento entre os sentidos produzidos. Este movimento entre os sentidos é provocado pela existência de elementos contraditórios que coexistem numa realidade. Deste modo, os fenômenos são estudados como processos em movimento e mudança, em que se procura compreender sua gênese e transformação dentro de sua história, a qual se constitui por mudanças quantitativas e qualitativas.

De acordo com Freitas (2005, p.300): “[...] Vygotsky e Bakhtin construíram uma visão totalizante, não fragmentada da realidade, uma perspectiva que, enraizada na história, compreende o homem como um conjunto de relações sociais.”

A concepção de sujeito de Vygotsky integra sempre dois sistemas: pensamento-linguagem, aprendizagem-desenvolvimento, plano interno-plano externo e plano interpessoal-plano intrapessoal. Bakhtin realiza o mesmo movimento de Vygotsky ao conceber o sujeito a partir do diálogo entre enunciado-vida, falante-ouvinte, arte-vida e linguagem-consciência. O interesse e a preocupação comuns aos dois teóricos são de

relacionar forma-conteúdo, texto-contexto e sujeito-objeto, construindo, assim, uma visão integrada e totalizante da realidade.

Os dois autores consideram também que o uso de signos (instrumentos psicológico) na interação com os outros, faz o homem refletir sobre a realidade objetiva de forma mediada, permitindo que as funções mentais elementares transformem-se qualitativamente em funções mentais superiores. Deste modo, para Vygotsky, a consciência é resultado ou o produto dos próprios signos que podem modelar a mente devido a sua função geradora e organizadora dos processos psicológicos. Para Bakhtin, a consciência não pode ser reduzida a processos internos, uma vez que ela se constitui no social, no processo de assimilação da experiência alheia. Em outras palavras, “não existe signo interno na consciência que não tenha sido engendrado na trama ideológico-semiótica da sociedade” (FREITAS, 2005, p. 304).

Tanto a perspectiva de Vygotsky quanto as teorias enunciativas recusam-se a conceber a linguagem simplesmente como signo, sendo ela concebida como “trabalho”, “atividade”, “processo”, enfim, como “ação” sobre o pensamento e sobre a cultura. De acordo com Morato (2000, p. 151), as duas abordagens concordam ainda com o pressuposto de que “não há possibilidades integrais de conteúdos cognitivos fora da linguagem, nem possibilidades integrais de linguagem fora de processos interativos humanos”.

Ainda segundo Freitas (2005, p. 309):

O centro organizador e formador da atividade mental não está no interior do sujeito, mas fora dele, na própria interação verbal. Não é a atividade mental que organiza a expressão, mas é a expressão que organiza a atividade mental. Um falante, ao expressar seu pensamento para alguém, vê que as suas palavras retornam para o interior do pensamento enriquecidas e modificadas.

Portanto, a linguagem para Vygotsky e Bakhtin ultrapassa o aspecto comunicativo, pois é organizadora do pensamento e planejadora da ação. A palavra é vista como sendo o instrumento semiótico mais poderoso no contato social, possuindo uma unidade de análise que contém a propriedade do todo. Esta unidade de análise é o significado das palavras. Os significados e os sentidos das palavras possuem definições distintas para os dois teóricos.

Vygotsky define o significado como sendo a “chave da compreensão da unidade dialética entre pensamento e linguagem” (FREITAS, 2005, p. 308). É como se o significado fosse uma pedra no edifício do sentido, isto implica em dizer que o significado não se altera (permanece estável) ao longo de todas as transformações do sentido. Vygotsky busca apreender a estrutura do pensamento mediante a interrelação entre sentido e intenção afetivo-volitiva presentes nas interações sociais. Deste modo, ressalta-se a necessidade de analisar as relações entre o intelecto e o afeto, e destes com os signos sociais, evitando reducionismos e dualismos.

Por outro lado, Bakhtin analisa a enunciação na língua através da inter-relação entre significação, sentido e valor apreciativo. Entende-se por significação os elementos da enunciação que são repetidos de forma idêntica, sendo reiteráveis e fundados na palavra dicionarizada. A significação aqui é definida como um fenômeno lingüístico, contextualizado historicamente, em que o sujeito organiza e reorganiza os “feixes de sentidos” graças ao papel mediador da linguagem. Ela resulta ainda de várias sínteses entre a poética, reflexividade, alteridade e reciprocidade, assim, a linguagem serviria não só para comunicar, mas para significar.

Segundo Morato (2002, p.16):

Os estudos que não dissociam da língua a atividade de quem fala e se interessam pelas instâncias discursivas que correlacionam diversos fatores de significação, introduzindo no sistema lingüístico e no

cognitivo as condições intersubjetivas da interação humana, representam um tal deslocamento conceitual no tratamento das questões de sentido [...] que acabam por transformar a própria idéia que se tem do fenômeno lingüístico e de sua relação como exterior discurso.

Por outro lado, o sentido de uma palavra (na perspectiva enunciativo-discursiva) acontece mediante a enunciação concreta que é dada pelo contexto que é social. Assim, a organização interna da linguagem é estruturada pelas regularidades enunciativo-discursivas presentes nas interações sociais e a partir dela os sujeitos constroem sentidos próprios, sendo capazes de se auto-regular (MORATO, 2000).

Não é apenas a interrelação entre significado e o sentido das palavras que é tomada por Bakhtin como um elemento importante para compreensão do sujeito. Bakhtin destaca a presença do valor apreciativo (o som adquire valor). Neste aspecto, Bakhtin se diferencia de Vygotsky ao incluir mais um elemento na análise da enunciação. A conceituação do termo “valor apreciativo” se relaciona ao fato do sujeito possuir competência avaliativa (aprendida a partir da inserção no processo de comunicação), sendo capaz de reavaliar uma determinada significação transformando em outra, ou seja, a significação de uma palavra específica se desloca de um contexto apreciativo para outro. O processo reavaliativo da significação é constante, então, nada permanece estável. O som adquire novos valores e passa a ser significante e constituinte da própria noção de significação.

Então, apesar dos pontos de encontros entre as idéias de Vygotsky e Bakhtin, suas abordagens se diferenciam em algumas questões. No tocante à produção de significado e sentido, Vygotsky afirma que o significado da palavra sofre transformações ao longo do desenvolvimento do sujeito, sem perder de vista a dimensão do meio social e histórico. Já Bakhtin, enfoca a estrutura social da língua ressaltando “o confronto ideológico dos valores sociais contraditórios ao longo da história social humana”

(FREITAS, 2005, p. 312). Deste modo, Bakhtin aborda a linguagem numa perspectiva mais ampla do que Vygotsky porque a inscreve numa teoria social do conhecimento, preocupando-se com temas que se referem às lutas de classes, ideologia, relações infra-superestrutura e instituições sociais.

De modo geral, percebe-se que na relação de constitutividade existente entre linguagem e cognição, Vygotsky e Bakhtin voltam-se para a análise da significação e dos vários movimentos de sentido presentes nas práticas discursivas. Neste contexto, a significação depende de complexas relações estabelecidas durante a mediação entre interlocutor e língua, em que as interpretações variadas dos sujeitos orientam a construção dos sentidos. Deste modo, a relação do homem com a realidade, mediada pela linguagem, só pode ser pensada no domínio da interpretação (MORATO, 2002).

Após a discussão realizada, percebe-se que este tipo de articulação teórica nos permite reconhecer que os recursos semânticos e sintáticos, não são suficientes para dar conta da significação, sendo necessário considerar a instância histórica de produção dos enunciados. Este tipo de debate proporciona aos investigadores formulações teóricas que buscam manter discurso e cognição num quadro relacional, pois ambas as teorias se interessam pela análise lingüístico-cognitiva da significação em jogo nas múltiplas atividades discursivas (MORATO, 2002). Algumas dessas questões serão retomadas durante a análise de discursos dos participantes envolvidos nesta pesquisa, em que será feita uma articulação entre as construções teóricas aqui colocadas com o contexto da adoção tardia.

CAPÍTULO 7

PROCEDIMENTOS E FERRAMENTAS PARA ACESSO AOS SENTIDOS E SIGNIFICADOS

“Nessa tarefa de apreender nossos sujeitos, um aspecto metodológico importante e orientador é que o foco do pesquisador não deve incidir sobre o objeto, sobre o produto, mas sim na análise do processo, na sua gênese. Partimos, assim, da hipótese dialética de que não existe nada eterno, fixo e imutável.”

Wanda Maria J. de Aguiar (2006, p. 12).

Para aprofundar os temas propostos acima foi utilizado o método de estudo de três casos de adoção, em que cada um deles caracterizou-se por um tipo diferente de configuração familiar: monoparental (quando a adoção é realizada por uma pessoa, geralmente solteira), biparental (quando o adotante é um casal heterossexual) e homoafetivo (quando a maternagem e paternagem é desempenhada por um casal homossexual). Destaca-se, no entanto, que este estudo não tem como finalidade estabelecer comparações entre os três tipos de famílias, mas apreender como os sentidos produzidos dialogam entre si.

O interesse em estudar estas três configurações familiares justifica-se tendo em vista que durante o processo de adoção é comum observar a preferência dos Serviços de Adoção que a criança seja inserida numa família tradicional biparental, constituída por pais heterossexuais. Este ambiente familiar parece mais favorável, no imaginário coletivo, para o convívio e desenvolvimento da criança (WEBER, 2007). A pesquisa realizada por Weber (1996) com crianças institucionalizadas demonstrou que a maioria delas preferia ser adotada por um casal heterossexual a uma pessoa solteira (família monoparental).

O direito ou não de adotar uma criança ganha maior discussão quando o casal pretendente à adoção é homossexual. Os sentidos produzidos em configurações distintas

de famílias têm uma atenção especial neste estudo na medida em que se defende a idéia de que a saúde mental do filho adotado não depende da maneira como a família é definida (monoparental, biparental ou homossexual); mas sim da dinâmica desta, do modo como ela interage com a sociedade, com os preconceitos, estereótipos e, acima de tudo, da habilidade dos pais em proporcionar um ambiente afetivo, educativo e estável. Além disso, o estudo destas três configurações familiares dá margem a diferentes produções de sentido (WEBER; KOSSOBUDZKI, 1996).

No que se referem às crianças participantes da pesquisa, elas tinham idades entre cinco e dez anos, uma vez que se considera que neste período a criança possui domínio verbal da linguagem, sendo capaz de expressar significados e sentidos construídos nas relações sociais. Além disso, todas elas tinham conhecimento de sua história de origem, ou seja, sabem que são adotadas. Neste contexto, a história vivida foi recontada pelos pais e filhos adotivos de modo que os vários significados e sentidos acerca da maternagem, paternagem e filiação pudessem ser apreendidos.

A realização da coleta dos dados envolvidos nesta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (ver Anexo A). Além disso, cada família participou do estudo mediante a leitura sobre as considerações éticas implicadas (ver Anexo B) e assinatura de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (ver Anexos C e D), atendendo aos requisitos éticos de pesquisa com seres humanos.

O presente estudo foi realizado na Clínica de Psicologia da Universidade Católica de Pernambuco (Clínica Manoel de Freitas Limeira), que desenvolve um projeto de orientação e pesquisa chamado SOFIA - Serviço de Orientação à Filiação por Adoção. Através deste projeto, os pais e candidatos a pais adotivos são atendidos por psicólogos e supervisionados pela professora Edilene Freire de Queiroz, sob a coordenação de Vera Lucia Oliveira. Escolheu-se este local para coletar os dados da pesquisa em função de

reunir uma concentração ampla de pessoas que compartilham desta experiência de vida. No entanto, no momento em que as entrevistas foram realizadas havia apenas duas famílias que tinham adotado crianças tardiamente. Elas foram incluídas neste estudo, pois se tratava das configurações biparental e monoparental⁵.

Inicialmente os pais convidados a participar da pesquisa foram orientados a realizarem a leitura do livro “Bebê do Coração” (Laufer, 2002) para os filhos, em seguida, foi sugerido que eles (pais e filhos) conversassem sobre o texto lido. As famílias foram informadas de que esta conversa seria videografada e que a pesquisadora faria intervenções durante os discursos construídos com a intenção de clarificar os sentidos enunciados. Seguindo a leitura da história, foi sugerido ainda que os pais junto com seus filhos contassem a história da adoção vivenciada por eles. Neste momento, a pesquisadora também fez intervenções a partir de uma *entrevista não-estruturada ou aberta* com a finalidade de ampliar e contextualizar os discursos produzidos, observando possíveis reformulações, contradições e contemplando o papel ativo dos entrevistados/entrevistador.

Este procedimento de pesquisa foi realizado em um único encontro, no entanto, os pais e os filhos participantes foram posteriormente consultados para esclarecer as dúvidas que surgiram no decorrer da análise dos discursos produzidos.

Segundo Aguiar (2006), as *entrevistas* devem ser *consistentes* (evitando inferências inadequadas) e *recorrentes* (após a primeira leitura, o entrevistado deve ser consultado novamente para eliminar dúvidas) de modo a permitir uma *quase análise conjunta do processo* utilizado pelo sujeito para a produção de sentidos.

⁵ No capítulo nove destaca-se como foi realizada a inclusão da família homoafetiva, neste estudo, diante do imprevisto de não se encontrar este tipo de configuração familiar sendo atendida pelo Serviço de Orientação a filiação Adotiva (SOFIA).

O recurso da videografia foi utilizado com o objetivo de registrar o modo de interação entre pais e filhos, os sentidos produzidos (especialmente, a compreensão acerca do termo “bebê do coração”) e a postura corporal dos envolvidos. As gravações puderam ser assistidas várias vezes pela pesquisadora e os sentidos produzidos puderam ser articulados e repensados.

Em relação à análise das entonações produzidas pelos participantes desta pesquisa, foi considerada a existência de entonações diferentes e variadas (tristeza, raiva, alegria, revolta, entre outras) e o lugar assumido pelo sujeito e atribuído ao outro no contexto discursivo. Houve ainda uma preocupação em se considerar a entonação a partir da interação entre o autor/locutor, ouvinte/leitor e o objeto do enunciado. Estes aspectos foram relacionados entre si na tentativa de apreender os sentidos produzidos.

Quanto à narrativa recomendado para leitura, o livro “Bebê do Coração” (LAUFER, 2002), esta foi escolhida por mencionar o momento inicial da adoção, ou seja, desde o período que um casal começa a desejar um filho até o momento em que este é inserido na família; como também, pelo fato de fazer referência aos pais biológicos, já que outras literaturas infantis que abordam a adoção não os trazem como parte integrante da história. Esta narrativa foi escrita por pais adotivos e possui como limitação o fato de não retratar os conflitos sofridos por pais e filhos adotados com a sociedade e a família (VIEIRA, 2004).

É importante ressaltar que este livro infantil traz como foco de discussão a adoção realizada por um casal heterossexual que não podia ter filhos e adotam um bebê (adoção precoce); sendo assim, o contexto abordado é de uma família biparental tradicional que opta pelo tipo de adoção mais comum e desejada pela maioria dos pretendentes à adoção. Deste modo, as semelhanças e diferenças entre a narrativa lida e as histórias dos participantes têm como pretensão favorecer a uma produção diversificada de sentidos.

O livro “Bebê do coração” (LAUFER, 2002) constitui uma narrativa na medida em que retrata as ações e intenções humanas e suas conseqüências, sendo a experiência humana dotada de significado. A preocupação com a condição humana abrange dois componentes fundamentais que se articulam entre si, são eles: a ação e a consciência. É através da ação de cada personagem que o leitor compreende os argumentos, as intenções e os objetivos justificadores da mesma, ou seja, ele tem consciência de algo que possibilita a construção de pensamentos e sentimentos. Segundo Brunner (1998), a narrativa trata das vicissitudes das ações humanas porque a experiência humana é organizada por meio do enredo, o qual traduz como e em que ordem os eventos acontecem. Outra característica que compõe uma narrativa é a presença de um início ou abertura (era uma vez...), uma situação desfavorável e um desfecho.

A história “bebê do coração” fala sobre um casal apaixonado que deseja muito ter um bebê e resolvem adotá-lo. A situação desfavorável acontece quando é falado que os pais biológicos do bebê não têm condições de criá-lo e o entregam para a adoção. Por último, o desfecho da história retrata a relação de amor e felicidade entre os pais adotivos e o bebê do coração, pois enquanto este precisava de cuidados e de amor; os pais adotivos estavam cheios deste sentimento para dar. Então, as histórias dos três personagens (pais adotivos, pais biológicos e bebê) se encaixam como um quebra-cabeça.

Deste modo, estamos diante de um discurso que mantém o significado aberto, isto é, o texto orienta o leitor a construir o seu próprio texto virtual quando não revela o motivo dos pais adotivos não poderem ter filhos, como a maioria dos casais que engravidam (ver Figura 1, Anexo E), bem como, o fato dos pais biológicos terem oferecido ou abandonado o filho para adoção (ver Figura 2, Anexo E). O leitor tem

liberdade interpretativa para fazer uso de pressuposições, podendo contemplar o mundo não de maneira unívoca, mas construindo múltiplas perspectivas do fenômeno.

Ainda de acordo com Brunner (1997), contar histórias é um ato de fala, o leitor ou ouvinte são motivados a buscar significados, podendo a narrativa ser recontada de maneira que o leitor se torna sujeito nos atos narrativos da fala, em meio às realidades dos personagens que contém verossimilhanças com a sua história pessoal.

No próximo tópico, os dispositivos de análise do discurso serão abordados tendo como base a abordagem sócio-histórica que oferece caminhos a percorrer em direção aos *pré-indicadores*, *indicadores* e *núcleos de significação*.

7.1. Dispositivo de análise do discurso: uma perspectiva sócio-histórica:

Os procedimentos e instrumentos utilizados para a análise do discurso na abordagem sociohistórica não são exclusivos desta, mas essenciais para atingir os objetivos numa proposta de pesquisa qualitativa. Nesta perspectiva, se faz uso de entrevistas, pois este instrumento permite o acesso aos sentidos e significados construídos pelos sujeitos e seus respectivos modos de processamentos (AGUIAR; OZELLA, 2006).

Para realizar a análise do material coletado, três etapas foram percorridas: os pré-indicadores, os indicadores e os núcleos de significação. As duas primeiras etapas correspondem ao momento de pré-análise ou fase empírica do conteúdo do discurso, e a terceira etapa está relacionada à exploração do material e análise dos resultados. A seguir falaremos sobre cada uma dessas etapas.

7.1.1 Primeira etapa:

Após coletado e transcrito, o discurso dos sujeitos pesquisados foi submetido ao que Aguiar e Ozela (2006) chama de Leitura “Flutuante”, na qual surgiram as primeiras hipóteses ou questões norteadoras, além disso, tornou-se possível a familiarização do pesquisador com conteúdo encontrado, auxiliando-o a destacar e organizar os chamados pré-indicadores.

Os pré-indicadores são elementos do discurso que aparecem com maior frequência por motivos diversos (carga emocional ou importância oferecida, ambivalências ou contradições, insinuações não concretizadas, entre outros). Em geral, os pré-indicadores do discurso são apresentados em grande quantidade, oferecendo um quadro amplo de possibilidades para se chegar aos núcleos de significação. Um critério fundamental adotado para filtrar os pré-indicadores foi relacioná-los com o objetivo da investigação com a finalidade de verificar sua importância para o estudo.

É importante considerar que neste momento empírico da pesquisa, a palavra é entendida como significado, que será complementado na segunda etapa.

7.1.2 Segunda etapa:

A Leitura “Flutuante” também nos permitiu destacar e organizar o que chamaremos de indicadores para a construção dos Núcleos de Significação. Os indicadores correspondem ao tema a que o discurso irá se voltar, como, por exemplo, abandono, família, casal homossexual, mãe solteira etc. Podendo ter significados diversos dependendo dos contextos em que são criados, neste caso, estamos falando dos seus conteúdos temáticos. Juntos, os indicadores e seus conteúdos temáticos conferem algum significado ao discurso e passaram por um *processo de aglutinação*, ou seja, foram combinados de acordo com a similaridade, a complementaridade ou a contraposição. O processo de aglutinação, descrito por Vygotsky (1998), refere-se ao fato de as palavras

se combinarem (aglutinarem-se) de forma a expressar idéias complexas, havendo influxo de sentido, ou seja, os sentidos das palavras fluem uns dentro dos outros. Considera-se relevante esse processo uma vez que permite uma menor diversidade de significados, o que nos fará caminhar em direção aos núcleos de significação.

7.1.3 Terceira etapa:

Considerando a aglutinação resultante da etapa anterior, foi realizado o *processo de articulação entre os indicadores* que definiu os núcleos de significação, devendo para isto relembrar que a organização dos núcleos de significação foi respaldada no critério de articulação dos conteúdos semelhantes, complementares e contraditórios. As transformações e contradições ocorridas no processo de construção dos sentidos possibilitaram uma análise mais ampla e consistente.

A articulação entre os indicadores é fundamental para que sejam identificados os conteúdos e suas mútuas articulações que organizará os núcleos de significação. Um segundo aspecto para a construção de núcleos de significação é a sua nomeação que será extraída da própria fala do entrevistado, em que uma frase curta foi produzida refletindo numa articulação resultante da elaboração dos núcleos. A terceira e última característica, evidencia que os núcleos foram organizados em número reduzido para que não ocorresse uma diluição ou retorno aos indicadores (etapa anterior).

Somente neste momento, foi iniciado o processo de análise dos dados coletados e avançou-se do empirismo (presente na etapa dos pré-indicadores e indicadores) para a análise interpretativa/construtiva (etapa de núcleos de significação), isto é, passou-se do significado para o sentido. De acordo com Vygotsky (1998), o sentido só se revela em movimento. Este movimento será percebido quando os conteúdos dos núcleos de significação forem articulados. A análise se iniciou a partir do processo intra-núcleo para em seguida se realizar uma articulação inter-núcleos, possibilitando o movimento

do sujeito na medida em que os sentidos modificam-se em função das semelhanças, complementaridade e contradições. Tais contradições necessariamente não se manifestam nas aparências do discurso, mas são apreendidas mediante a análise do pesquisador. Isto significa que o processo de análise não se reduziu à fala do informante, mas é articulado com o contexto social e histórico que permite uma compreensão ampliada do sujeito. Deste modo, foi dedicado um esforço para que a análise do discurso apreendesse o movimento, a historicidade, as contradições de maneira que possamos apreender os sentidos produzidos pelos sujeitos.

Nos capítulos oito, nove e dez serão abordados respectivamente os sentidos apreendidos por uma família monoparental, homoafetiva e biparental acerca da maternagem, paternagem e filiação adotiva. As análises a serem apresentadas, tomarão as falas dos sujeitos e, posteriormente, serão destacados os significados e sentidos construídos. Ressalta-se ainda que os nomes dos sujeitos participantes desta pesquisa são fictícios com a intenção de preservar suas identidades.

CAPÍTULO 8

FAMÍLIA MONOPARENTAL: UM CASO DE “VÓ-MÃE” E “NETO-FILHO”

“Quem é meu pai, quem é minha mãe? A resposta me parece ser: aqueles que me desejaram, quiseram, procuraram, me pegaram pela mão, me protegeram, criaram, amaram e me prepararam para a vida.”

Mattei, 2004.

A família monoparental entrevistada era composta por uma mulher solteira (**Rosa**, 50 anos, católica, classe média - professora: Educação de Jovens e Adultos) que adotou dois irmãos, um deles com a idade de cinco anos (adoção tardia - **Eduardo**) e o outro com a idade de um ano (adoção precoce - **Samuel**). Este último não participou da pesquisa por não possuir a idade mínima de cinco anos definida como critério para seleção de crianças participantes do estudo.

A pesquisa foi realizada no domicílio da família em função da mesma acreditar ser este um ambiente mais confortável para se falar acerca do assunto a ser abordado. Os irmãos, Eduardo e Samuel, moram com Rosa há aproximadamente três anos.

No primeiro momento do encontro, **Rosa** realizou alegremente a leitura do livro “Bebê do Coração” para Eduardo, este ficou atento e concentrado durante todo o tempo, mas tinha sempre uma expressão de seriedade e não fez nenhum comentário acerca da história lida, apesar de ser estimulado por Rosa. Com o continuar da conversa, percebeu-se que tanto Rosa quanto Eduardo estava vivenciando um processo de luto há quatro anos pela morte da mãe biológica de Eduardo, chamada Flávia.

Eduardo se recusou a falar sobre sua história, afirmando não gostar da mesma. Porém, concordou em ouvi-la desde que fosse narrada por Rosa e a acrescentar algo quando ele sentisse vontade.

Rosa - *Você conta a sua história no sentido de você ser o meu filho hoje e antes você não ter saído da minha barriga. Quer contar como foi que aconteceu?*

Eduardo – *Balança a cabeça negativamente*

Rosa – *Eu conto a sua história e se tiver alguma coisa pra acrescentar ou consertar você me interrompe. O que acha?*

Eduardo - *Sim.*

Então, Rosa começa a narrar a história falando sobre como conheceu a mãe de Eduardo (Flávia). Rosa e Flávia se conheceram quando a primeira lecionava em um curso de alfabetização para jovens e adultos. Desta relação de sala de aula, elas passaram a assumir os papéis de mãe e filha, inclusive se nomeavam como tal.

Com o passar do tempo este relacionamento continuou se estreitando ainda mais. Flávia se casou e deste matrimônio nasceu Eduardo (atualmente com 9 anos), o qual passou a chamar Rosa de “vovó” e dedicar a ela todo afeto relacionado a este papel. Quatro anos se passaram e Flávia engravidou novamente. Nos últimos meses de sua segunda gestação, ela falou publicamente que se viesse a falecer, gostaria que Rosa fosse à mãe dos seus filhos.

Enfim, chegou à hora do parto Cesário, o qual trouxe complicações para Flávia que chegou a ficar em coma e veio a óbito. Este acontecimento pôde ser analisado a partir do discurso abaixo produzido:

Rosa - *A mãe de Eduardo, em vida, disse que se um dia ela viesse a falecer, queria que eu fosse a mãe dele. Eu disse pra ela:*

-Minha filha, você é muito jovem, não tem pra quê isso... Eu sou a avó e você é a mãe.

No final da gravidez, ela enfatizou publicamente, diante de amigos nossos, esse desejo (silêncio e lágrimas)... É muito difícil pra mim porque ela era uma pessoa muito querida e foi uma mãe dedicadíssima.

Aproximadamente um ano após a morte de Flávia, as crianças ora passavam um tempo em companhia dos avós paternos, ora conviviam com Rosa. Posteriormente, a

família de Eduardo (avôs paternos e o pai) decide que as crianças devem ficar definitivamente morando com Rosa, atendendo o último desejo de Flávia.

Rosa: Eduardo ficou entre as duas casas, mas como era um desejo da mãe dele que eu o criasse, os avôs paternos e o pai concordaram que Eduardo e Samuel viessem morar comigo.

No que se refere ao pai de Eduardo e Samuel, após a morte da esposa, este passou a fazer uso abusivo de álcool, não tendo condições para assumir os cuidados com os filhos. Em consequência da ausência da figura feminina, o pai entrega-os aos cuidados dos avôs paternos. Diante disto, observa-se que a ausência repentina e definitiva da mulher (Flávia) no lar constituiu um fator de desagregação familiar, ou seja, cabia a ela a função de manter a unidade do grupo.

A organização doméstica desta família baseava-se no princípio tradicional da divisão sexual do trabalho, em que o homem é provedor e a mulher responsável pela manutenção e organização do espaço doméstico. Dentro deste modelo, os papéis familiares de gênero são definidos em termos fixos e complementares, deste modo, o sentido atribuído ao pai é de que o mesmo não é capaz de cuidar sozinho dos filhos. Assim, Eduardo e Samuel, além de viverem a perda da mãe, perderam também o convívio com o pai.

Após a breve contextualização do processo de adoção vivenciado por esta família, se dará início a análise do discurso coletado. Na figura 1, encontram-se os pré-indicadores discursivos:

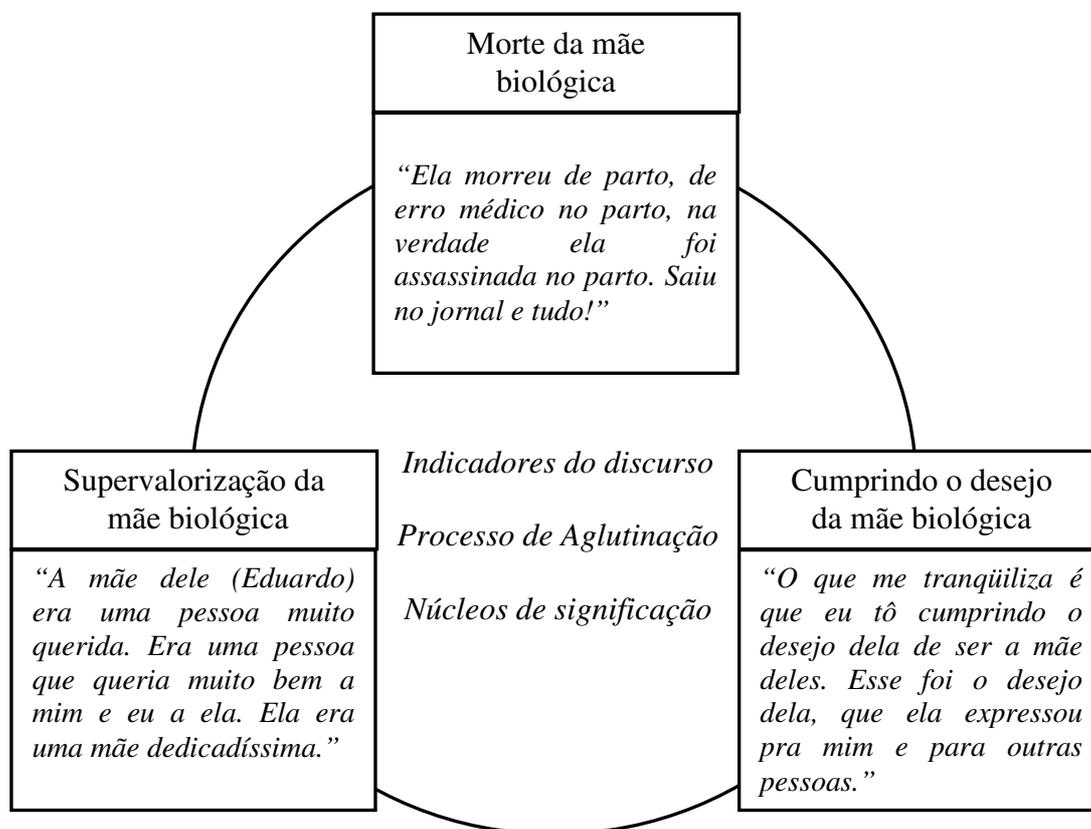


Figura 1 - Os pré-indicadores do discurso presentes na família monoparental.

Na Figura 1, os pré-indicadores são apresentados na parte mais periférica do círculo onde os primeiros significados começam a ser delineados. Os pré-indicadores se articulam entre si, sendo o primeiro percurso realizado para se chegar aos núcleos de significação. A partir da diferenciação entre as entonações presentes nos pré-indicadores, tornar-se possível perceber que há voz nos enunciados construídos, na medida em que a entonação é a fonte dessa voz e por meio dela se estabelece uma ligação entre o corpo e o discurso (BRAIT; MELO, 2007).

Na parte central do círculo (Figura 1), menciona-se os indicadores dos discursos que foram: *Morte de Flávia*, *Promessa de ser mãe de Eduardo*, *Dificuldade em lidar com a dor da perda*, *Não falar sobre a morte de Flávia*, *Desempenhando o papel de mãe*, *Adoção tardia mais difícil do que a adoção precoce* e *Formalização do processo de adoção mesmo sem assumir o posicionamento de mãe e filho*. Estes temas foram constituídos a partir dos pré-indicadores e foram combinados de acordo com os conteúdos semelhantes, complementares e contraditórios (ver Figura 2 abaixo), oferecendo recursos para apreensão dos núcleos de significação, que serão discutidos mais adiante.

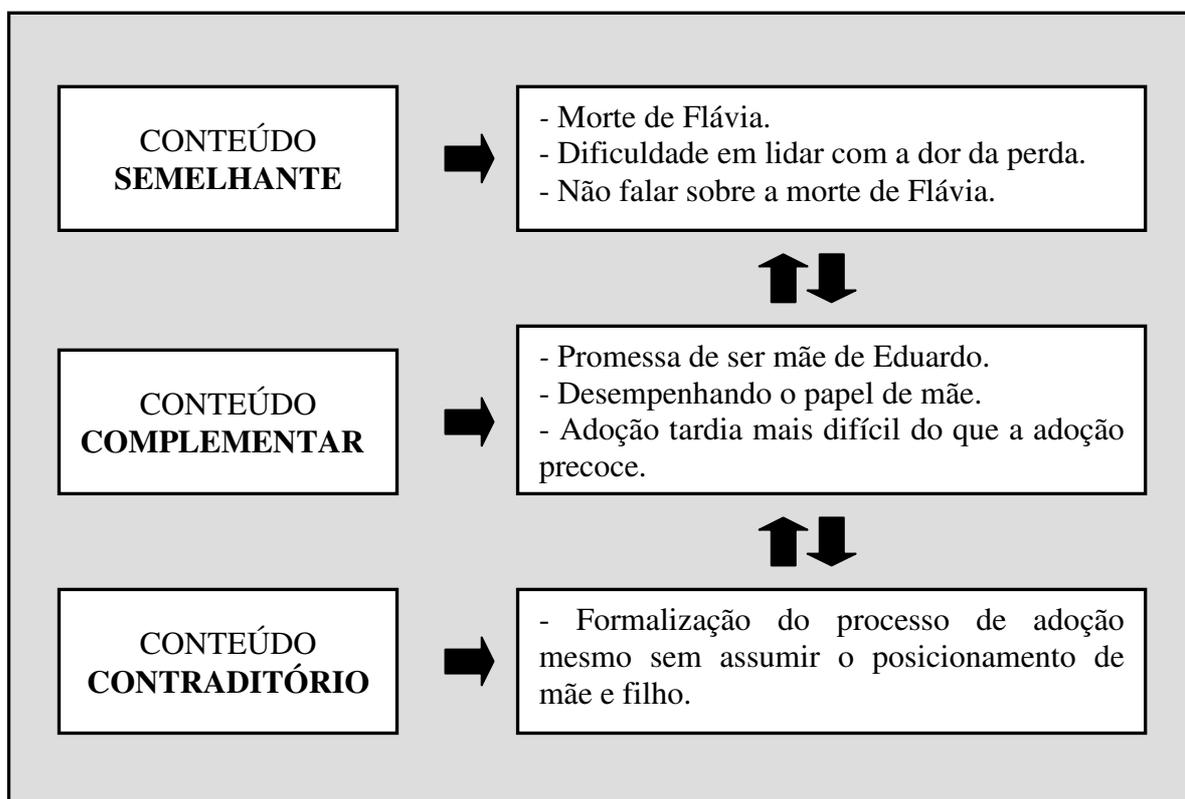


Figura 2 – Família Monoparental: Os indicadores do discurso aglutinados de acordo com os conteúdos.

A Figura 2 demonstra os indicadores do discurso sendo relacionados segundo os conteúdos similares, complementares e contraditórios; bem como, enfatiza que os

indicadores foram relacionados entre si (setas de via dupla entre os indicadores da figura 2) de modo a permitir que as significações produzidas fossem analisadas dinamicamente, considerando os movimentos entre sentidos apreendidos.

A partir dos procedimentos adotados, foram encontrados quatro núcleos de significação:

1- “Flávia era uma mãe dedicadíssima, maravilhosa e uma pessoa muito querida”.

Em relação ao sentido de maternagem encontrado a partir da análise dos núcleos de significação, verifica-se que Rosa ao enfatizar várias vezes em seu discurso que Flávia era uma “*mãe dedicadíssima, maravilhosa e uma pessoa muito querida*”, demonstra um empenho em manter viva a presença da mãe biológica nas relações estabelecidas. Aqui a prática da maternagem envolve a construção de enunciados que valorizam constantemente a genitora de Eduardo.

Além disso, acrescenta-se ainda à dinâmica familiar o fato de Eduardo não nomear Rosa como sendo sua mãe. Em relação a este assunto, têm-se os seguintes enunciados:

Rosa: Eduardo me chama de vovó, mas eu chamo ele de filho.

Entrevistadora: Ô Eduardo, Rosa te chama de filho e você a chama de vovó. Você se sente filho ou neto dela?

Eduardo: Os dois.

Entrevistadora: Você se sente filho e neto?

Eduardo: (Balança a cabeça afirmando).

Entrevistadora: Como você se sente, Rosa, por ele (Eduardo) não te chamar de mãe?

Rosa: Eu me sinto bem, eu me sinto no papel de mãe dele.

Entrevistadora: Você tem a expectativa de que algum dia ele irá chamá-la de mãe?

Rosa: Não, quer dizer fica a critério dele. Eu vou respeitar porque ser avó também é um papel muito bonito. O que importa é a situação de fato, é eu desempenhar na prática esse papel.

Entrevistadora: Interessante! Então, há uma relação de “neto-filho” e de “avó-mãe”?

Rosa: Eh!

Apesar de Flávia ter “autorizado”, em vida, Rosa a ocupar o lugar da mãe de Eduardo, este lugar continua existindo enquanto significante que marca a história dessa família. Em outras palavras, pode-se dizer que tanto Rosa quanto Eduardo não destituíram Flávia do lugar materno.

Observa-se que Rosa não ocupa um lugar simbólico de avó ou de mãe isoladamente, o que existe nesta relação é um lugar de “avó mãe”, bem como, Eduardo também ocupa a posição de “neto filho”. Neste sentido, os papéis sociais de ser mãe, avó, filho e neto foram culturalmente reconhecidos por Rosa e Eduardo, mas também foram atualizados e enriquecidos no que se refere ao repertório de papéis produzidos na relação de maternagem e filiação.

Em relação ao sentido de filiação produzido por Eduardo, observa-se que o fato dele se nomear, ao mesmo tempo, como filho e neto produz um entrave para a definição do seu posicionamento nesta relação. Embora exista a possibilidade de uma pessoa assumir múltiplos posicionamentos durante as interações sociais, uma posição assumida se relaciona com os direitos e obrigações de fala e ação que podem ou não ser expressas. Sendo assim, as atividades discursivas relacionadas ao posicionamento de filho ou neto/mãe ou avó terminam por requerer uma participação ativa por parte de Rosa e Eduardo para escolha e negociação entre as posições que ainda não foram assumidas discursivamente.

2. “Eduardo gosta de falar e lembrar da mãe dele, mas não de falar do desfecho da história”.

Em relação ao pré-indicador que se refere à morte de Flávia, a entonação das palavras era de raiva e revolta. Rosa acredita que a morte de Flávia ocorreu em função de erro médico ou negligência, podendo ser evitada, mas até o momento da entrevista não houve nenhuma comprovação sobre a causa da morte.

As práticas discursivas desta família, no momento em que esta pesquisa foi realizada, demonstram a presença de negociações acerca do que deve ou não ser falado:

Rosa - Eduardo gosta de falar e lembrar da mãe dele, mas não de falar do desfecho da história (morte materna). Ele não chorava, não queria falar no nome dela e proibia que outras pessoas falassem.

Em relação a Samuel, hoje ele já conhece a sua história, mas não gosta de falar. Quando eu converso com ele, ele diz irritado que já conhece essa história.

Eu tô muito feliz por viver com os dois (Eduardo e Samuel), agora o lado triste é a perda dela (referindo-se a Flávia - lágrimas) que ainda não assumimos (silêncio).

É interessante observar ainda que o comportamento de Eduardo em não falar sobre a morte de sua mãe foi repetido também pelo seu irmão mais novo, ou seja, a morte materna é significada como um tabu. Segundo Passos (2005), existe atualmente uma nova concepção de autoridade na família que pode ser exercida “silenciosamente” por outras pessoas próximas à criança, como, por exemplo, pelos irmãos. Aqui a autoridade da função paterna desloca-se para os outros pares, assim, o irmão mais velho (Eduardo) tem a função de sustentar a força do pai, tendo que renunciar para isto o seu próprio lugar de filho em alguns momentos.

Vygotsky (2000) afirma que o desenvolvimento infantil decorre da colaboração via imitação, ou seja, é através da imitação que se realiza a aprendizagem da fala. No caso

de Samuel, ele não aprendeu sozinho que se deve evitar falar sobre a morte materna. Foi necessária a colaboração de outras pessoas com quem ele interage. Vygotsky enfatiza ainda que a aprendizagem só é boa quando favorece ao desenvolvimento. É a partir do desenvolvimento das funções psicológicas superiores que Samuel se tornará capaz de se auto-regular, transformando-se em sujeito, tendo ele próprio que decidir se irá dá continuidade ou não às práticas de evitar falar sobre a morte materna.

Não é apenas Rosa que considera difícil falar sobre a morte de Flávia. Eduardo e Samuel também apresentam uma resistência e não se mostram interessados no assunto. Enquanto o difícil trabalho de luto, entre eles, não progredir através de conversas que permitam a mudança relacionada com estes sentidos de maternagem e filiação, Rosa e Eduardo encontraram dificuldade para se posicionar enquanto mãe e filho ou avó e neto. Sendo assim, é fundamental para esta relação que eles façam questionamentos sobre si mesmos e sobre o lugar que ocupam no mundo.

Houzel (2004, p.48) chama a atenção sobre a importância de haver uma definição precisa de laços de parentesco, que segundo ele, “[...] constituem um conjunto genealógico ao qual pertence cada membro e que é regido por regras de transmissão”. Estas regras de transmissão definem os direitos e deveres adquiridos por cada membro, estruturando os sentidos de pertinência, filiação e aliança.

Voltando-se para a discussão acerca do luto familiar, os adultos da sociedade ocidental, quando o pai ou a mãe de uma criança morre, costumam dizer que a pessoa falecida foi para o céu ou que ela foi dormir. As crianças pequenas têm pouco conhecimento de figuras de linguagem e tendem a interpretar o significado destas frases literalmente, podendo vir a ter medo de dormir ou ainda desenvolver uma enorme mágoa de Deus. Além disso, as crianças percebem quando os pais ou familiares têm medo ou dificuldade para falar sobre a morte. Então, para Eduardo não falar sobre a

morte da mãe pode está relacionado à maneira de não ver as pessoas de quem ele gosta tristes (principalmente Rosa) e também de evitar o seu sofrimento.

Em relação às figuras de linguagem/pensamento construídas por Rosa, verifica-se a presença do eufemismo⁶ no seguinte enunciado que se refere à morte de Flávia: “*eu falei pra ele (Eduardo) que era como se ela (Flávia) estivesse dormindo, que ela foi morar com papai do céu*”. A criança geralmente vê a morte como algo não-permanente e aos poucos ela percebe que a pessoa falecida não irá mais voltar. Ela se culpa pelo desaparecimento do falecido e também vivencia sentimentos de raiva, uma vez que sente que foi abandonada pela pessoa que morreu. Nestes casos, a conduta mais adequada com a criança enlutada é permitir que ela participe de conversas, discussões e temores acerca da pessoa morta, isto fará com que ela não se sinta sozinha na dor, tendo a oportunidade de vivenciar um luto compartilhado.

Quando ocorre a perda por morte de um dos pais é comum, o sobrevivente (e/ou pessoas fortemente vinculadas à família) evitar falar com os filhos sobre os seus sentimentos, com medo de chorar sem parar. As crianças percebem facilmente que o silêncio ou respostas evasivas é preterido e deixam de fazer perguntas e expor seus sentimentos (BOWLBY, 2004).

Rosa - *Eu fiquei destruída por dentro depois que ela (Flávia) morreu, aliás, a família toda ficou destruída. Quando eu fui falar com Eduardo já tinha se passado dias, eu tinha medo de desabar na frente dele.*

Quem deu a notícia da morte de Flávia para Eduardo foi os avós paternos. Eu não sei como eles falaram, mas todos nós estávamos destruídos.

A impressão que se tem é que Eduardo e Samuel nunca tiveram oportunidade de conversar livremente sobre a morte da mãe porque os adultos ao seu redor apresentam dificuldade em suportar a dor do luto. Compartilhar a dor da perda (expressar os

⁶ Eufemismo é o meio pelo qual se evita uma palavra ou expressão odiosa ou triste, substituindo-a por outra palavra ou expressão menos desagradável (LIMA, 1998).

sentimentos de raiva, tristeza, culpa e outros) é o maior desafio para a família entrevistada, constituindo uma experiência de aprendizagem porque permitirá a compreensão de que através da realização de práticas discursivas, a morte passará a não ser significada como um tabu, mas como fazendo parte da vida.

3. “Eu me sinto no papel de mãe de Eduardo”.

Esse núcleo de significação ressalta que o fato de Rosa desempenhar a função materna não significa que perfilhou Eduardo. Rosa revela em seu discurso “*eu me sinto no papel de mãe de Eduardo*” e não enuncia “*eu sou a mãe de Eduardo*” (ela assume o papel de mãe, mas não se posiciona com tal).

Segundo Rosseti-Ferreira (2004), o papel assumido pelas pessoas constitui uma forma de comportamento culturalmente definido, podendo ser classificado por social (ser mãe, ser enfermeiro etc.) ou psicológico (ser autoritário, vítima, etc.). Por outro lado, o posicionamento se refere ao entendimento do modo como as pessoas constroem suas identidades discursivamente nos processos interativos, assumindo para si mesmas funções sociais e atribuindo aos outros determinadas posições. Assim, na medida em que Rosa não se posiciona como mãe de Eduardo acaba favorecendo também para que Eduardo não se posicione enquanto filho.

No que diz respeito à articulação entre os indicadores com conteúdo de similaridade e complementaridade, observou-se, inicialmente, a existência da negociação entre Rosa e Flávia acerca do posicionamento assumido por cada uma delas na atividade discursiva.

Rosa - “*Foi a escolha dela e minha afetiva, ela seria a mãe e eu a avó. Eu estava feliz sendo a avó! Então, desde a gravidez de Flávia eu ia ser a avó de Eduardo e Samuel. Aí aconteceu essa fatalidade (morte de Flávia).*”

A dificuldade de Rosa em se posicionar enquanto mãe e de Eduardo enquanto filho se insere no contexto em que este não foi um projeto que eles escolheram para si. A promessa feita à Flávia redimensiona as relações da família. Entretanto, como o “ser mãe” e o “ser filho” fazem parte de uma construção (e não de uma imposição), Rosa e Eduardo apenas desempenham o papel materno e de filiação.

Rosa e Eduardo tiveram que assumir um novo papel social (o de ser mãe e filho, respectivamente), legado deixado por Flávia após sua morte. Assim, Rosa não perdeu apenas a filha adotiva (Flávia) e Eduardo não perdeu somente a sua mãe (Flávia), mas perderam também os papéis e posicionamentos antes desempenhados, o que implica em novas construções intersubjetivas, tendo que se adaptar a novas situações, desempenhando novas práticas ao assumir responsabilidades e papéis adicionais.

Os pré-indicadores do discurso relacionados com a sensação de Rosa de está cumprindo com o desejo da mãe biológica ganhou uma entonação firme. Para Rosa, assumir o papel materno implicaria em realizar as funções maternas e chamar Eduardo de filho ao invés de neto (como acontecia antes da morte de Flávia). Aqui, o sentido de Rosa chamar Eduardo de filho constitui uma maneira de manter vivo o compromisso assumido com Flávia no passado (o de ser a mãe de Eduardo).

Este fato revela-se no discurso de Rosa quando ela enuncia que não tem nenhuma expectativa de que um dia Eduardo a chame de mãe, pois “*o que importa é a situação de fato, é eu desempenhar na prática esse papel*”. Isto é, o reconhecimento de mãe por parte de Eduardo aparece como sendo secundário, pois o que realmente parece importar para Rosa é o fato dela estar cumprindo com o último desejo de Flávia.

Ao se analisar a força social deste discurso - “*o que importa é a situação de fato, é eu desempenhar na prática esse papel*” - na estruturação do mundo real de Eduardo, observa-se que este pode pensar: “*Se eu não considerar Rosa como sendo minha mãe*

vou esta descumprindo com a vontade da minha mãe biológica”. Ele pode se sentir como se estivesse desobedecendo a Flávia por não nomear Rosa de mãe, mas ao mesmo tempo não o faz porque concebe Rosa como a avó que desempenha a prática materna.

Diante deste contexto, torna-se difícil para Eduardo falar sobre sua história, uma vez que simbolicamente é como se ele estivesse em dívida com Flávia por não cumprir o seu último desejo (que ele fosse o filho de Rosa), bem como, implicaria também em falar sobre um tema tabu (morte de Flávia).

Além disso, o fato de Rosa repetir várias vezes que está cumprindo o desejo de Flávia, sendo a mãe dele, pode fazê-lo pensar que as práticas de maternagem dedicadas a ele ocorrem em função da promessa firmada no passado e não pela pessoa em si que ele é. Outra dificuldade para a construção de um sentido de filiação por adoção é o fato de Rosa não se posicionar como mãe de Eduardo, uma vez que se torna difícil para este último posicionar-se como filho de uma pessoa que não se posiciona enquanto mãe. E por último, considera-se que o fato da morte materna ser significada como tabu para família participante da pesquisa constitui mais um obstáculo para a construção de novos sentidos acerca da maternagem e filiação; na medida em que há uma interdição de práticas discursivas, não favorecendo, assim, a um maior dinamismo no que se refere às posições assumidas ou/e atribuídas.

Em relação ao sentido de maternagem produzido por Rosa, pode-se acrescentar ainda que Flávia, em seu último pedido, desejou que Rosa fosse a mãe de Eduardo e não a avó como já haviam negociado anteriormente. Neste sentido, não bastava ser avó para realizar a maternagem, era preciso ser mãe, uma vez que o *ser mãe* aparece relacionado como uma figura capaz de garantir um futuro feliz para os filhos e oferecer um amor único, conforme o discurso de Rosa:

“O que me dá forças é que eu tô cumprindo o desejo dela (Flávia). Eu prometi que os filhos dela não passariam pelo que ela passou, que eles seriam amados.”

Ao se investigar como era a vida de Flávia antes de sua morte, descobriu-se que sua mãe biológica morreu quando ela ainda era pequena, sendo a mesma criada pelo pai e pela madrasta, os quais realizaram práticas de maus tratos com ela. Dentro deste contexto, compreende-se que Flávia institui Rosa como sendo “mãe de seus filhos” como uma maneira de possibilitar que Eduardo e Samuel construíssem uma história de vida diferente da sua, uma vez que o seu marido ao ficar viúvo, ainda muito jovem, possivelmente se casaria novamente.

Na medida em que a família não desenvolve práticas discursivas sobre este assunto, observa-se a negociação entre os seus membros quanto a que aspectos da história de vida podem ser resgatados (através da linguagem) ou não. Considera-se que assumir a morte de Flávia, por meio de um trabalho de luto, é fundamental, pois permitiria à família instaurar a parentalidade em bases mais sólidas.

4. “Eu gostaria de formalizar a adoção porque ninguém sabe o dia de amanhã”.

No que se refere à formalização do processo de adoção de Samuel e Eduardo, Rosa constrói o seguinte discurso:

***Rosa** - Ainda não formalizamos a adoção, este é um desejo que tenho, mas estou respeitando o tempo deles (dos avôs paternos e do pai). Eu gostaria de formalizar a adoção porque ninguém sabe o dia de amanhã. E por motivo de morte minha, os meninos teriam direito à pensão, plano de saúde... Seria só por uma questão burocrática porque na prática não iria mudar nada porque eles já ficam comigo mesmo.*

***Entrevistadora** - Eduardo você gostaria que Rosa o adotasse legalmente?*

***Eduardo** - Gostaria.*

***Entrevistadora:** Esse desejo de formalizar a adoção, não teria algo a mais por traz dele?Algo além das questões práticas que você falou?*

Rosa: Olha existe sempre a fantasia, enquanto isso não se concretiza de que os meninos voltem a morar com os avôs paternos. A gente não sabe o dia de amanhã, o futuro é imprevisível, né?

A legitimação jurídica da adoção representa o reconhecimento perante o Estado e a sociedade dos laços de parentesco, caracterizando também, neste caso, o cumprimento do compromisso assumido no passado com Flávia.

Partindo do princípio que um dos requisitos essenciais para a adoção seja a perfilhação (tornar uma criança nascida de outra pessoa em seu filho), tem-se aqui um indicador discursivo de contraposição. Rosa e Eduardo ainda não se posicionam enquanto mãe e filho, após três anos de convivência, sendo, no entanto, importante para a construção dos sentidos de maternagem e filiação uma maior clarificação acerca da posição que ocupam nesta relação para que o processo de adoção faça parte de uma construção reflexiva e não de uma imposição (tendo como finalidade atender o último pedido de Flávia).

Os enunciados produzidos sobre a formalização da adoção vêm acompanhados da significação de que as relações parentais implicadas na adoção tardia (Eduardo) são mais difíceis do que às relacionadas com a adoção precoce (Samuel). Na história de vida de Eduardo já houve a quebra de vínculo com a mãe biológica, sendo este acontecimento significado como muito doloroso e revestido de conseqüências emocionais advindas, como, por exemplo, o luto não superado pela morte de Flávia, como se observa no discurso abaixo:

Entrevistadora: Você acha que pra Samuel foi mais fácil do que pra Eduardo, a adoção?

Rosa: Há! Sem dúvida, ele não conviveu com a mãe dele. Eu sou a mãe que ele conhece e eu já falei pra ele a verdade, e ele diz: “Eu já sei desta história”.

Entrevistadora: Eduardo, você também acha que pra você foi mais difícil?

Eduardo: Pra mim foi mais difícil (abaixa a cabeça).

Entrevistadora: Você quer conversar sobre isto?

Eduardo: *Balança a cabeça negativamente.*

Entrevistadora: *Às vezes é difícil falar sobre a nossa história, não é?*

Weber (2002) afirma que a adoção tardia é mais complexa do que a adoção de bebês devido ao maior tempo de convivência da criança com a família biológica e/ou em abrigos. Este tipo de adoção exige dos adotantes um manejo diferenciado porque a adaptação entre pais e filhos com um ou dois anos é bem diferente quando se trata de crianças com 5 anos ou mais. O processo adotivo irá requerer dos adotantes maior maturidade emocional, compreensão e dedicação para a construção do amor parental, o que justifica a necessidade destes pais serem preparados para o processo de adoção participando de grupos de apoio ou sendo orientados individualmente por psicólogos especializados no assunto.

A partir da análise do discurso realizada neste estudo de caso pode-se perceber que os sentidos de maternagem e filiação desta família são fortemente orientados pelo *cumprimento e descumprimento* do último pedido feito por Flávia. Ao se retomar os núcleos de significação encontrados nos discursos desta família verifica-se que a maternagem implica numa tentativa de presentificar a mãe biológica nesta família monoparental, existindo negociações entre os papéis praticados e demarcações sobre o que deve ou não ser falado. O sentido da maternagem envolve ainda a dificuldade de posicionamento e a presença de sentimentos ambíguos, pois Rosa ao mesmo tempo em que se sente triste pela morte de Flávia, se sente alegre por estar cumprindo o último desejo desta última. Por outro lado, o sentido de filiação relaciona-se com a dificuldade da criança em se posicionar enquanto neto ou filho, o que constitui um empecilho para inscrição e formação da sua identidade nesta família. Acrescenta-se ainda que nas relações de maternagem e filiação há a significação da morte como um tema tabu e da adoção tardia como sendo mais difícil quando comparada à adoção precoce.

Este estudo nos permite a compreensão de que os lutos não feitos (morte de Flávia) dificultam ou travam o processo de tornar-se mãe e filho. Cabe ressaltar que os posicionamentos assumidos por Rosa e Eduardo podem mudar constantemente na medida em que a relação se desenvolve e outros sentidos vão sendo construídos. No próximo capítulo, os sentidos acerca da paternagem e filiação homoafetiva serão discutidos.

CAPÍTULO 9

FAMÍLIA HOMOAFETIVA: A PRÁTICA ADOTIVA COMO BUSCA DE UM AMOR INCONDICIONAL

“Não basta ser genitor nem ser designado como pai para preencher todas as condições, é necessário tornar-se pais.”

Houzel, 2004.

Devido à dificuldade em localizar uma família homoafetiva em Recife (PE), que estivesse disposta a falar sobre a sua história de adoção frente a uma câmera filmadora, a presente pesquisadora viajou para a cidade de Goiânia (GO) em busca de compreender os sentidos de paternagem e filiação neste tipo de família.

Os primeiros contatos com esta família surgiram a partir do XIII Encontro Nacional de Apoio à Adoção realizado no mês de Maio de 2008, na cidade de Recife (PE). Neste evento, o casal envolvido na pesquisa, compartilhou com o público presente sua experiência com a adoção tardia. A partir daí, tornou-se possível a troca de e-mails e telefones entre a pesquisadora e a família homoafetiva com a finalidade de incluí-la neste estudo.

A família participante deste trabalho compõe-se por um casal homossexual masculino (Marcelo, 29 anos, secretário escolar e Marcos, 30 anos, professor), pertencente à classe média e à religião católica, que adotaram dois irmãos com idades de seis e sete anos (João e Juliano).

Estes pais convivem há aproximadamente um ano com as crianças, estando próximos a conquistar a adoção plena das mesmas. João e Juliano são acompanhados por psicólogos e assistentes sociais do Juizado da Criança e do Adolescente de Goiânia (GO) e apresentam-se bem adaptados ao contexto familiar em que vivem. Cabe ressaltar que esta composição familiar rompe com o sentido sociohistoricamente construído de

que apenas as mulheres têm condições de cuidar dos filhos, abrindo espaços para novas construções de sentido em que os homens podem desempenhar o papel materno.

Segundo Passos (2005), as relações de afeto da família homoparental não se fundamentam na ordem da família patriarcal (que impõe a hegemonia de papéis e lugares fixos), mas propõe uma maior flexibilidade na constituição das posições e funções dos membros do grupo. Assim, a circulação de afeto entre pais e filho não exige mais os contornos de antes (família patriarcal); e a triangulação familiar composta por dois homens e um filho(a) ou duas mulheres e uma filha(o) abre um espaço no qual se torna possível a não-diferenciação sexual nas relações conjugais e parentais.

Durante a conversa com a família, as crianças olharam carinhosamente para os pais e abraçaram-se ao pescoço do pai Marcelo, existindo um vínculo afetivo forte entre eles. O contato corporal afetivo (abraços, beijos, olhares afetuosos, risos mútuos) esteve presente na maior parte da entrevista.

Na primeira etapa da pesquisa, que aconteceu na residência da família, os pais realizaram a leitura da narrativa indicada e logo em seguida conversaram com os filhos sobre a história de adoção vivenciada por eles.

Marcos – *Quando o bebê é da barriga, os pais biológicos geram e criam o bebê. Quando o bebê é do coração os pais biológicos geram e os pais do coração criam. O que quer dizer isso?*

Juliano – *Criam?*

Marcos – *Eh! O papai Marcos e o papai Marcelo são biológicos ou do coração?*

Juliano – *Do coração.*

Marcos – *Quem são os papais biológicos de vocês?*

Juliano – *A Mariana e o José.*

Marcos – *Foram eles quem geraram. Vocês ficaram dentro da barriguinha da mamãe Mariana. E hoje quem adotou vocês?*

Juliano e João (*gritam sorrindo*) – *O senhor e papai Marcelo!*

Marcos – *Vocês são nossos filhos biológicos ou do coração?*

Juliano e João (*falam ao mesmo tempo*) – *Do coração!*

Marcos – *Por quê?*

Juliano – *Porque fomos adotados, fomos escolhidos.*

Quando os pais adotivos fazem referência aos genitores atribuindo a estes a função sexual responsável pela geração dos filhos, inscrevem-nos numa relação sexual anterior. Neste contexto, a organização da experiência sociohistórica das crianças adotivas pressupõe os meios pelos quais se formam os significados e sentidos. Aqui, o sentido de filiação adotiva produzido por Juliano é de que ser filho do coração significa ser adotado, escolhido e amado.

Segundo Vygotsky (1979, p. 85), “somos conscientes de nós mesmos porque somos conscientes dos outros e somos conscientes dos outros em sua relação conosco”. Isto quer dizer que a nossa consciência individual se forma a partir do social, pela mediação da linguagem. Bakhtin complementa a perspectiva de Vygotsky ao afirmar que o eu só existe a partir do diálogo com os outros eus. Sendo assim, a construção de significados e sentidos sobre si mesmo existirá mediante a colaboração das pessoas com as quais interagimos, ou seja, “só uma outra consciência pode dar ao eu um unificado sentido da sua própria personalidade” (BRAIT, 2005, p. 304).

Voltando-se para o momento em que os pais realizaram a leitura do livro para os filhos, a família mencionou como estava a casa onde eles moram atualmente, no momento em que as crianças chegaram do abrigo, e apontam as diferenças entre a estória “Bebê do Coração” e a história de vida deles.

Marcos - *Quando vocês chegaram aqui como estava a nossa casa?*

Juliano - *Aqui?*

Marcos - *É a nossa casa.*

Juliano - *Arrumada (sorrir).*

João - *Limpa.*

Marcos - *O que tinha no quarto de vocês?*

Juliano - *Brinquedos.*

João - *Roupa.*

Juliano - *Estrelinhas do céu no teto.*

Marcos - *Qual a diferença entre está história daqui (mostra o livro) e a de vocês? É que o bebê foi adotado bebezinho e vocês foram adotados bebezinhos ou maiores?*

Juliano e João (falam juntos) - *Maiores!*

Marcos - *Quantos aninhos vocês tinham?*

Juliano - *Eu tinha sete e ele (referindo-se a João) tinha seis.*

Observou-se que as crianças, ao falarem sobre o novo lugar que iriam morar, enunciam o fato da casa estar limpa e arrumada. Em relação a este assunto, a família produziu o seguinte discurso:

Marcos - *O que tinha no abrigo? Tinha brinquedo, horário pra dormir e pra comer?*

Juliano e João (falam juntos) - *Tinha!*

Marcos - *Pra quem ta de fora a impressão que se tem de um abrigo é que ele deixa as crianças lagardas. Mas não tivemos esta impressão quando visitamos as crianças lá. Elas eram bem tratadas, estudavam, o local era limpo e os meninos falam muito bem das pessoas de lá.*

Entrevistadora - *Juliano e João, vocês se lembram como era a casa que vocês moraram primeiro? Como era a casa da mãe Mariana e do pai José (genitores)?*

Juliano - *Lembro. Era tudo virado, todo mundo dormia junto, o banheiro ficava longe e cheirava mal por causa da sujeira!*

Entrevistadora - *Quando você veio pra esta casa que você mora hoje, você pensou que iria encontrar uma casa suja e bagunçada?*

Juliano e João (falam juntos) - *Foi (risos)!*

A referência que Juliano e João tinham de uma casa se restringia ao modelo de casa que habitaram com os genitores (bagunçada, formada por um cômodo apenas, suja e com banheiro distante). Por isso que quando eles chegaram pela primeira vez na casa dos novos pais, Marcos e Marcelo, a limpeza e organização da casa se sobressaem no discurso.

Quando Juliano e João viviam em situação de abrigo, recebiam cuidados alimentares, higiênicos e conviviam com outras pessoas com as quais estabeleceram laços afetivos. Apesar dessas condições ambientais favoráveis, o convívio em família é percebido pelos pais envolvidos no estudo, como sendo o mais apropriado para o desenvolvimento pleno das crianças; pois os laços de parentalidade permitem a construção de relações em que os pais podem acompanhar de perto os passos dados pelos filhos, tendo a oportunidade de orientá-los melhor nas ações praticadas. Diferentemente do abrigo, onde existia um grande número de crianças e poucos adultos para disponibilizar atenção e afeto suficientes para a sua formação pessoal.

Para Weber (2000), a institucionalização de crianças e adolescentes em abrigos é uma tentativa ineficaz de solucionar o problema do abandono no Brasil porque não possibilita nenhum tipo de reabilitação para as famílias de origem e negam às crianças o direito de convivência em famílias de origem ou substituta.

Para a família homoparental, visitar o abrigo onde Juliano e João viveram durante dois anos, tem um significado particular que sofreu modificações durante o convívio com os pais adotivos. No início, Juliano e João não queriam voltar ao abrigo para visitar os colegas que lá permanecem porque acreditavam que Marcelo e Marcos iriam deixá-los por lá, não voltando mais para buscá-los. Isto acontece no projeto de apadrinhamento afetivo que é uma forma de apoio às crianças e adolescentes que vivem em abrigos, em que os padrinhos e madrinhas não assumem o compromisso legal de guarda ou adoção, mas sim a obrigação moral de suprir as necessidades materiais, afetivas ou psicológicas.

De acordo com Carvalho (2008), não são apenas os pais que tem fantasias e medos relacionados com as crianças adotadas tardiamente. Estas últimas também sentem medo de serem devolvidas, após algum tempo, o que pode favorecer a construção de

pensamentos, como, por exemplo, “já que vou ser devolvido (a), não vou gostar destes adultos”, dificultando o período da adaptação entre os envolvidos.

Atualmente, Juliano e João vêm demonstrando interesse em voltar ao abrigo para rever os colegas, pois já sentem que não irão ser mais abandonados pelos pais adotivos:

Entrevistadora – *Já que eles (Juliano e João) gostaram de ficar no abrigo, vocês tem a intenção de voltar até lá para fazer uma visita?*

Marcelo – *Olha, no começo a gente até incentivava né, mas os meninos não queriam, e recentemente por desejo deles mesmos, eles falaram em ir lá.*

Marcos – *Até mesmo porque quando nós fomos buscar eles no abrigo, eles ficaram meio preocupados pensando “Será que eu vou voltar?”.*

Existe o processo de apadrinhamento onde você pega a criança, passam-se alguns dias e depois elas voltam para o abrigo. Então, a preocupação deles era ter ficado alguns dias aqui e depois a gente falar “Vamos lá no abrigo buscar as coisas de vocês”, mas na verdade a gente iria deixar as crianças lá. As pessoas usam muito essas táticas. Então, quando a gente falava “vamos ao abrigo”, os meninos não desgrudavam de mim.

Entrevistadora – *Então, ir ao abrigo significava para os meninos “ir e não voltar mais”?*

Marcos – *É!*

O sentimento de segurança e confiança de Juliano e João em relação a Marcos e Marcelo foi construído lentamente. No início, quando passaram a conviver juntos, as crianças não se sentiam à vontade para usar os objetos do ambiente (ligar a televisão, abrir a geladeira), era como se nenhum daqueles objetos lhes pertencessem.

Marcelo – *Hoje eles sabem que aqui é a casa deles, mas foi um processo demorado porque foi preciso cinco ou seis meses para eles terem a liberdade para abrir a geladeira, ligar a televisão. Antes quando a gente se acordava o Juliano estava sentado no sofá olhando para a televisão desligada. Então, a adaptação foi lenta.*

Hoje eles falam “nossa casa”, “nosso carro”!

Em relação a este assunto, Vygotsky (2001) pontua que as transformações dos processos interpessoais e intrapessoais ocorrem a partir da internalização (reconstrução

interna da atividade externa). No caso de Juliano e João, a fala e a atividade prática dos pais (paternagem) foram internalizadas pelas crianças permitindo que houvesse a reconstrução do significado das relações parentais, antes percebidas como inseguras. A partir do contexto comunicativo, a relação parental ganha uma nova dimensão (de confiança e de estabilidade), deste modo, pode-se perceber claramente o princípio defendido por Vygotsky de que as funções de desenvolvimento infantil aparecem primeiro no nível social (interpessoal), e depois, no nível individual (intrapessoal).

À medida que a perfilhação vai sendo construída entre eles, os objetos de uso pertencentes a Marcelo e Marcos passam a pertencem também a Juliano e João. As crianças passam a produzir enunciados, como, por exemplo, a nossa casa e o nosso carro, bem como, se sentem à vontade para abrir a geladeira ou ligar a televisão. Em relação a este assunto, Solis-Ponton (2004) afirma que a construção da parentalidade necessita de um processo de preparação e de aprendizagem, evidenciando que os laços de parentescos ultrapassam o fator biológico, pois para se tornar pai, mãe e filho é essencial à existência de um trabalho interior que se inicia com a aceitação mútua da história intergeracional de cada pessoa.

Voltando-se para a história da adoção contada pela família, verificou-se que os pais biológicos (José e Mariana) tiveram três filhos do sexo masculino (Julio, Juliano e João). A informação que se tem é que por motivos desconhecidos Mariana abandonou a família, deixando os filhos e o sustento da casa sob responsabilidade do pai que era catador de papel. Este pai saía para trabalhar e deixava o filho mais velho (Julio) responsável pelos menores, além disso, era visto frequentemente bêbado por pessoas da comunidade onde morava. Certo dia, um dos vizinhos denunciou ao Juizado da Infância e da Adolescência a situação em que a família vivia e os três filhos foram levados para o abrigo, pois não havia parentes da família biológica dispostos a ficar com as crianças.

Marcelo e Marcos adotaram os irmãos Juliano e João. Quanto a Julio, este foi adotado por um parente de Marcelo que por ter dado entrada no processo legal de adoção primeiro que Marcos e Marcelo, teve o direito de escolher qual dos três irmãos gostaria de adotar. Assim, os três irmãos (Julio, Juliano e João) mantêm relacionamentos próximos e se encontram frequentemente.

O casal entrevistado optou pela adoção de um menino porque considerava que uma menina exige cuidados maiores com a higiene, havendo aqui a manutenção do sentido construído socioculturalmente de que cabe à mulher o cuidado com higiene dos filhos, sobretudo, de suas partes íntimas.

Em relação à idade das crianças adotadas, a adoção tardia foi preferida devido à criança já estar em idade escolar, possuindo maior independência em relação aos pais e tendo a possibilidade de ser ensinada de acordo com os valores dos mesmos. Observa-se que estes pais não percebem que a formação da criança é fortemente determinada nos cinco primeiros anos de vida, sendo assim, a criança com seis e sete anos é capaz de adquirir novas aprendizagens, podendo se transformar no filho que eles gostariam de ter, através da mediação feita por eles.

Entrevistadora – *Por que vocês escolheram adotar dois meninos?*

Marcelo – *A questão do perfil da criança a gente traçou no Juizado. A gente optou por menino porque a gente achou que com menina seria mais cuidadoso... Nesse aspecto eu fui egoísta porque eu me vejo brincando de carrinho e bola, mas não me vejo brincando de boneca.*

Aí a psicóloga perguntou: – Qual a idade da criança? A gente disse: – De 5 anos pra cima e no máximo 8 anos.

A gente queria uma criança com 5 anos por ela estar em idade escolar.

E por último, a psicóloga perguntou: – E se for irmãos vocês pegam? Aí eu disse: – Claro que a gente pega. Nós não vamos separar.

A possibilidade de adotar irmãos foi levantada pela psicóloga do Juizado da Criança e do Adolescente de Goiânia (GO) durante as entrevistas realizadas com a intenção de traçar o perfil da criança desejada. Em relação a este assunto, Marcos e Marcelo relataram estar abertos a este tipo de filiação, apesar de concordarem entre eles que o investimento financeiramente seria maior.

Três meses após as entrevistas serem feitas pela psicóloga, o pai Marcelo recebeu um telefonema inesperado do setor de adoção, o que possibilitou o encontro do casal com Juliano e João.

Aí foi quando nos ligaram e falaram que tinha dois meninos. Eu trabalhava perto do Juizado. Eu peguei o carro e fui correndo, em meia hora cheguei lá.

Quando a gente chegou lá, já foi chorando e correndo pra abraçar a psicóloga. É claro que a gente pensou que financeiramente seria muito mais complicado duas crianças, mas a gente rasgou as contas e foi embora.

Neste momento, os filhos, que antes habitavam o imaginário dos pais passaram a ter um rosto e o processo de adoção é acompanhado por uma acomodação progressiva ao que a realidade oferece, tendo em vista o que haviam sonhado no momento anterior.

Na Figura 3 abaixo, os pré-indicadores do discurso são destacados como uma maneira de colocar em evidência a primeira etapa que foi cumprida durante a busca dos núcleos de significação produzidos pela família homoafetiva.

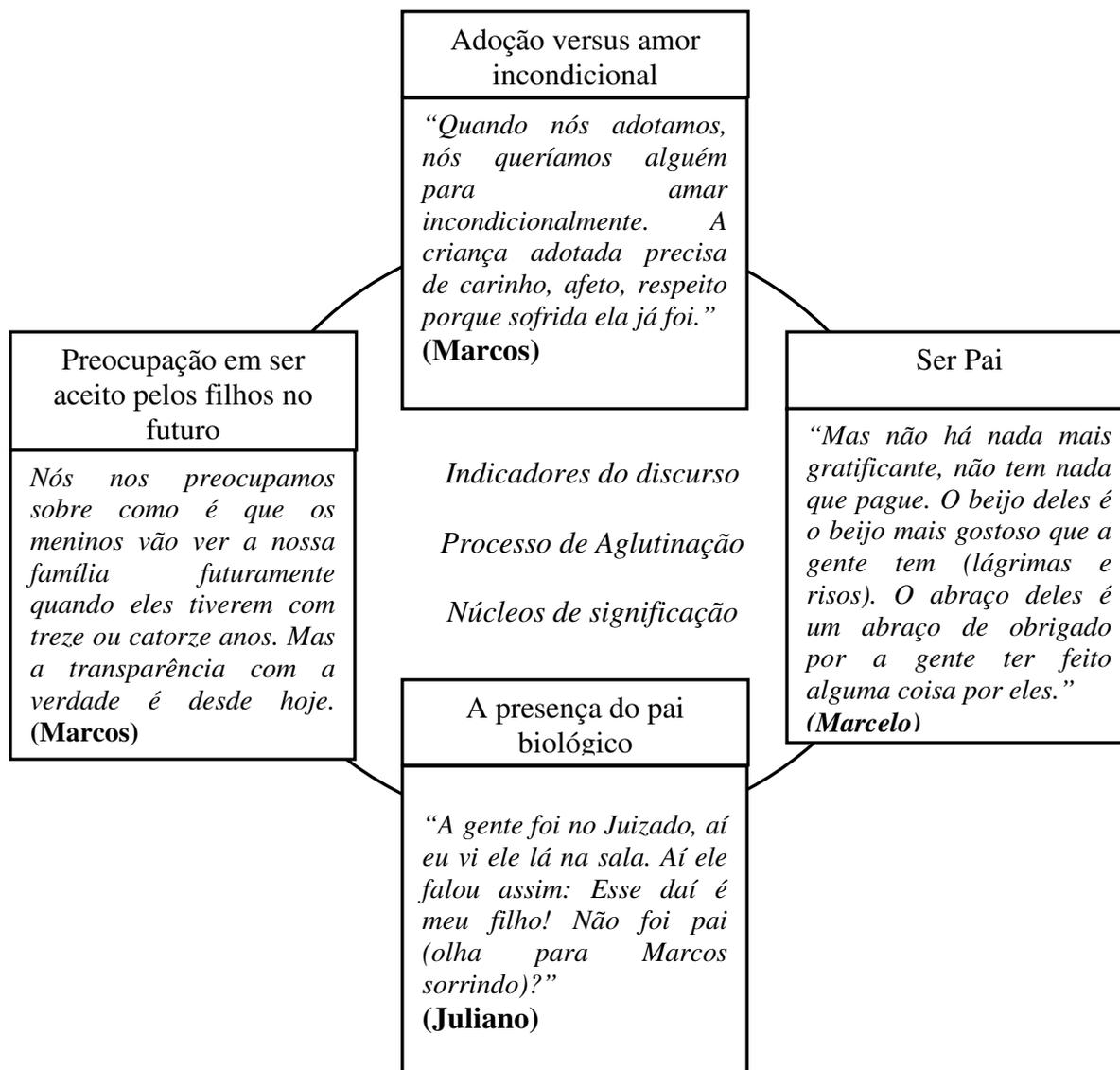


Figura 3 - Os pré-indicadores do discurso presentes na família Homoafetiva.

Na Figura 3, os pré-indicadores do discurso são apresentados na parte mais periférica do círculo em que os primeiros significados começam a aparecer. Na parte central do círculo menciona-se os indicadores dos discursos que foram: *Resgate da história de origem dos filhos, a vida das crianças no abrigo, o perfil da criança sonhada, o encontro com a criança real, aprendendo a ser pai e filho, Falando a verdade para os filhos, a família não deve satisfação para a sociedade, a presença do pai biológico, ensinando os filhos a não ser preconceituosos com homossexuais, conjugalidade homossexual, aceitação da família extensa e Filhos na escola.* Estes

temas foram encontrados mediante os pré- indicadores do discurso, sendo posteriormente aglutinados de acordo com os conteúdos semelhantes, complementares e contraditórios para se chegar aos núcleos de significação, conforme pode ser visualizado na figura abaixo:

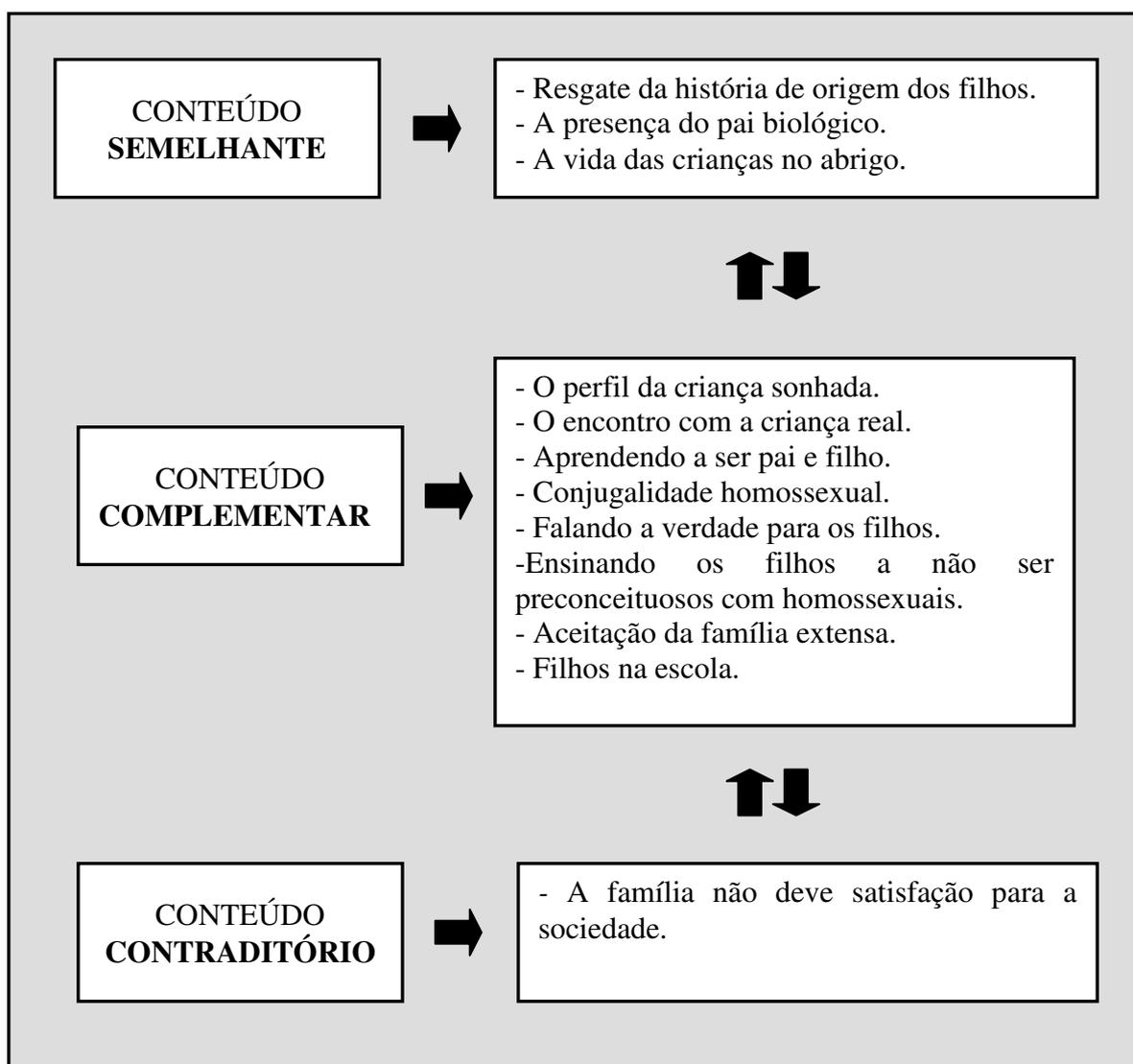


Figura 4 – Família Homoafetiva: Os indicadores do discurso aglutinados de acordo com os conteúdos.

A Figura 4 indica os indicadores do discurso sendo relacionados segundo os conteúdos (similares, complementares e contraditórios) e realça a contínua interação

entre os indicadores (setas de via dupla entre os indicadores da Figura 4) para se chegar aos núcleos de significação.

A partir dos procedimentos adotados, foram encontrados seis núcleos de significação produzidos pela família homoafetiva, como explicitados a seguir:

1 – “Hoje eu me sinto pai a partir de tudo que eu já vivi”.

Foi observado que não é possível construir um sentido de pai sem viver o impacto promovido pela chegada dos filhos. A construção acerca deste sentido ocorre através de ações e práticas discursivas produzidas no dia-a-dia. Deste modo, a significação está implicada na formação de pensamentos e idéias que não se compõem independentemente das relações entre as pessoas, ou seja, a produção de sentidos relacionados ao ser pai não resulta da ação de uma única pessoa, mas da (inter)ação entre elas (ROSSETTI-FERREIRA, 2004).

De acordo com Marcos e Marcelo, ser pai significa renunciar a si mesmo em benefício do interesse das crianças. Este é o alto preço que os pais precisam pagar para constituir uma relação de pais e filhos. Além disso, o sentido de pai produzido não é estático na medida em que um dos pais enuncia que nos primeiros dois meses de convivência com as crianças o exercício de paternagem é percebido como sendo mais difícil e que a cada dia surge um novo aprendizado que amplia este sentido.

Entrevistadora – *O que foi mais difícil para vocês durante o período de adaptação com Juliano e João?*

Marcos – *Pra mim o mais difícil foi a idéia de “pai”. A gente tem uma teoria e a teoria é um pouco diferente da prática, de que tudo vai ser tudo bem. De repente, eu que tinha um sono tranquilo à noite, comecei a quebrar o sono porque tem alguém que precisa ser embrulhado ou ta com dor de ouvido.*

A minha casa antes era cheia de amigos e hoje é menos porque as pessoas não têm o mesmo tipo de família que nós. Então, o que foi mais difícil pra mim foi readaptar a

questão da família. Nós mudamos trezentos e sessenta graus a forma de viver, de receber as pessoas, de passear porque não é todo lugar que é adequado para os meninos.

Marcelo – *Eu perdi muito, no início, a perda da minha individualidade. Não existia mais o “Eu”. Tudo que a gente tem e faz é em benefício deles. Não existe isso de dizer “Vamos fazer uma viagem com os amigos”. Nós só vamos a lugares que os caibam. Mas isso foi no início, nos dois primeiros meses.*

Hoje eu me sinto pai a partir de tudo que eu já vivi. Cada dia é um novo aprendizado. É fácil? Não. Não é porque a gente sabe que não existe pai cansado, mau-humorado e pai doente. A gente sabe que quando a gente chega do trabalho, eles querem brincar e por mais que a gente esteja cansado a gente tem que ficar com eles, sabendo que no outro dia a gente tem que acordar cedo, o uniforme deles tem que estar limpo, lavado e passado. A gente sabe que eles têm fome e que é a gente que vai ter que preparar comida pra eles.

Então, o cansaço vai bater realmente, mas é como outro qualquer tipo de relação: a gente sabe que pra cada escolha existe uma renúncia.

Pelas falas de Marcos e Marcelo percebe-se o relato de mudanças ocorridas com a chegada das crianças, havendo uma reconfiguração das Redes de Significações (cada sentido é orientado na relação com os outros, formando um sistema dinâmico e histórico) e a alteração de papéis assumidos acontecem a partir da interação com os filhos, os quais têm prioridade em relação aos pais (FERREIRA; AMORIM; SILVA; CARVALHO, 2004).

Apesar de existir a renúncia de si mesmo, para Marcelo não há nada mais prazeroso e gratificante do que a convivência com os filhos:

Marcelo - *Mas não há nada mais gratificante, não tem nada que pague. O beijo deles é o beijo mais gostoso que a gente tem (lágrimas e risos). O abraço deles é um abraço de obrigado por a gente ter feito alguma coisa por eles. Eles não te cobram nada, eles sabem que o que têm é o que a gente pode dar pra eles.*

Eles manifestam o tempo inteiro que nos amam, nos abraçam e isso cativa mesmo.

Ao produzir o enunciado acima, a entonação da voz de Marcelo tornou-se trêmula, ele chorava e sorria ao mesmo tempo. Juliano e João sorriram discretamente enquanto

Marcos abaixou a cabeça, mas continuou ouvindo atentamente o que o companheiro falava. Tanto os pais quanto os filhos demonstram os sentimentos que sentem em relação ao outro. Juliano e João demonstram, por exemplo, o amor que sentem pelos pais adotivos quando estão assistindo desenho animado na televisão, e correm para os braços dos pais, sorrindo e cheios de carinho para oferecer. Para Marcelo, os filhos não fazem nenhuma cobrança material porque é como se existisse a idéia de que “o melhor que os pais podiam ter feito por eles, já foi feito”, que é a adoção, um lar seguro. Neste contexto, a cobrança feita pelos filhos é de afeto, disponibilidade de tempo e energia.

2 - “A Mariana sempre vai ser a sua mãe. A diferença é que nós somos os pais do coração”.

O sentido relacionado com a paternagem, pensado a partir dos núcleos de significação, volta-se para a importância dos pais conversarem com os filhos sobre os seus genitores sem desprezá-los e desvalorizá-los. Segundo Marcelo e Marcos, este tipo de conversa deve ser iniciada pelos filhos, os quais podem falar sempre que quiserem sobre o assunto. Cabe aos pais, ao cumprir a paternagem, ter o cuidado para que o resgate deste passado não seja algo extremamente penoso para que seus filhos não sofram ainda mais do que já sofreram antes de serem adotados. Deste modo, uma das atribuições dos pais adotivos corresponde a não tentar apagar as lembranças e as origens dos filhos.

Marcos – *Às vezes, os meninos escutam uma música e dizem: Ah, o pai José gosta desta música. E ontem Juliano falou: A minha mãe era a Mariana. E aí nós falamos: A Mariana sempre vai ser a sua mãe. A diferença é que nós somos os pais do coração. Então, a gente conversa muito com eles no dia-a-dia para que um dia eles não falem que nós não deixamos eles falarem sobre o assunto. Agora a gente também tem o cuidado para não ficar machucando muito a lembrança deles.*

Segundo Passos (2005), a criança precisa conhecer sua verdadeira história de origem, em quaisquer circunstâncias, pois ela deve ser reconhecida por ela mesma para que ocorra o seu surgimento como sujeito do desejo, sujeito da palavra e sujeito do grupo.

É importante que a criança experiencie uma comunicação sincera e aberta com seus pais, pois isto demonstra o quanto ela é aceita como parte integrante da família, sendo essencial para a construção de sua identidade de forma mais sólida. Segundo Levizon (2004, p.133, grifo da autora), “Quando predomina na família o sentimento de vinculação **sem reserva**, e as pessoas se sentem unidas mesmo diante de momentos turbulentos, há lugar para superação da dificuldade”.

Ao conversar sobre a adoção com os filhos de maneira sincera e simples, os pais ensinam uma lição importante: que sua história de origem não é algo que tenha de se transformar num “problema”. A facilidade com que a criança aceita sua história vincula-se ao grau de aceitação dos seus pais (LEVIZON, 2004).

Voltando-se para o momento de leitura durante a entrevista, a família faz o resgate da história das crianças a partir da analogia com as situações de adoções enunciadas no livro “Bebê do coração”, o que possibilitou uma interação maior entre eles e os pais.

Marcos – *Ah! Muito bem! O que aconteceu na história de vocês? Será que os pais biológicos não tinham condições de cuidar? Será que eles tinham morrido?*

Juliano – *Não, não. Eles não tinham morrido (sorrir)*

João – *(Expressão facial de seriedade).*

Marcos – *Então, se eles não tinham morrido porque eles deixaram vocês no abrigo?*

Juliano – *Porque a mãe Mariana foi para casa da amiga dela e não voltou. E o pai José, só tinha ele de adulto. Aí ele tava trabalhando muito.*

João – *Aí ele deixou de cuidar de nós.*

Marcelo – *Ah! Então, o pai José de vocês não tinha tempo pra cuidar de vocês e nem podia. Não é isso?*

João – *Eh! E também o pai José deixou o nosso irmão mais velho cuidando da gente.*

Marcelo – *Quando ele saía para trabalhar deixavam vocês com o irmão mais velho, que também era uma criança. E isso não pode não é? Isso não é responsabilidade de criança! O pai deles trabalhava como catador de papel de uma carrocinha e chegou ao ponto de levar os meninos juntos, de pôr eles na carrocinha! E aí houve a denúncia e o Juizado foi averiguar.*

Entrevistadora – *E não havia ninguém da família deles que pudesse ficar com os meninos?*

Marcelo e Marcos – *Não.*

Marcos – *Outra questão do pai foi o problema do alcoolismo.*

Tanto é que agora no mês de Janeiro nós fomos ao Juizado pegar a guarda provisória e o pai José estava alcoolizado.

Entrevistadora – *Juliano e João vocês se lembram do pai José?*

Juliano – *A gente foi no Juizado, aí eu vi ele lá na sala. Aí ele falou assim: Esse daí é meu filho! Não foi pai (olha para Marcos sorrindo)?*

Marcos – *Foi!*

Observa-se que o fato do genitor ter expressado diante de Juliano e das pessoas presentes no Juizado, o enunciado “*Esse daí é meu filho*” (cuja significação é “este foi eu quem fiz, tem meu sangue. Este me pertence, faz parte de mim”) favorece para que Juliano mantenha viva uma imagem positiva em relação ao pai biológico. Assim, o responsável pela concepção biológica de Juliano e João tem uma função simbólica que não fica ausente do processo de subjetivação das crianças.

A atribuição de sentidos relacionados aos genitores permitirá aos pais adotivos construir seus lugares e funções diante do filho, o que auxilia nos momentos em que as relações de afeto são ameaçadas, instituindo-se uma nova ordem simbólica na família (PASSOS, 2005). Uma das situações que fez Juliano se sentir inseguro na sua condição de filho adotivo foi o fato de genitor ter revelado que tentaria retomar a guarda dos filhos.

Marcos - *Eu vi o pai José (genitor de Juliano) pontuando que estava correndo atrás para buscar os meninos de volta. Isso deu certo susto, uma vez que voltar poderia implicar também em levar os meninos para o abrigo.*

Agora nesta noite, ele não dormiu direito, ele acordava à noite, ficava gritando e corria pro meu quarto. Eu acho que ele ficou com medo da situação, medo de retornar. Acho que passou na cabeça dele isso porque no mesmo dia ele ficou muito incomodado. Chorou, não de saudade do pai, mas reclamando da mãe.

Eu também não sei pra quê levei ele até o juizado, pois estava apenas dando entrada no processo.

Diante disto, Juliano demonstra não querer retornar ao convívio com o genitor, pois já perfilhou Marcelo e Marcos como sendo seus pais. Observa-se, assim, que Juliano ao mesmo tempo em que se sente feliz (pelo reconhecimento paterno por parte de genitor), sente-se ameaçado pela possibilidade de voltar a ter a vida que tinha antes da adoção.

Os pais adotivos encontram-se seguros quanto ao lugar que ocupam na família e quanto à obtenção da guarda plena dos filhos em função do pai biológico não dispor de condições econômicas nem psicológicas (por fazer uso abusivo de álcool) para cuidar das crianças, o que favorece a construção de um ambiente familiar seguro e estável. Acrescenta-se ainda o fato de Juliano e João estarem bem adaptados ao novo contexto de relações promovido pelo processo de adoção.

Em relação à falta de condições econômicas do genitor, segundo o art. 23 do Estatuto da Criança e do Adolescente: “A falta ou carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou suspensão do pátrio poder”. Por outro lado, o alcoolismo do genitor e o fato de Juliano e João estarem bem adaptados ao novo contexto de relações possibilita a seguridade da guarda para os pais adotivos, baseando-se no Estatuto da Criança e do Adolescente, Art.19:

Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e excepcionalmente em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambientes livres da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes.

O juiz que acompanha o processo de adoção de Juliano e João, em alguns dos encontros com as famílias biológicas e adotivas, percebeu que o pai biológico das crianças estava alcoolizado, o que indica que provavelmente perderá o direito ao pátrio poder, justificando, assim, a confiança dos pais adotivos em relação à obtenção da adoção plena.

3 – “Ser pai adotivo é está pronto para amar uma criança incondicionalmente”.

O processo de adoção começou para Marcelo e Marcos quando foram ao Juizado da Criança e do Adolescente traçar o perfil da criança desejada. De acordo com D`Andrea (2002), quando os adotantes destacam as características do filho desejado, reconstroem um espaço mental para o mesmo, pois dão vida às aspirações, aos desejos e fantasias que possibilitam o encontro e a realização de um projeto de vida. Este é um momento difícil para o casal, uma vez que se trata de um filho imaginado que eles não sabem nada da sua história nem das características físicas. A escolha da criança a ser adotada é um fator importante para construção de sentidos uma vez que não se aceita qualquer criança para adotar (CARVALHO, 2008).

Antes de ser realizada a adoção, Marcos e Marcelo foram entrevistados pela psicóloga do Juizado da Criança e do Adolescente de Goiânia (GO). Neste momento, indagou-se qual seria a cor e o tipo de cabelo da criança a ser adotada. Marcos e Marcelo não fizeram nenhuma restrição em relação às características físicas do filho pretendido porque estavam dispostos a amá-lo incondicionalmente, além disso, eles acreditavam que podiam diminuir suas chances de exercer a paternidade caso fizessem muitas exigências.

Aí psicóloga disse: – E a cor? Aí eu disse: – Aí você vai me desculpar, mas eu não concordo muito com isso não porque a gente sempre bate na tecla do amor incondicional.

Ah! Também teve a pergunta assim: – Tipo de cabelo? Aí eu disse: – Gente isso não existe! Você tá me fazendo tantas perguntas que vai chegar o ponto que não vai mais existir essa criança que a gente quer.

Verificou-se que o casal envolvido na pesquisa revela a prática da adoção como capaz de oportunizar experiência de um amor incondicional. Eles constroem o sentido de pai como um ser capaz de amar uma criança independente de sua cultura, herança genética ou comportamento social. Cabe ressaltar que esta composição familiar rompe com o sentido sociohistoricamente construído de que apenas as mães são capazes de amar incondicionalmente os seus filhos, abrindo espaços para novas construções de sentido em que os homens também são capazes de sentir tamanho sentimento.

Entrevistadora – *Se vocês fossem criar um conceito de pai adotivo, qual seria este conceito?*

Marcos – *Olha, eu acho que é um conceito que eu já venho falando a um bom tempo. Eu acho que a primeira coisa, independente de ser hetero ou homo, pai solteiro ou mãe solteira, é que tem que ser visto é que do lado de lá tem um ser humano. Quando nós adotamos, nós queríamos alguém para amar incondicionalmente. A criança adotada precisa de carinho, afeto, respeito porque sofrida ela já foi.*

A adoção não pode ser vista como um papel social ou como uma qualidade.

Ser pai adotivo é está pronto para amar uma criança incondicionalmente independentemente da forma que ela é, da cultura, dos problemas que ela vai trazer de carga genética, de comportamento.

A partir deste discurso pode-se ter uma idéia do lugar simbólico que as crianças são chamadas a ocupar na família. O lugar de sujeito ativo que pode seguir caminhos próprios, pois sempre terá a garantia do amor dos pais. Por outro lado, estes pais também esperam receber dos filhos um amor incondicional, mas temem que as crianças, quando chegarem à adolescência, não aceitem o tipo de família proposta por eles.

Este tipo de preocupação surge porque os pais reconhecem que a configuração familiar homoafetiva não é aceita com facilidade pela maioria das pessoas pertencentes

à cultura ocidental. Eles não escolheram um momento específico para revelar a condição homoafetiva, acreditam que a verdade pode ser dita aos poucos, de acordo com as perguntas que são feitas pelos filhos, bem como, levando em consideração a idade e capacidade de compreensão destes.

4 - “A orientação sexual não forma caráter. A gente tem dignidade, respeito, responsabilidade”.

As famílias homossexuais reivindicam uma sexualidade não procriativa, o que torna difícil para a sociedade suportar. Dentro desta perspectiva, o ato sexual procriativo servirá como referência para organizar e dar sentido ao modo como as relações de filiações são significadas.

No que se refere ao conteúdo de contraposição encontrados nos enunciados desta família, observou-se que Marcos, ao falar sobre o preconceito social sofrido pela condição homossexual, apresenta um discurso contraditório. No início do seu discurso ele relata que não deve satisfação para a sociedade em razão de sua família ser homoparental. No entanto, em um momento posterior, afirma tentar não interferir nas práticas sexuais futuras dos filhos para não dá margem ao julgamento social.

Marcos – Essa questão do preconceito humm. Eu sou uma pessoa que não sou muito de dever satisfação para a sociedade, então, as pessoas que estão próximas a nós são as pessoas que estão próximas da gente. Até mesmo porque a orientação sexual de ninguém não forma caráter. A gente tem dignidade, respeito, responsabilidade.

Quando a gente tá assistindo televisão com a nossa família há toda uma brincadeira. A gente fala, mostra, diz que a mulher é bonita. E quando acontece o contrário, quando um homem aparece a gente nem fala que o homem é bonito, é isso ou aquilo para não existir a fala de que a gente interferiu numa decisão deles. Os meninos brincam, têm namoradinhas na escola e a gente brinca com eles.

De acordo com Bakhtin (1985, p. 328): “Mergulhando ao fundo de si mesmo o homem encontra os olhos do outro ou vê com os olhos do outro”. A construção de sentido relacionado com a paternagem existe a partir da relação com o outro. Apesar de Marcos se esforçar para demonstrar que não dá importância ao que a sociedade pensa sobre a prática adotiva por homossexuais, suas próprias palavras refletem a incorporação de palavras alheias.

O sentido de paternagem, no que se refere aos pais entrevistados, é revestido por um compromisso e um cuidado especial dos pais em relação aos filhos; pois existe o receio de um confronto futuro com discursos que enunciem que estes pais, devido a práticas sexuais adotadas, são os responsáveis pelos “fracassos” dos filhos. Está seria uma culpa difícil de suportar, então, os pais conversam bastante sobre as decisões tomadas por eles, bem como, buscam orientações de profissionais para que cada passo seja dado com segurança.

O indicador do discurso cujo tema é “preconceito social” possui conteúdos de similaridade e complementaridade aglutinados, uma vez que Marcelo e Marcos fazem uma distinção entre o julgamento da sociedade em geral e o julgamento de sua família extensa em relação à prática adotiva. No que se refere à família extensa do casal entrevistado, não houve rejeição por parte dos familiares acerca da adoção, mas Marcelo e Marcos afirmam que havia o receio da família não aceitar os filhos deles pelo fato de já serem maiores (adoção tardia). De acordo com este casal, o discurso da família extensa voltava-se para o fato dos mesmos terem pouco tempo de vida conjugal e gostarem de viagens e festas.

Entrevistadora – *E os pais de vocês, ou seja, os avós dos meninos, como eles aceitaram a adoção?*

Marcelo – *Não houve resistência de nada e de ninguém. Só no começo a minha avó falava: – Vocês têm certeza do que estão fazendo?*

Mas era uma questão de conselho mesmo porque nós tínhamos uma vida de sair, de viajar. Todos os netos são tratados do mesmo jeito, os primos, os tios.

Marcos – *É as pessoas também falavam isso comigo: – Vocês têm pouco tempo de relacionamento! Tem certeza que vai adotar com a pessoa certa?*

A gente sempre fala isso: Hoje a gente ta bem, nós não vamos pensar se daqui a dez anos a gente vai ta junto ou não porque se a gente for ficar pensando nisso a gente também não vai tomar iniciativa nenhuma. Então a gente vive o hoje. Entre casais heterossexuais também acontece isso!

Hoje você pode ta bem e de repente surge um problema, então, a nossa intenção é as duas crianças.

No início, eu pensei que podia ter um pouco de resistência por parte da família porque são crianças maiores, mas a família toda se reuniu para conhecê-los, numa expectativa enorme.

No que se refere ao apoio dos avós adotivos em relação à prática da adoção, observa-se que eles possuem uma importância significativa para a relação familiar porque inscrevem as crianças adotadas na cadeia das gerações (HAMAD, 2002). É a partir do reconhecimento da família extensa que ocorre a inscrição do estatuto civil da criança sobre árvore genealógica familiar, a partir da produção de discursos que declare conhecido(as) e reconhecido(as) filho(as) pertencente(s) àquela família. De modo geral, os avôs constituem a referência do passado imediato das crianças enquanto os pais representam o presente, esta noção de família situada dentro de uma temporalidade contribui para o enriquecimento da identidade da criança na medida em que demonstra a existência de uma raiz a qual ela pertence ou se afilia.

Segundo Marcos, a relação de conjugalidade não oferece a garantia ou certeza de um amor que sobrevive ao tempo e aos acontecimentos inesperados. Apenas a relação entre pais e filhos possui um caráter de amor incondicional e durabilidade, deste modo, os filhos adotivos representam uma possibilidade de transmissão contínua e mútua de afetos. Este constitui o sentido de filiação adotiva para os pais entrevistados.

O modo como os homens *vivem, sentem e percebem* a relação conjugal, constitui um elemento fundamental para a compreensão das práticas relacionadas com a paternidade, incluindo-se aí o desejo por filhos e o modo como este desejo se insere nos projetos de vida (PASSOS, 2003). A presença de uma horizontalidade e flexibilidade nas relações conjugais de Marcos e Marcelo possibilita que eles queiram levar adiante a relação até o momento em que eles estiverem se entendendo e felizes, no entanto, a relação de amor com os filhos é vitalícia.

Uma forma de garantir à filiação adotiva o caráter vitalício é através da formalização jurídica. Marcos diz que a adoção afetiva foi feita paralelamente à legal porque eles não tinham certeza se as crianças iriam ficar com eles, então, diante da dúvida havia uma preocupação em não perfilhar as crianças rapidamente.

Em relação ao significado da prática homossexual, para o casal entrevistado, ela não é significada como um segredo, mas ao mesmo tempo **não** é algo que deve ser dito para todas as pessoas:

Marcos – *Eu também não sou de levantar a bandeira. As pessoas da escola que eu acho que precisam saber eu converso naturalmente. Eu nunca cheguei pra ninguém pra dizer: – Olha vou te contar um segredo porque pra mim não é segredo*

Observa-se a presença de figuras de linguagem do tipo metonímia⁷ quando Marcos fala “*Eu também não sou de levantar a bandeira*”. A expressão “*levantar a bandeira*” significa defender a causa ou lutar pela causa (homossexualidade), assim, Marcos utiliza, no enunciado produzido, um sinal (levantar a bandeira) em função do significado que ele possui.

⁷ A metonímia baseia-se numa relação de contigüidade e origina-se das idéias evocadas em que uma palavra ou expressão apresenta certa independência. No caso discutido, a metonímia é empregada tendo em vista “o sinal pela coisa significada” (LIMA, 1998).

A família não perde de vista o fato de que convive com uma multiplicidade de pessoas produtoras de sentidos não favoráveis à configuração familiar homoparental de modo que “não falar livremente” sobre a condição homossexual constitui uma maneira de se proteger contra situações preconceituosas. É neste contexto que a significação da homoparentalidade se situa para estes pais.

A partir da experiência de parentalidade de Marcos e Marcelo, verifica-se que a paternagem também está implicada na prática de produzir respostas (sentidos) para as dúvidas dos filhos, as quais se relacionam com a intimidade do casal. Os pais entrevistados não demonstraram dificuldade para responder este tipo de questionamento, mas nenhuma família é tão revolucionária quanta a família homoparental, pois esta rompe com o princípio fundamental para a constituição familiar: a diferenciação sexual.

Marcos – *Nós nos preocupamos sobre como é que os meninos vão ver a nossa família futuramente quando eles tiverem com treze ou catorze anos. Mas a transparência com a verdade é desde hoje. Então aqui em casa não tem esse negócio de dizer “isso não é pergunta que se faça”. Eles podem perguntar tudo.*

A gente fala o tempo todo aqui em casa que a verdade deve prevalecer, seja ela boa ou ruim.

Marcos – *Os meninos fazem acompanhamento terapêutico e uma das conversas que tivemos com a doutora foi como saber responder as perguntas deles. Eles já sabem muita coisa. Agora eles só têm as respostas para aquilo que perguntam – “Eu não vou mais além”. Por exemplo, um dia a gente tava falando de namorada e aí eles me perguntaram se eu tinha namorada. Aí eu falei quem é que dorme com o papai, quem é que mora com o papai.*

Outro dia Juliano me perguntou novamente: – O que pai Marcelo é seu? E aí a gente explicou tudo com naturalidade novamente.

Eu falei assim: – Olha a vovó e o vovô são um casal que moram juntos, só que a vovó é mulher e o vovô é homem. Mas aqui em casa vocês vão ter dois homens: o papai Marcos e o papai Marcelo. A gente tem o mesmo estilo de vida deles só que não é um homem e uma mulher, são dois homens.

Então desta maneira a gente vai sanando a fala deles. Tanto é que eles conseguem falar que têm dois pais que buscaram eles no abrigo.

Para Carvalho (2008), as informações que os pais adotivos transmitem para os filhos devem se basear em dados reais, respeitando a idade e a possibilidade de entendimento de cada criança, pois um acúmulo de informações pode produzir ainda mais confusão.

Outro sentido da paternagem encontrado que se articula com o colocado acima, dando a idéia de cadeia de sentidos, refere-se à paternagem como compromisso com a verdade. A busca e o exercício de falar a verdade são praticados pelos pais, os quais se preocupam também em ensinar aos filhos a prática de ações e discursos permeados de sinceridade, ensinando-os a aceitar as diferenças entre práticas sexuais e/ou de conjugalidade existentes.

Este é um valor bastante valorizado nesta família uma vez que os significados atribuídos culturalmente aos casais homoafetivos são que eles não têm moral e caráter, sendo péssimos exemplos para os filhos. Por isso, Marcelo e Marcos, procuram orientar os filhos a falar sempre a verdade, não dando espaços para o práticas preconceituosas.

Quando os meninos falam uma mentirinha, ficam de castigo, sem assistir televisão, para que eles cresçam sabendo que foram criados dentro de um mundo de verdades. As pessoas vão deixar o preconceito existir se quiserem. Aqui dentro de casa a gente não deixa ele crescer.

No que se refere aos preconceitos enfrentados pelo casal durante o processo de adoção. Tem-se o seguinte discurso:

Marcelo – *A gente não teve nenhum preconceito. É claro que o fator homossexual não seria um fator que nos privilegiasse, mas também não seria um fator que nos excluísse. Não seria fácil adotar até porque a visão da sociedade não é favorável, mas não encontramos resistência, seja dentro do Juizado e no grupo de apoio à adoção que participamos. Nós*

*fomos bem acolhidos pelo grupo, então, às vezes o preconceito existia, mas era dentro de mim porque eu pensava que iria ser tratado **diferente pela razão**, mas não houve.*

Desde que a gente foi no Juizado, nós fomos bem recebidos até pela iniciativa de dizer “Nós somos um casal homoafetivo”. A moça que atendeu a gente disse:- Olha são pouquíssimas as pessoas que têm coragem de assumir. Às vezes chega até solteiros que a gente vê nitidamente que é um casal homossexual que não tem coragem de assumir que vai criar uma criança com outra pessoa do mesmo sexo.

A prática de adoção realizada por Marcelo é significada como sendo aceita pelo Juizado da Criança e do Adolescente e pelo Grupo de Apoio à Adoção, mas o receio de não ser aceito pela sociedade o acompanha aos lugares que ele frequenta. Atualmente, apesar de existir um espaço maior para se falar em famílias constituídas por homossexuais, essa combinação ainda causa estranheza. Segundo Uziel (2007), o estranhamento que o homossexual causa quando revela a intenção em relação à maternidade/paternidade acontece porque repercute nos novos modelos familiares a idéia de que a procriação determina a constituição de uma família.

6 – “Eles têm dois pais e sempre que for preciso os dois pais farão o papel de mãe”.

No que se refere às reações dos colegas de sala de aula de Juliano e João, ao saberem que estes são criados por pais homossexuais, até o momento não houve discursos e ações discriminatórias no contexto escolar. No entanto, a professora de Juliano e João demonstra uma preocupação especial com eles em comemorações anuais, como, por exemplo, nos dia das mães.

Marcelo - *No colégio dos meninos, agora no mês de maio, no dia das mães, a professora nos chamou e perguntou como nós iríamos lidar com a situação. Aí eu falei: - Da mesma forma que a gente lida dentro de casa – “naturalmente”.*

Os meninos sabem que eles não têm mãe, mas eles têm dois pais e sempre que for preciso os dois pais farão o papel de mãe.

A professora teve a iniciativa de falar: – Olha nesta semana converse mais com os meninos porque eu vou falar sobre o dia das mães.

E eles também são bem aceitos pelos colegas da escola e todo mundo sabe que eles têm dois pais e não têm mãe, mas que quando for preciso os pais farão o papel de mãe.

A paternagem, para estes pais adotivos, é assumir o papel e o posicionamento de pai dentro de casa, mas sempre que necessário eles assumem o papel de mãe. A partir daí, observa-se que os papéis de pai e mãe são percebidos como sendo complementares e importantes para resguardar o desenvolvimento físico e afetivo dos filhos.

A professora, citada por Marcelo, já conhece a história da família e sua disponibilidade em falar sobre o assunto da homossexualidade já existia, mesmo antes do casal realizar a adoção, assim, torna-se possível desenvolver práticas discursivas na escola em busca do melhor interesse das crianças.

Em relação ao desempenho e aceitação de João e Juliano no ambiente escolar, destaca-se a importância do filho mais velho (Juliano) no progresso escolar de João (filho mais novo) durante o processo de alfabetização do mesmo.

Marcos – *O João teve a vantagem de ficar sempre perto do irmão quando este fazia a tarefa. A gente trabalha muito com eles, nós somos professores, então não é todos os dias que eles assistem televisão. Tem muitos livros aqui, eles podem passar a tarde lendo ou jogando. Então é o tempo todo envolvido com escola mesmo! Eles fazem natação, vão para o reforço e fazem as atividades da escola.*

Essa evolução intelectual deles também contribuiu para uma maior socialização deles. Eles têm iniciativa, chegam da escola e não precisa nem mandar, eles já vão fazer a tarefa!

Entrevistadora – *Em relação ao desempenho escolar de João e Juliano, eles apresentam alguma dificuldade em alguma disciplina ou na interação com os colegas?*

Marcelo – *Olha para ser bem sincero, esse foi nosso maior receio: Que escola procurar pros meninos? Então pensamos no Colégio Mundo Encantado (nome criando pela pesquisadora) porque eu trabalho lá e a gente sabia que ia ter dificuldade.*

Entrevistadora – *O Colégio Mundo Encantado é bem católico não é?*

Marcelo – *É. Nós também somos católicos.*

Entrevistadora – *O colégio aceitou bem os meninos ou houve alguma resistência?*

Marcelo – *Nossa! Não houve nenhuma resistência, pelo contrário. No início, o receio maior era porque o João nunca tinha freqüentado a escola. Então, de repente ele ia chegar numa turma quase que fechada e que já sabia muitas letras e números e o João não sabia nada!*

A professora disse: – Olha, vocês sabem que não vai ser fácil, mas vamos juntos, vocês pegam daí e a gente pega daqui. E na última reunião, a professora falou que nunca esperava o crescimento de João da forma que aconteceu.

Hoje o João já escreve: bonito, boneca, peteca. Ele já conhece todas as letras do alfabeto e vogais.

As pessoas que interagem com as crianças não são objetos passivos do seu desenvolvimento, mas são agentes ativos que guiam, orientam e planejam as suas condutas. As atividades que as crianças conseguem realizar com a ajuda dos outros, Vygotsky chama de desenvolvimento proximal, enquanto Bakhtin ressalta a importância da dimensão dialógica na construção do conhecimento. Deste modo, Vygotsky e Bakhtin percebem o ambiente escolar como um espaço pedagógico que possibilita a manifestação da diferença na construção de conhecimento que é acompanhada de ação compartilhada.

Olhando para essas paternidades e filiação de forma relacional, percebe-se que há a negociação entre pais e filhos no que se refere à adoção afetiva entre eles. Isto pode ser percebido no fato de Juliano (filho mais velho) ter dito aos pais que quando os mesmos os adotassem legalmente, ele e João (filho mais novo) iriam chamá-los de pai. Marcos e Marcelo afirmam que no começo os filhos ora os chamavam de pai ora de padrinho, e aos poucos a palavra “pai” foi se tornando permanente no discurso das crianças. Além disso, para Marcos o esforço de Juliano em chamá-lo de pai é significado como sendo uma tentativa de constituir a idéia de uma família, diminuindo as chances dele ser devolvido ao abrigo.

Entrevistadora – *Quando foi que Juliano e João chamaram vocês de pais?*

Marcos – *Olha foi assim, inicialmente, eles só chamavam a gente de tios ou padrinhos. Eles perguntavam muito: – Vocês vão adotar a gente? Nós não vamos voltar para o abrigo mais?*

Aí o Juliano disse que: – “Quando vocês adotarem a gente, a gente vai chamar vocês de pais.” Quando nós fizemos todos os cursos e ficou certo que não íamos mais perder a guarda, então, eles disseram: – “A partir de agora, nós vamos chamar vocês de pais.” Então, é lógico que no começo, eles começaram falando pai e às vezes dizia padrinho e foi assim até ir se adaptando. Mas foi uma iniciativa dos dois, um foi vendo o outro falando e foi chamando mesmo.

A gente não impôs, não deu bronca, tudo aconteceu naturalmente e a necessidade partiu deles também porque a idéia que eu pensei é que os meninos pensaram assim: “Se eu puder chamar de pai quer dizer que eles vão cuidar de mim e se eu chamar só de padrinho pode ser que eles me devolvam”.

Pra mim, é como se os meninos tivessem pensando: - ‘Ah, vamos chamar de pai porque assim a idéia de família vai estar sendo construída. A gente não vai ser devolvido.

Simultaneamente ao movimento ou tentativa dos filhos incorporarem a prática de nomear Marcos e Marcelo como pais, estes últimos também tiveram que aprender a chamar as crianças de filhos.

Entrevistadora - *E quando é que vocês chamaram Juliano e João de filhos?*

Marcelo – *A gente, desde que os meninos chegaram, chama eles de “presentinho de Deus” e de “príncipe” ou “pequeno”. Hoje o filho faz parte destes nomes que a gente chama eles. A gente não chamava eles de filho no começo porque a gente não tinha certeza de nada né. A gente queria que eles ficassem, mas a gente só ficou sabendo que eles iam ficar próximo do início das aulas que a gente ia matricular os meninos na escola e ligou para o Juizado e eles disseram que os meninos só iam voltar para o abrigo se nós quiséssemos, então, eu disse: Então, eles não voltam mais!*

Aí a gente chegou em casa e conversamos com as criança. Dissemos que elas não iam voltar mais para o abrigo, daí começou a iniciativa de chamar de pai.

A formalização da adoção possibilitou o reconhecimento da composição familiar à qual estavam inseridos, facilitando a construção de vínculos entre pais e filhos. Wagner

at al. (1997) afirmam que a construção de uma nova família pode ser considerada uma tentativa saudável de refazer a vida das pessoas envolvidas.

Marcos e Marcelo demonstram participar ativamente do dia-a-dia das crianças na escola, pois o sentido de paternidade se relaciona também com o compromisso de incentivar os filhos em atividades de leitura, estudos, jogos educativos, prática de esporte e socialização. Este envolvimento paterno ou a participação dos pais no desenvolvimento dos filhos que ultrapassa o contato físico afetivo; mediante a acessibilidade e tempo gasto em atividades que possuam implicações para crianças adotadas (como, por exemplo, o trabalho doméstico, levar e buscar a criança na escola, entre outras) demonstram que eles não só cumprem com a paternagem; como também se posicionam como pais de Juliano e João.

Em relação às significações do que é uma família, Marcelo traz em seu relato o sentido de família como sendo a base e ponto de apoio que confere segurança. A família é composta pelas pessoas mais importantes do contexto social. Além disso, enfatiza que a família deles aceita as práticas homoafetivas do casal e o restante das pessoas com as quais convive só terão espaço afetivo na sua vida caso o aceite sendo homossexual.

A nossa família é a nossa base, o restante das pessoas vão existir se quiserem e respeitando como a gente é. As pessoas que eu devo satisfação é a minha família e eles me apóiam, então, o restante não vai fazer diferença, ou seja, o que acham ou o que deixam de achar. O que importa é que eu estou sendo feliz, vou tá construindo a minha vida.

Além disso, o sentido de família para Marcos, não vem carregado apenas de coisas boas. Os filhos não praticam apenas ações consideradas corretas pelos pais, uma vez que em momentos determinados estes filhos já se envolveram em situações de brigas e furtos na escola. Prática esta que foi enfaticamente reprimida pelos pais a partir da

produção de discursos que recriminam tal comportamento e da utilização de castigos (não assistir televisão).

Marcos – *Ah, mas as pessoas podem pensar que só tem coisa boa! Não, tem coisa ruim também. Já teve tempo que errou, que trouxe coisa dos outros pra dentro de casa, mas foi orientado, devolveu o objeto pra pessoa e pediu desculpas.*

Já teve momento de briga na escola, então não é só momento bom. Tem dia que você tem vontade de botar de castigo e deixar ali, sem assistir televisão.

Eu me sento com eles, olho no olho e pergunto: – O que você fez de errado hoje? Quantas vezes já conversamos que não é pra fazer isso? O que vai acontecer se você continuar repetindo estes fatos?

É como qualquer família.

Marcos não relaciona o mau comportamento dos filhos ao fato deles serem adotados. Assim, produz o sentido de que na filiação, seja ela biológica ou adotiva, existe a prática de bons e maus comportamentos dos filhos, os quais devem ser orientados pelos pais através no caminho certo a percorrer.

Levando-se em consideração a família homoparental, observou-se que as funções de paternagem e maternagem são exercidas pelos pais adotivos entrevistados. As conseqüências advindas por este deslocamento de funções e lugares, somente poderão ser visualizadas com maior profundidade com o passar do tempo, uma vez que se trata de um fenômeno bastante recente, tendo em vista que a diferenciação sexual constitui um fundamento para o processo de subjetivação. Entretanto, até o momento de realização do presente estudo, esta família tem oferecido um ambiente social e afetivo favorável para o desenvolvimento dos filhos, confirmando, assim, o sentido de que as práticas sexuais dos pais não interferem, necessariamente, de modo negativo nas relações de parentalidade.

Neste estudo de caso, observou-se ainda que as crianças foram se apropriando gradativamente de seus espaços físicos e afetivos, passando a ocupar o lugar de filho.

Destaca-se o caráter gradual da vinculação entre os membros da família, o que nos permite pensar que o tempo de vinculação, entre pais e filhos adotivos, não é apenas burocrático e cronológico, mas específico de cada sujeito, pois se fundamenta nas relações produzidas entre as pessoas envolvidas.

No próximo capítulo, os sentidos produzidos pela família biparental, acerca da maternagem, paternagem e filiação, serão discutidos.

CAPÍTULO 10

FAMÍLIA BIPARENTAL: “VOCÊ ERA BEM PEQUENINHA DO TAMANHO DO BOTÃO, PEGARAM VOCÊ E DEIXARAM NO MEU CORAÇÃO”

“Os laços de parentesco designam o lugar de cada indivíduo numa sociedade concebida como um conjunto organizado, sendo regido por regras de transmissão.”

Houzel, 2004.

O casal Silvia (49 anos, dona de casa) e Antônio (53 anos, trabalha com construção de barreiras) têm dois filhos biológicos, Bruno e Otávio. Na época em que adotaram Juliana (2 anos), Bruno tinha 10 anos e Otávio 16 anos. A motivação para a adoção surgiu porque o casal sonhava em ter uma criança do sexo feminino, o que não foi possível realizar através da gravidez biológica.

Em uma consulta ao médico, o especialista no assunto chegou a afirmar que a probabilidade do casal gerar meninos era bem maior do que meninas. Algum tempo após esta visita médica, Silvia teve que realizar uma cirurgia de histerectomia que eliminou definitivamente com as esperanças do casal engravidar.

Silvia trabalhava numa escola quando uma de suas amigas perguntou se ela não gostaria de criar uma menina. Diante deste acontecimento, Silvia telefonou para Antônio e os dois filhos biológicos a fim de decidirem juntos se ficariam com Juliana. Essa história é contada por Antônio, Silvia e Juliana (atualmente com sete anos):

Sr. Antônio – *Olha foi assim (olha para Juliana e sorrir): Você era bem pequeninha do tamanho do botão, pegaram você e deixaram no meu coração. Não foi assim?*

Juliana – *Não, Não!*

Silvia – *Vai Juliana conte como foi a sua história.*

Juliana – *Eu esqueci!*

Silvia – *Você foi pra minha escola, aí minha colega perguntou se eu queria uma menininha. Aí eu chamei seu pai, Bruno e Otávio. Aí você foi lá pra casa e ficou dormindo no nosso quarto comigo e seu pai.*

Juliana – *Lembrei da história!*

Silvia - *Você faz questão de esquecer não é Juliana. Tu esqueceu ou não quer se lembrar?*

Juliana – *Eu esqueci (abraça forte a mãe).*

Entrevistadora – *Juliana, você antes de chegar nesta família, já havia morado com outras pessoas?*

Silvia (olha para Juliana) - *Você passou uns dias com a Elza, a Karla e a Margarida e depois veio morar comigo.*

Observou-se que Sr. Antônio e Juliana apresentaram dificuldade para resgatar a história de abandono e rejeição que envolvia a trajetória da adoção. Silvia, ao perceber que o marido e a filha não conseguiam conversar sobre o assunto, toma a frente no discurso e revela “a parte difícil” de ser narrada. Deste modo, Silvia não perde de vista que Juliana chegou à sua família por um caminho diferente dos seus outros filhos, assumindo o papel de não permitir que a família finja que nada aconteceu no passado deles.

Não é fácil para esta família conversar sobre o fato de Juliana ter sido abandonada por sua família biológica e por mais outras três famílias que passaram poucos dias com ela. Entretanto, a partir da leitura do livro “Bebê do coração” Juliana conseguiu conversar sobre sua história sem apresentar resistência:

Silvia – *Você vai conhecer agora o bebê do coração! O bebê que foi escolhido para fazer parte da minha... (olha para Juliana e coloca a mão sobre o peito)*

Juliana – *(Olha para Silvia e coloca a mão sobre o peito, imitando a mãe) da minha!*

Silvia e Juliana – *(repetem juntas, sorrindo) família!*

Silvia – *Era uma vez um casal muito apaixonado. Quem era esse casal?*

Juliana – *Painho e mainha.*

Silvia – *Mas apesar deste grande amor, faltava alguma coisa! Faltava o quê?*

Juliana – *O bebê.*

Silvia - *Quem era o bebê?*

Juliana – *Eu.*

Silvia – *Todo mundo tinha um bebê, menos quem?*

Juliana - *Painho e mainha.*

Silvia – *Um certo dia, o casal teve uma grande idéia. Vamos adotar um bebê! Quando o bebê é da barriga, os pais biológicos geram e criam o bebê. Como Bruno e ...*

Juliana – *Otávio.*

Silvia – *Às vezes essas coisas acontecem, talvez os pais biológicos fossem muitos jovens, talvez eles tenham morrido, talvez eles não tinham condições para cuidar do bebê. O que é que tu acha?*

Juliana – *Eles não tinham condições para cuidar.*

Silvia - *Que sorte a do bebê ter encontrado os pais! Que sorte a dos pais ter encontrado Juliana (risos)!*

Juliana – *(risos).*

Silvia – *Você não acha que foi um final feliz?*

Juliana – *Foi (sorrir). Eu acho essa história bonita e gosto muito dela.*

Entrevistadora – *Qual foi a parte da história que você mais gostou?*

Juliana – *A que os pais arrumaram o quarto e foram buscar o bebê (ver Figuras 1 - 2, Anexo F).*

Entrevistadora – *E qual foi a parte da história que você menos gostou?*

Juliana – *A que os pais do coração colocam o bebê para voar!*

Silvia – *Ah! É porque tem um desenho do bebê do coração nos balõezinhos.*

Neste momento, os pais adotivos começaram a brincar com Juliana falando que ela era o bebê do coração que estava voando nos balõezinhos ilustrados no livro (ver Figura 2, Anexo E). Juliana demonstrou não gostar da brincadeira:

Silvia - *Olha, tu que é o bebê voador (risos!).*

Sr. Antônio - *Risos.*

Juliana - *Eu não! Eu não (cruza os braços, olha com raiva para os pais)!*

Silvia - *Tu não quer ir embora não é Juliana? Tu quer ficar no balão perto da gente né?*

Juliana - *É (riso; descruza os braços).*

Entrevistadora - *Qual é a parte da história que parece com a sua?*

Juliana - *A que os pais pegam o bebê e que todos sorriem (ver Figura 3, Anexo F).*

Entrevistadora - *E a parte da estória que não parece com a tua?*

Juliana - *A do balão.*

Relacionando-se a história de vida de Juliana com as ilustrações do livro trazidas por ela no contexto discursivo, verifica-se que o desenho do bebê voador representa a

parte da história de Juliana em que ela conviveu rapidamente com a família biológica e três outras famílias que decidiram por não adotá-la. Este é o momento inicial de sua história que ela prefere não lembrar, juntamente com seu pai adotivo. Deste modo, existe uma negociação entre as práticas discursivas usadas entre pai e filha sobre qual a parte da história que deve ser resgatada pela fala. Aqui o que parece importar é o momento em que Silvia e Antônio adotaram Juliana, isto é, o que aconteceu anteriormente é desinvestido como prática discursiva.

A metáfora⁸ criada por seu Antônio para Juliana, “*Você era bem pequenininha do tamanho do botão, pegaram você e deixaram no meu coração*”, constitui uma maneira de não se falar detalhadamente sobre a parte da história marcada pelo abandono de Juliana. A tentativa de não assumir o passado de origem da filha surgiu desde quando Sr. Antônio olhou para Juliana pela primeira vez, pois ele queria ir ao cartório registrá-la como sua filha biológica, mas isto não aconteceu porque sua esposa não permitiu. Atualmente, Silvia e Antônio estão próximos de conseguir formalizar a adoção depois de cinco anos mantendo Juliana aos seus cuidados.

Entrevistadora - *Porque vocês passaram tanto tempo para formalizar a adoção?*

Silvia – *Eu queria formalizar a adoção antes, mas ele não queria com medo. Ele mandou eu esperar.*

Antônio – *Por mim eu já teria registrado ela no meu nome. Quando é que vão descobrir um negócio desses, na época ela nem tinha registro. Eu sou o pai e pronto.*

Silvia - *Eu falei com um advogado. Ele falou com o pai biológico que registrou a filha. O pai biológico já tinha três filhos e não quis ficar com Juliana porque tinha dúvida da paternidade dela, que ela era filha dele.*

Negar a especificidade da adoção, tornando-a equivalente a uma gravidez é uma prática antiga da nossa sociedade. Estima-se que o número de adotantes informais seja

⁸ A metáfora consiste na transferência de um termo para uma esfera de significação que não é a sua, em virtude de uma comparação implícita (LIMA, 1998, p. 501).

superior aos adotantes legais porque muitas adoções são realizadas em segredo nas capitais ou cidades do interior, e estes adotantes não participam de pesquisas. A adoção à brasileira acontece porque existe um alto número de abandono de bebês no Brasil e o Poder Judiciário possui uma imagem negativa diante da população no que se refere às adoções. Atualmente, existe uma tendência para que as adoções informais diminuam por causa da maior facilidade para a adoção proporcionada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (WEBER, 2007).

É comum acontecer também dos pais adotivos temerem que quando seus filhos estiverem crescidos desejem conhecer seus pais biológicos e os abandonem, movidos pela força dos laços de sangue. Diante disto, a tentativa de torna a adoção como se fosse natural, no sentido biológico, parece se justificar para alguns pais que não dispõem de orientação adequada de um profissional especializado no assunto.

Para que as famílias adotivas possam construir sentidos sobre as relações de filiação torna-se importante a consciência de que o filho(a) adotado(a) trará consigo uma história pré-adotiva que deverá ser assumida e integrada à história de vida pós-adotiva. Este tipo de consciência, muitas vezes é dificultado quando a adoção ocorre sem uma preparação psicológica devida. Por exemplo, no caso de seu Antônio, a adoção aconteceu de forma inesperada:

Entrevistadora – *O senhor antes de adotar já havia pensado na adoção de uma criança?*

Sr. Antônio – *Não, eu pensava que fosse ficar só com Bruno e Otávio.*

Entrevistadora – *E como foi pra você de repente adotar uma criança?*

Sr. Antônio – *Eu chorei foi muito (risos). Antes de adotar eu tive um infarto, mas quando eu vi Juliana eu nem pensei na minha saúde. Eu não pensei em nada. Quando ela veio o meu coração ficou melhor ainda (Antonio e Juliana se abraçam).*

Torna-se difícil para seu Antônio assumir a história de origem de Juliana, pois ele nunca havia pensado na possibilidade de adotar, o que exige uma redefinição de sua

identidade pessoal, da relação de casal e das relações com a família ampliada. Assim, falar detalhadamente sobre a história de abandono de Juliana implica em uma vivência dolorosa de fracasso, decepção, perda e sentimentos de inadequação pela impossibilidade dele próprio e de sua esposa de darem à luz a uma menina.

É essencial que os adotantes reflitam sobre as especificidades do processo adotivo que inclui o encontro de dois sofrimentos: a perda dos genitores de uma criança e o sofrimento causado na família participante, pela esterilidade biológica (cirurgia de histerectomia em Silvia). É a partir deste tipo de reflexão que as diferenças presentes na família adotiva poderão ser compreendidas como socialmente construídas e não como produtos da natureza (biologia), isto é, somos nós quem valorizamos se as diferenças são boas ou ruins, normal ou anormal, e estamos implicados num movimento de transformação social dos sentidos relacionados com a prática adotiva (SCHETTINI; AMAZONAS; DIAS, 2006).

A significação acerca da filiação adotiva será analisada, na Figura 5, considerando os pré-indicadores, indicadores e núcleos de significação do discurso. Destaca-se a conexão entre os pré-indicadores que constitui o ponto de partida para a apreensão dos sentidos acerca da paternagem e filiação nesta família.

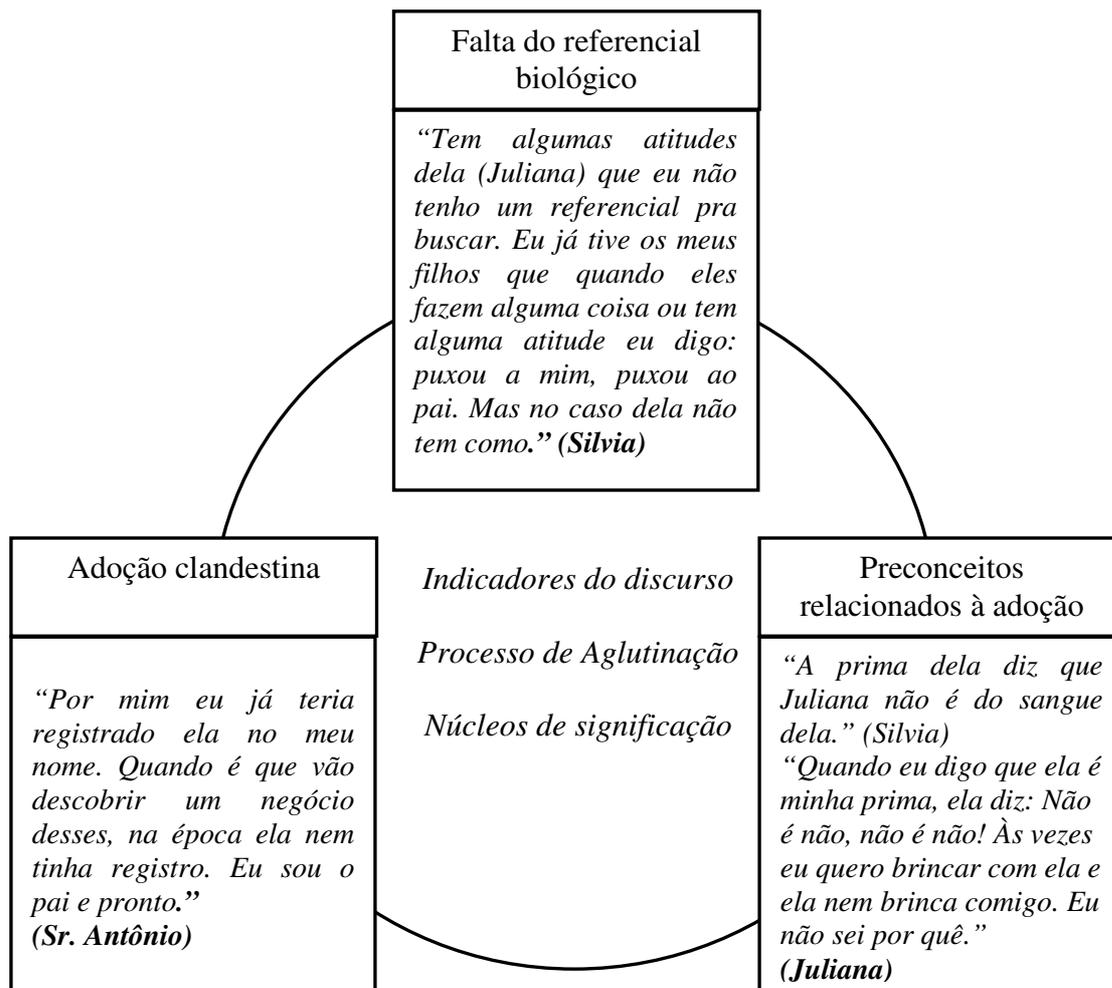


Figura 5 - Os pré-indicadores do discurso presentes na família biparental.

Na Figura 5, os pré-indicadores do discurso são apresentados na parte mais periférica do círculo, dando margem para apreensão dos primeiros significados produzidos. Na parte central do círculo menciona-se os indicadores dos discursos que foram: *O sonho de ser mãe de uma menina, filiação adotiva, dificuldade de resgatar a história de origem da filha, Registro nascimento clandestino, negação da história de origem da criança adotada, Dificuldade de aprendizagem da filha, Preconceitos vivenciados na adoção, Herança genética do filho adotivo, o pai e suas funções, não importa se a filha é adotiva ou biológica, maternagem prejudicada pela falta de um referencial biológico.* Estes indicadores foram encontrados a partir dos pré-indicadores

do discurso, sendo em seguida articulados de acordo com os conteúdos semelhantes, complementares e contraditórios para se chegar aos núcleos de significação, conforme pode ser visto na figura abaixo:

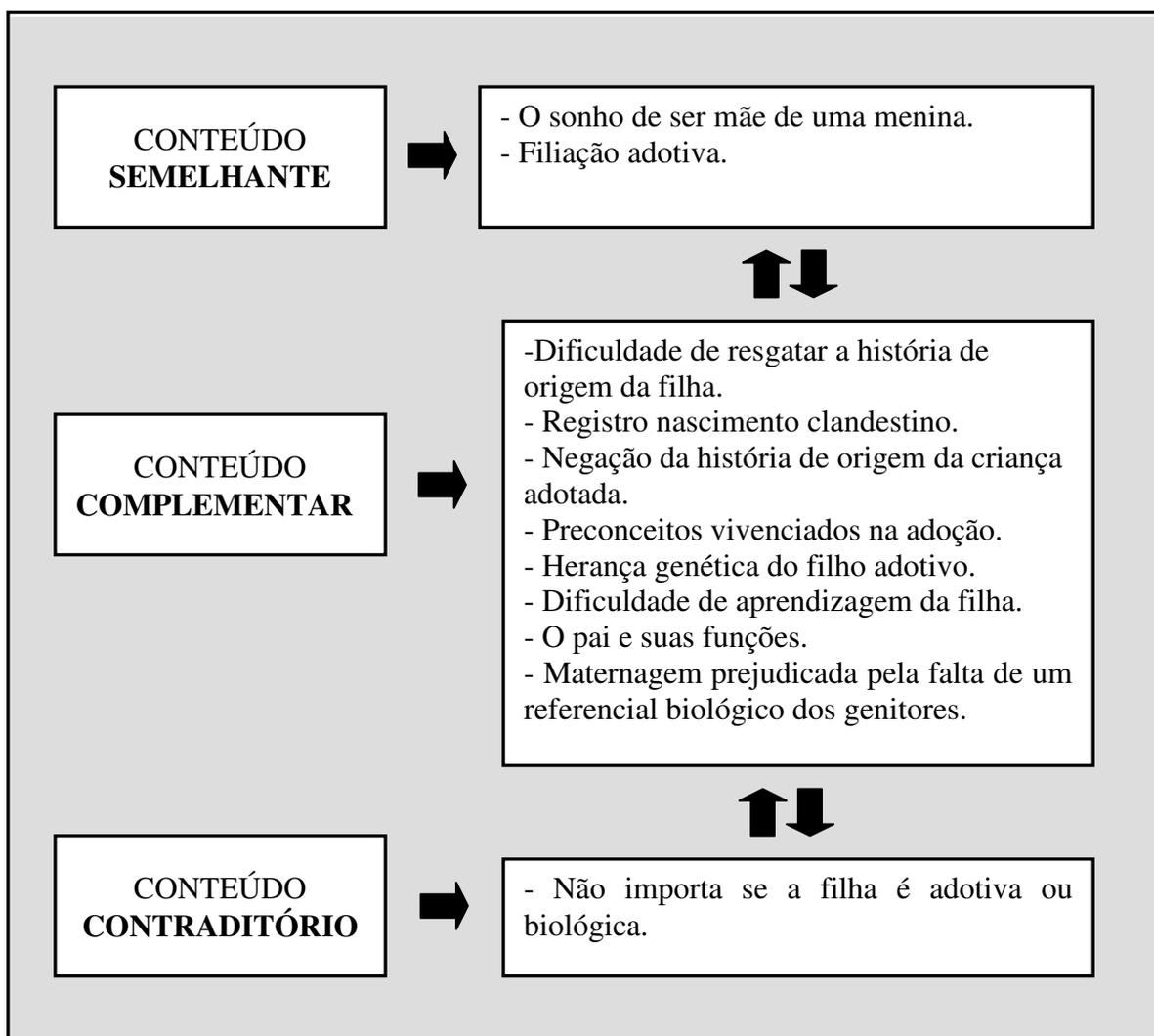


Figura 6 – Família Biparental: Os indicadores do discurso aglutinados de acordo com os conteúdos.

A Figura 6 mostra os indicadores do discurso sendo relacionados segundo os conteúdos similares, complementares e contraditórios, bem como, ressalta que os indicadores foram relacionados entre eles (setas de via dupla entre os indicadores da

Figura 6) para se chegar aos núcleos de significação. A partir daí foram encontrados quatro núcleos de significação nos discursos produzidos pela família biparental:

1 – “Ser adotiva é não ser da família”.

A dificuldade do pai adotivo em assumir o passado da filha se relaciona com o sentido que a palavra “adotiva” possui para ele. Ser filho adotivo significa não pertencer à família, sendo assim, para seu Antônio, a palavra “adotiva” é discriminatória e pesada.

Sr. Antônio – *Esse nome adotiva, eu acho muito pesado, ele é discriminatório. Ser adotiva é não ser da família. Deviam arrumar um outro nome que não esse.*

O sentido de filho adotivo, pensado a partir dos núcleos de significação, é construído tomando-se como referência o filho biológico. Assim, a diferença causada pela presença do filho(a) adotivo(a) na família é percebida como algo negativo porque está necessariamente relacionada à exclusão: “*Ser adotiva é não ser da família*”. O filho adotivo durante um longo período de tempo, era percebido como um “forasteiro” da cultura, estando carregado de mitos e preconceitos que vem sendo discutidos socialmente, adquirindo maior visibilidade devido aos esforços conjuntos da sociedade e dos muitos casos de adoção bem-sucedida (SCHETTINI; AMAZONAS; DIAS, 2006).

Ao ouvir o seu marido falar, Silvia revelou que não usa em suas práticas discursivas a palavra “adotiva”, pois significa que a criança foi rejeitada no passado.

Silvia – *Toda criança que tem o nome adotiva é porque foi rejeitada pelos pais. Pra mim Juliana é minha filha e ponto, não importa se é adotiva ou biológico.*

Enquanto os pais falavam, Juliana ouvia atentamente, e chegou a afirmar que a palavra “adotiva” significa sem ter amor, enquanto que a expressão “bebê do coração” significa com amor.

Entrevistadora – *O que você acha do nome adotiva?*

Juliana – *Eu não gosto.*

Entrevistadora – *E o nome “bebê do coração”?*

Juliana – *Eu gosto, significa com amor.*

Entrevistadora – *E adotiva?*

Juliana – *Sem ter amor.*

É interessante observar no discurso de Juliana que o sentido do termo “Bebê do coração” é diferente do sentido do termo “criança adotiva”, apesar do livro indicado para a leitura tratar os dois termos como sinônimos. O termo “bebê do coração”, no sentido empregado, não abarca a existência de uma história passada de abandono, contemplando apenas o sentido de um filho amado e querido. Juliana nega a sua história de vida que acontece antes da adoção, isto é, nega-se a si mesma, não permitindo o estabelecimento de uma identidade consistente e de se questionar quanto a seu lugar no mundo. De acordo com Levizon (2002, p.76), “O adotado, assim como qualquer pessoa, quando fecha os olhos para as suas próprias angústias e dúvidas, não tem a possibilidade de desenvolver um sentido pessoal de existência”.

2 - A mãe biológica dela era garota de programa. Eu tenho medo!

Silvia e Antônio produzem sentidos diferentes acerca do patrimônio genético herdado por Juliana. O fato da genitora de Juliana ter sido garota de programa e do genitor ser alcoolista deixa Silvia preocupada sobre o futuro da filha, principalmente no que se refere a sua capacidade de aprendizagem e comportamento social. Por outro lado,

seu Antônio acredita na supremacia da educação sobre os aspectos biológicos como fundamental para a formação de Juliana.

Silvia - *A mãe biológica dela (Juliana) era garota de programa.*

Entrevistadora - *O fato da mãe de Juliana ter sido garota de programa, vocês acham que essa história pode repercutir de alguma maneira na vida de Juliana?*

Antônio - *Não. Isso aí depende da educação.*

Silvia - *Eu tenho medo! Tenho. Às vezes ela é saída demais.*

Entrevistadora - *Como assim saída demais?*

Silvia - *Essas danças que ela vê na televisão.*

Entrevistadora - *Sim. De que você tem medo?*

Silvia - *Ela quer ser adulta, anda literalmente nos saltos em casa, nos batons, nos gloss da vida. Aí eu dou uma freada.*

Entrevistadora - *O senhor sabia seu Antonio que Silvia tinha esse medo?*

Antônio - *Ela só faz comentar, mas eu não tenho medo.*

Para Silvia, a força do patrimônio genético, herdada pela filha, não se limita aos aspectos biológicos relacionados, mas envolve a aquisição de comportamentos praticados pelos genitores. Segundo Vargas (1998), o temor à hereditariedade patológica da criança adotiva constitui um dos fantasmas que assombra as famílias, sendo causado pela falta de esclarecimentos básicos. Muitos pais podem imaginar que não importa o que eles façam “o contágio com a semente ruim irá modelar o caráter e a personalidade do filho”. Assim, a criança adotada tardiamente, fica marcada pela hereditariedade patológica e pelas experiências que teve antes da adoção, ficando sempre prejudicada.

O indicador do discurso que se refere “filiação adotiva” se articula com o indicador chamado “herança genética do filho adotivo” devido aos conteúdos de similaridade e complementaridade. Mediante a análise dos núcleos de significação, o sentido de filiação adotiva construído pela família refere-se a um tipo de relação em que os pais e a filha não possuem o mesmo sangue; além disso, a criança recebe dos genitores um

patrimônio genético que assombra os pais permanentemente, mas mesmo assim a perfilhação se configura a partir do amor que os pais e a filha têm a oferecer um ao outro.

Os indicadores do discurso que se refere a “herança genética do filho adotivo” e “maternagem prejudicada pela falta de um referencial biológico” se relacionam entre si devido à presença de conteúdos similares e complementares. Para Silvia, a maternagem é afetada pela falta de um referencial biológico de Juliana. A existência de um histórico médico acerca dos genitores poderia ajudá-la a descobrir, por exemplo, se a dificuldade de aprendizagem que Juliana vem apresentando foi herdado ou existe algo que ela possa fazer para ajudar a filha na escola.

Silvia – *Tem algumas atitudes dela (Juliana) que eu não tenho um referencial pra buscar, por exemplo, eu já tive os meus filhos que quando eles fazem alguma coisa ou tem alguma atitude eu digo: puxou a mim, puxou ao pai. Mas no caso dela não tem como.*

Entrevistadora – *Você acha que a dificuldade de aprendizagem de Juliana é causada pela herança genética?*

Silvia – *É. Eu estou buscando, estou levando ela ao psicopedagogo pra saber se é por conta disso ou de alguma coisa que ficou lá trás. Se ela viesse pra mim mais bebê e eu conhecesse mais a fundo a família dela eu poderia até descobrir o porquê dessa dificuldade de aprendizagem.*

Observou-se um indicador de contraposição no discurso produzido por Silvia. Ela constrói, no início da entrevista, o seguinte enunciado: “*Pra mim Juliana é minha filha e ponto, **não importa** se é adotiva ou biológica*”. No entanto, mais adiante Silvia se queixa da ausência de um referencial biológico dos genitores de Juliana, o qual é visto como sendo importante para compreender as dificuldades da filha. Neste sentido, pode-se perceber que Silvia destaca que ama Juliana como sendo sua filha independentemente desta ser adotiva, mas o fato dela ser adotada ***importa sim*** porque durante a prática da

maternagem busca-se voltar ao passado, investigar a herança genética, como uma maneira de compreender as dificuldades e fornecer melhores condições para o desenvolvimento da filha.

O fato da herança genética de Juliana ser diferente da dos seus pais implica na construção de pressupostos de que o bom gene pertence à família adotiva, assim, os laços consangüíneos e o tempo de convivência com os pais biológicos têm um grande poder sobre as dificuldades apresentada pela criança. Segundo Hamad (2002), é mais fácil para os pais adotivos colocar no patrimônio genético herdado a responsabilidade sobre as dificuldades apresentadas pela criança como uma maneira de se livrar de sentimentos de culpa e de responsabilidade.

3 - “Pra mim pai é aquele que cria”.

Em relação ao sentido de paternagem produzido, observa-se que apesar de viajar bastante a trabalho, seu Antônio telefona diariamente para falar com Juliana, a qual grita de felicidade e corre para falar com o pai ao telefone. O esforço de se tornar presente no dia-a-dia de Juliana acontece porque para seu Antônio significa está presente: *“Pra mim pai é aquele que cria”*.

Silvia ao definir seu marido enquanto pai reforça a idéia de que ele é muito presente, mas que não participa das festas escolares de Juliana em função da idade (53 anos). Assim, Silvia constrói o sentido de que o exercício da paternagem se modifica na medida em que os pais vão envelhecendo, ou seja, determinadas funções antes desempenhadas passam a não ser praticadas no ambiente familiar.

Silvia – *Ele é um pai muito presente, apesar de viajar muito. Hoje devido à idade, ele não vai muito às festas e Juliana cobra que o pai vá para as festas da escola. Ela (Juliana) tem o maior orgulho que ele a leve na escola; que ele entre com ela para mostrar aos amigos.*

A partir da análise dos núcleos de significação, foi observado que o orgulho de Juliana ao mostrar o pai para os colegas da escola surge porque as práticas de paternagem e maternagem atuam como fundadoras, e até certo ponto, organizam e legitimizam a parentalidade, favorecendo para que Juliana se aproprie do lugar de filha.

É interessante observar ainda que, durante a conversa entre pais e filha, apenas Silvia fala sobre Juliana ressaltando as qualidades e defeitos, enquanto o pai somente elogia.

Silvia – Graças a Deus ela veio com muita saúde, mas ela é preguiçosa pra estudar. Eu tenho que ficar em cima dela. Ela é desobediente, desarruma o quarto todo!

Sr. Antônio – Ela é muito comunicativa!

Apesar do pai adotivo está sempre bem informado sobre o que acontece no dia-a-dia da filha, é a mãe quem se posiciona diante de todas as dificuldades apresentadas por Juliana. Neste contexto, o pai possui as funções de provedor do sustento familiar e participa mais ativamente das atividades de diversão que envolve passeios e momentos de lazer da família.

O fato de Silvia conviver por mais tempo com Juliana possibilita que a maternagem seja significada como sendo mais intensa, no sentido de que ela participa ativamente da colocação de limites (impor práticas de estudo, lazer, higiene, alimentação, sono, entre outros).

4 – “Na família sinto uma antipatia por Juliana ser adotiva”.

No que se refere à aceitação da família extensa de Silvia, observa-se uma não aceitação por parte de algumas pessoas da família pelo fato de Juliana ser adotiva.

Silvia – *Na família eu sinto uma certa antipatia por Juliana ser adotiva.*

Entrevistadora – *E você Juliana, também sente?*

Juliana – *Balança a cabeça afirmando.*

Silvia – *A prima dela diz que Juliana não é do sangue dela. Aí o pai arenga, fica com raiva e não quer mais levar ela pra casa dela né!*

Juliana – *Quando eu digo que ela é minha prima, ela diz: – Não é não, não é não. Às vezes eu quero brincar com ela e ela nem brinca comigo. Eu não sei por quê.*

Apesar da adoção ser considerada, nos dias atuais, como uma possibilidade de fundar família legitimada pelos laços afetivos, ela ainda é percebida por muitas pessoas como uma filiação de segunda categoria pela ausência do vínculo consanguíneo. Schettini, Amazonas e Dias (2006) afirmam que as representações de família presentes no imaginário social são fundamentadas nos laços consanguíneos que são considerados indissolúveis por serem “os verdadeiros laços naturais”.

Quando Juliana diz não saber o porquê de sua prima se recusar a brincar com ela, desenvolve mais uma vez uma prática de não aceitação de sua condição adotiva, pois Silvia havia terminado de justificar o motivo da prima não aceitá-la para brincar. Então, o enunciado “*Eu não sei por que*” construído por Juliana assume um novo sentido. É como se ela dissesse “*Eu não quero saber o porquê*”, existindo uma dificuldade de aceitação de parte de sua história pessoal que ocorreu antes da adoção.

A partir da entrevista realizada com a família biparental foi observado que o entrelaçamento dos laços afetivos e biológicos assume uma ordem de separação entre a parte que depende da genética daquela que depende do afetivo/social. Essa separação parece essencial para estes pais porque possui o sentido de demarcar “*o que a criança possui que é do outro (genitores) e o que ela possui que me pertence*”, possibilitando que a família construa sua identidade, o que requer uma reflexão sobre as origens da criança, o momento presente e as possibilidades futuras que envolvem os laços de parentesco.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista o objetivo proposto por esta pesquisa de investigar os sentidos produzidos entre pais e filhos adotivos sobre a maternagem, paternagem e filiação, bem como os resultados encontrados, observa-se que as motivações para adotar uma criança, atuam como eixo fundador do qual se ramificam uma multiplicidade de sentidos acerca da maternagem, paternagem e filiação. Por exemplo, na família monoparental, a motivação para adotar surge com a finalidade de atender o último desejo da filha adotiva que chega a morrer. Este é o eixo fundador, a partir dele os sentidos acerca da maternagem e filiação foram produzidos. A maternagem possui o sentido de desempenhar o papel materno, manter o compromisso firmado de ser a mãe e não a avó, entretanto, não se caracteriza pelo posicionamento de mãe na relação construída com a criança adotada.

Em relação ao sentido de filiação, observou-se que ser filho adotivo assume o sentido de conviver com a dor pela ausência da mãe biológica sem desenvolver práticas discursivas sobre a morte materna. Este primeiro sentido de filiação origina um segundo sentido que retrata a dificuldade em se falar sobre a história de adoção, uma vez que esta história se inicia com o tema tabu que é a morte materna. A partir daí surge o seguinte questionamento: Como a criança adotiva irá contar sua história de adoção se não falar sobre a morte de quem a gerou? Neste caso, tornou-se possível compreender a dificuldade da criança entrevistada para contar sua história de adoção.

Em relação aos mitos construídos pela família monoparental, tem-se o mito do amor materno como capaz de oferecer um amor incondicional e único, capaz de garantir a felicidade dos filhos.

No que se refere aos resultados encontrados na análise com a família homoafetiva, tendo em vista os objetivos da pesquisa, a motivação para a adoção teve como eixo fundador a busca por um amor incondicional e permanente que apenas o filho pode oferecer (este é o sentido de filiação adotiva para estes pais). A partir daí os sentidos de paternagem se relacionam com a convivência diária com os filhos, renúncia de si mesmo, conversas sobre a história de origem dos filhos (tendo-se o cuidado para que determinadas lembranças não tragam sofrimento intenso); produção de respostas aos questionamentos feitos pelos filhos sobre a intimidade conjugal; desempenho do posicionamento e papel de pai, desempenho do papel de mãe (quando necessário); oferecimento de uma educação voltada para o compromisso com a verdade/honestidade; incentivo de práticas não preconceituosas, e por último; a paternagem requer a busca de informações científicas que auxiliem nas decisões tomadas em família, diminuindo, assim, os riscos futuros dos pais serem responsáveis por possíveis danos causados aos filhos em função da homoparentalidade.

Por outro lado, o sentido de filiação adotiva produzido pelas crianças entrevistadas possui como significação ser escolhido e amado pelos pais, destacando-se ainda os sentimentos de ambigüidade em relação ao pai biológico, ou seja, ao mesmo tempo em que desejam sua aproximação, temem que ele os retire do convívio com os pais adotivos.

Nesta família não se verificou a presença de mitos em relação à adoção, supõe-se que isto aconteça porque se trata de um ambiente aberto à busca de diálogos e informações, existindo um contexto de reflexões intensas que envolvem as práticas produzidas. Entretanto, no que se refere aos preconceitos sociais, a família homoafetiva provoca um estranhamento social que as outras famílias estudadas não sofrem. Havendo

a preocupação em orientar os filhos a não ser preconceituosos com homossexuais e em não estimular a homossexualidade nos filhos.

Com relação à família biparental, a motivação para a adoção tem como eixo fundador dos sentidos de ser mãe e pai de uma menina uma vez que a gravidez biológica trouxe apenas filhos do sexo masculino. Os sentidos atribuídos à maternagem envolvem as práticas de não permitir que a história de origem da filha seja apagada; desenvolver o papel e o posicionamento de mãe; conviver com o receio de que a filha tenha herdado algum componente genético maléfico dos genitores e, por último; a prática da maternagem ser prejudicada pela falta de um referencial biológico da criança adotiva.

Em relação ao sentido de paternagem foi observado que apesar do pai entrevistado apresentar dificuldade para aceitar a história de origem da filha, dedica-se para se fazer presente e acompanhar o seu dia-a-dia. A promoção do sustento familiar e de atividade de lazer se destaca durante a significação construída pelo pai adotivo entrevistado. Por outro lado, para a mãe adotiva a prática da paternagem sofre variações de acordo com a idade do pai, podendo ser menos intensa quando este possui por volta dos cinquenta anos.

No que se refere aos sentidos de filiação adotiva, o sentido de filho adotivo se relaciona com a falta de amor dos genitores, havendo uma dificuldade de integrar a história passada de abandono com a história atual de adoção. Para o pai, a palavra “adotiva” possui o sentido de que a criança não pertence à família adotiva, sendo discriminatória e excludente. Finalmente, para a mãe a criança adotiva carrega uma marca de ter sido rejeitada pelos seus pais biológicos.

Em relação aos mitos construídos pela família biparental, tem-se o mito pela herança genética patológica, em que os maus desempenhos da filha aparecem relacionados com a carga genética maléfica herdada pelos genitores.

Outra observação importante realizada durante a apreensão dos sentidos nas três configurações familiares estudadas, diz respeito ao uso de figuras de linguagem (metáfora, metonímia e eufemismos) produzidas nas diferentes configurações familiares. A família monoparental faz uso do eufemismo, enquanto a família homoafetiva constrói um enunciado com a presença de metonímia e, finalmente, a família biparental utiliza a metáfora nas relações discursivas. Este acontecimento relacionado com os sentidos produzidos pelas famílias envolvidas, demonstra que o tipo de configuração familiar (monoparental, biparental e homoafetiva) é um dos fatores orienta os sentidos produzidos acerca da maternagem, paternagem e filiação adotiva, interferindo nos processos de subjetivação dos envolvidos.

No que se refere às dificuldades encontradas durante a realização dos procedimentos metodológicos adotados, verificou-se que algumas vezes a produção de sentidos não se dava entre os familiares, mas sim pelos familiares. Por exemplo, os filhos adotivos entrevistados não constroem sentidos acerca da maternagem e paternagem, apenas falam a respeito da significação de filho. Restando, assim, questões a serem feitas e sentidos a serem apreendidos. Com base nos resultados encontrados, futuros trabalhos poderão explorar ainda mais a movimentação entre estes sentidos produzidos, fazendo uso de narrativas que explorem mais as relações de maternagem e a paternagem desempenhada pelos pais adotivos.

O estudo desenvolvido se aproxima das pesquisas realizadas por Costa e Rossetti-Ferreira (2007) e Andrade, Costa e Rossetti-Ferreira (2006), na medida em que os três estudos se propõem a investigar as significações produzidas pelos pais durante o

processo de tornar-se pai/mãe. No entanto, a presente pesquisa amplia o foco de discussão ao acrescentar as significações acerca do sentido de filiação produzidas entre pais e filhos, e ao considerar a produção de sentidos em diferentes configurações familiares (monoparental, biparental e homoafetiva). Além disso, faz-se a inclusão de uma análise que se baseia também na definição das figuras de linguagem construídas pelas famílias participantes, sendo este um recurso a mais que foi utilizado para complementar as análises feitas. Os resultados encontrados nas pesquisas de Costa e Rosseti-Ferreira (2007) e Andrade, Costa e Rossetti-Ferreira (2006) foram descritos nos capítulos três e quatro deste estudo.

No que se refere à relação desta pesquisa com a Psicologia Cognitiva considera-se que as construções de significado e sentido foram abordadas de maneira a privilegiar a apreensão das singularidades do ser humano que se constituem em uma relação dialética com o social e a história. Isto é, existe uma ênfase dada ao sujeito ativo e no caráter relacional de sua construção, bem como na construção negociada do sentido, considerando-se tanto o princípio dialógico quanto os elementos sociais e históricos que formam o contexto onde as práticas são compartilhadas.

Por fim, espera-se que o estudo tenha contribuído para a compreensão dos sentidos de maternagem, paternagem e filiação por adoção, sendo útil não só para futuros estudos e profissionais que lidam com o assunto, mas também para favorecer as relações entre pais e filhos por adoção.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Wanda; OZELLA, Sergio. Núcleos de significação como instrumento para a apreensão da constituição dos sentidos. **Psicologia Ciência e Profissão**, p.1-23 jun.2006.

AGUIAR, Wanda Maria. J. (Org.). **Sentidos e significados do professor na perspectiva sócio-histórica: relatos de pesquisa**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006, p.11-22.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003, (Data de publicação original:1929), p. 158-184.

_____. El problema del texto en la lingüística, la filología y otras ciências humanas. Ensayo de Análisis filosófico. In: _____. **Estética de la creación verbal**. 2.ed. Mexico: Siglo Veintiuno, 1985.

BOWLBY, John. **Apego e perda: Tristeza e depressão**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004, 3.v., p.309-314.

BRAIT, Beth; MELO, Rosineide de. Enunciado, enunciado concreto e enunciação. In: BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin: Conceitos Chaves**. São Paulo: Contexto, 2007, p. 61-77.

BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin, Dialogismo e Construção do Sentido**. 2.ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2005, p.249-313.

BRÍGIDO, Carolina. Sonho de Bebê ideal atrapalha adoções. **Jornal do Commercio**, Recife, 10 de ag. 2008. Família, p.16.

BRUNNER, Jerome. **Atos de significação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997, p. 15-34.

CAMARGO, Mário L. **Adoção Tardia: mitos, medos e expectativas**. São Paulo: Edusc, 2006, p. 47-116.

CARVALHO, Maria C. N. (Org.). **Psicologia Jurídica: Temas de aplicação**. Curitiba: Juruá, 2008, p.93-132.

CLEMENT, René. "Monoparentalité et 'dysparentalité'", In: FAVRE, Dominique e SAVET, Alain (eds.), **Autrement . Parents au singulier. Monoparentalités: échec ou défi?**, n. 134, 1993, p. 126-132.

DAHLET, Patrick. Dialogização Enunciativa e paisagens do sujeito. In: BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin, Dialogismo e Construção do Sentido**. 2.ed. São Paulo: UNICAMP, 2005, p.55-83.

DE SINGLY, François; DESCOUTURES, Virginie. "LA vie en famille homoparentale", In: GROSS, Martine (dir.) **Homoparentalités, état des lieux**, Paris: ESF, 2000, p. 193-206.

FIGUEIRÊDO, Luz Carlos B. **Adoção Internacional: a Convenção de Haia e a normativa brasileira – Doutrina e Prática – uniformização de procedimentos**. Curitiba: Juruá, 2002.

_____. **Adoção para Homossexuais**. Curitiba: Juruá, 2008, 146p.

FREITAS, Maria T. A. In: BRAIT, B. **Bakhtin, Dialogismo e Construção do Sentido**. 2ªed. Campinas, SP: UNICAMP, 2005, p.295-313.

GAILEY, C. W. Ideologies of motherhood and kinship, In US adoption. In H. Ragoné & F. Twine (Eds.), **Ideologies of motherhood**. New York: Routledge, p. 11-55, 2000.

GUILLOT, Caroline; NEYRAND, Gérard. "Le parent seul, l'enfant, la société". In: FAVRE, Dominique e SAVET, Alain (eds.), **Autrement . Parents au singulier. Monoparentalités: échec ou défi?**, n° 134, 1993, p. 50-61.

GUEIROS, Dalva A. **Adoção Consentida: do desenvolvimento social da família à prática de adoção aberta**. São Paulo: Cortez, 2007, p.19-37.

HAMAD, N. **A criança adotiva e suas famílias**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2002.

HOUZEL, Didier. As implicações da parentalidade. In: SOLIS-LONDON, Letícia (Org.). **Ser pai, ser mãe, parentalidade: um desafio do terceiro milênio**. São Paulo:Casa do Psicólogo, 2004, p. 47-51.

KAËS, R. **Filiation et affiliation. Em Le divan familial**. Paris: In Press, 2000, p. 45-56.

LAUFER, Thelma K. **Bebê do coração**. São Paulo: Callis, 2002, p.23.

LEBOVICI, Serge. "Du côté de l'enfant", In: FAVRE, Dominique e SAVET, Alain (eds.), **Autrement . Parents au singulier. Monoparentalités: échec ou défi?**, no 134, 1993, p. 114-125.

LEVINZON, Gina K. **Adoção: Clínica Psicanalítica**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004., p.11-134.

LIMA, Rocha. **Gramática normativa da língua portuguesa**.35.ed. Rio de Janeiro:José Olympio, 1998, p.499-519.

MEIRA, Luciano; Pinheiro, Marina. **Produção de sentidos no uso que se faz de gráficos. Estudos de Psicologia**, Natal, 2006.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília: Assessoria de Comunicação Social, 2005. 77p.

MORATO, Edwiges M. **Linguagem e Cognição: as reflexões de L. S.Vygotsky sobre a ação reguladora da linguagem**. 2. Ed. São Paulo: Plexus, 2002, p.13-95.

_____. Vygotski e a perspectiva enunciativa da relação entre linguagem, cognição e mundo social. **Educação e Sociedade**, ano XXI, nº 71, Jul. 2000, p. 149-164.

OLIVEIRA, Marta K. **Vygotsky: Aprendizado e Desenvolvimento – Um Processo Sócio-histórico**. São Paulo: Scipione, 1997.

PARKES, Colin M. **Luto: estudos sobre a perda na vida adulta**. São Paulo: Summus, 1998, p.31 -48.

PASSOS, Maria C. Homoparentalidade: Uma entre outras formas de ser família. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, vol.17, 2005, p. 31-40.

_____. A família não é mais aquela: alguns indicadores para pensar suas transformações. In: FÉRES-CARNEIRO, Terezinha (Org.). **Família e Casal: Arranjos e demandas contemporâneas**. São Paulo: Puc Rio, 2003, p.13-25.

PINHEIRO, Maria H.C.; ALVES, Zélia M. M. B. A família como base. In: WEBER, L. **Família e desenvolvimento: Visões interdisciplinares**. Curitiba: Juruá, 2008, p.21-34.

PRADO, Alessandra; VIEIRA, Mauro. Bases Biológicas e influências culturais relacionadas ao comportamento parental. In: Revista de Ciências Humanas, Florianópolis, n.34, p.313-331, out. 2003.

PUZIREI, A. Lev S.Vigotski: Manuscrito de 1929. **Educação e Sociedade**. n. 71, p.21-43, jun. 2002.

RICKETSS, W; ACHTENBERG, R. Adoption and foster parenting for lesbians and gay man: Creating new traditions in family. **Marriage and Family Review**, 14 (3-4), p. 83-118, 1989.

ROSSETTI-FERREIRA, Maria C.; COSTA, Nina Rosa A. Tornar-se Pai e Mãe em um Processo de Adoção Tardia. **Revista Psicologia Reflexão e Crítica**, São Paulo, vol.20, p. 415-434, 2007.

ROSSETTI-FERREIRA, Maria C.; COSTA, Nina Rosa A.; ANDRADE, Raylla P. Significações da Paternidade Adotiva:Um estudo de caso. **Revista Psicologia Reflexão e Crítica**, São Paulo, vol.16, 2006, p. 241-252.

ROSSETTI-FERREIRA, Maria C.; AMORIM, Kátia S.; SILVA, Ana Paula S.; CARVALHO, Ana M. A. **Rede de Significações e o estudo do desenvolvimento humano**. Porto Alegre: Artmed, 2004, p.24-49.

ROSENBERG, E. B. **The adaption life cycle: the children and their families through the years**. New York; The Free Press, 1992.

SÁ, Eduardo; CUNHA, Maria J. A fertilização do sonho. In: FREIRE, Fernando. **Adoção e abandono III**. Curitiba: Vicentina, 2001.

SCHETTINI, Luz; SCHETTINI, Suzana. **Adoção: os vários lados dessa história**. Recife: Bagaço, 2006, p.147-193 .

SCHETTINI, Suzana; AMAZONAS, Maria Cristina; DIAS, Cristina Maria. Famílias Adotivas: Identidade e diferença. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 2, p. 285-293, 2006.

SOLIS-PONTON, Leticia. A construção da parentalidade. In: SOLIS-PONTON, Leticia (Org.). **Ser pai, ser mãe, parentalidade: um desafio do terceiro milênio**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004, p. 47-51.

TEIXEIRA, Marcionila. Decisão inédita garante adoção a homossexuais. **Diário de Pernambuco**, Recife, 9 de out. 2008, Vida Urbana, caderno Justiça, p. C4.

UZIEL, Anna P. **Homossexualidade e Adoção**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007, p.13-137.

VARGAS, Marlizete M. **Adoção Tardia: da família sonhada à família possível**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998, p.17-40.

VIERA, Joyce. **Os filhos que escolhemos: discursos e práticas da adoção em camadas médias**. UFCH -UNICAMP: Campinas, 2004, 192p.

VIGOTSKI, Lev. **A Construção do Pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p.395 - 486.

_____. **Pensamento e Linguagem**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1998.

_____. Consciousness as a problem in the psychology of behavior. *Soviet Psychology*, v.4, 1979, p. 3-35.

WEBER, Lidia. **Pais e Filhos por Adoção no Brasil**. Curitiba: Juruá, 2007, p.21-82.

_____. **Famílias e desenvolvimento: visões interdisciplinares**. Curitiba: Juruá, 2009, p. 21-34.

WEBER, Lidia.; CORNÉLIO, S. Filhos adotivos: amores ou dissabores? **Revista de Ciências Humanas**, nº 4, p.119-164, 1995.

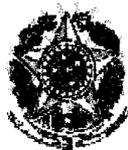
WEBER, Lídia; GAGNO, A. In: X CONGRESSO DE PSIQUIATRIA, 1995, Curitiba. **Onde estão os vínculos afetivos das crianças institucionalizadas?** Curitiba: Caderno de Resumos, 1995.

WEBER, L.; GAGNO, A.; CORNÉLIO, S. e SILVA, M. In: 46^o REUNIÃO ANUAL PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA, 1994, Vitória. **Adoção: Pré-conceitos, conceitos e pós-conceitos.** Vitória: SBPC, 1994.

WEBER, Lídia; KOSSOBUDZKI, Lúcia. **Filhos da Solidão: Institucionalização, Abandono e Adoção.** Curitiba: Governo do Estado do Paraná, 1996.

ANEXOS

**ANEXO A - Carta de Aprovação do
Comitê de Ética**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
Comitê de Ética em Pesquisa

Of. N.º 132/2008 - CEP/CCS

Recife, 09 de maio de 2008

Registro do SISNEP FR – 183733

CAAE – 0079.0.172.000-08

Registro CEP/CCS/UFPE Nº 081/08

Título: “Adoção Tardia: Produção de sentido acerca da maternagem, paternagem e filiação”

Pesquisador Responsável: Fabiana de Souza e Silva Dantas

Senhora Pesquisadora:

Informamos que o Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo seres humanos do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal de Pernambuco (CEP/CCS/UFPE) registrou e analisou, de acordo com a Resolução N.º 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, o protocolo de pesquisa em epígrafe, aprovando-o e liberando-o para início da coleta de dados em 07 de maio de 2008.

Ressaltamos que o pesquisador responsável deverá apresentar relatório ao final da pesquisa (31/03/2009).

Atenciosamente


Prof. Geraldo Bosco Lindoso Couto
Coordenador do CEP/CCS/UFPE

A
Mestranda Fabiana de Souza e Silva Dantas
Pós-Graduação em Psicologia Cognitiva – CFCH/UFPE

ANEXO B - Considerações éticas sobre o estudo

CONSIDERAÇÕES ÉTICAS SOBRE O ESTUDO

Os princípios éticos da pesquisa concernem à proteção dos direitos, bem-estar e dignidade dos participantes. Em atenção a tais princípios, a pesquisadora está atenta a possíveis implicações éticas ou legais relativas ao presente estudo. Este prevê a realização de procedimentos, descritos na Metodologia, que estão de acordo com a resolução do Conselho Federal de Psicologia nº 016/2000, sobre a realização de Pesquisa com seres humanos. De acordo com seu artigo terceiro, “é obrigação do responsável pela pesquisa avaliar os riscos envolvidos, tanto pelos procedimentos, como pela divulgação dos resultados, com objetivo de proteger os participantes e os grupos ou comunidades às quais eles pertencem”.

Os princípios éticos centrais para a pesquisa em psicologia podem ser agrupados em três eixos: consentimento informado, minimização de potenciais prejuízos ou privação de benefícios, e garantia de confidencialidade e proteção de privacidade (BARKER; PISTRANG; ELLIOT, 1994). O consentimento informado refere-se à revelação, por parte do pesquisador, dos princípios, objetivos e procedimentos do estudo, possibilitando à pessoa uma decisão livre e informada sobre sua participação. De acordo com os autores, o consentimento deve conter, no mínimo: uma descrição dos procedimentos do estudo; explicação dos potenciais de riscos e benefícios; o oferecimento, por parte do pesquisador, para responder qualquer questão a qualquer momento; garantia de que o participante poderá retirar seu consentimento a qualquer momento; e um espaço para a assinatura do participante.

Quanto à minimização de potenciais prejuízos, no presente estudo, seus riscos são mínimos do ponto de vista psicológico, mas caso algum participante mostre desconforto ou reações emocionais durante a entrevista esta será interrompida e se fará um trabalho de escuta voltado para o problema emergente. Entretanto, ressalta-se que os ganhos advindos de uma pesquisa desta natureza serão maiores, uma vez que se trata de um tema de relevância social no campo da Psicologia na medida em que se considera que os sentidos produzidos entre pais e filhos dialogam entre si, enquanto, a maioria dos estudos existentes sobre adoção restringem a atenção para pais ou filhos separadamente. Além disso, destaca-se a importância que a adoção, em especial a tardia, tem ocupado na contemporaneidade. Assim, os resultados desta pesquisa poderão contribuir na produção de conhecimento nas áreas da Psicologia do Desenvolvimento, e na instrumentalização dos profissionais que trabalham com adoção.

No que diz respeito à garantia de confidencialidade e proteção da privacidade, garantir-se-á o não acesso dos dados dos participantes a terceiros, bem como se respeitará o direito destes negarem informações de fórum íntimo. Neste estudo, dois direitos serão garantidos no Consentimento Livre e Esclarecido (Anexos B e C): esclarecimento acerca dos objetivos da pesquisa, bem como o direito dos participantes de se retirarem do estudo a qualquer momento. A pesquisadora informará seu nome e telefone, colocando-se a responder quaisquer dúvidas. O termo de consentimento livre e esclarecido será assinado em duas vias, permanecendo uma com as pesquisadoras e a outra com os responsáveis pelos participantes.

**ANEXO C - Termo de Consentimento
para menores de 18 anos**

Termo de consentimento Livre e Esclarecido para menores de 18 anos.**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**

Centro de Educação
 Departamento de Psicologia e Orientação Educacionais
 Recife PE | 50670-901 | Brasil
 Fone e Fax: 55 [81] 2126 8323
 www.ufpe.br

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pelo presente consentimento, declaro que fui informado, de forma clara e detalhada, dos objetivos e da justificativa do presente Projeto de Pesquisa, o qual objetiva investigar os sentidos produzidos entre pais e filhos adotivos sobre a maternagem, paternagem e filiação a partir dos vínculos afetivos já estabelecidos. Tenho conhecimento de que receberei resposta a qualquer dúvida sobre os procedimentos e outros assuntos relacionados com essa pesquisa. Também terei total liberdade para retirar meu consentimento, a qualquer momento, podendo meu filho deixar de participar do estudo, sem que isto traga prejuízo ao atendimento prestado na Clínica de Psicologia da Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP. Tenho consciência ainda que os riscos do ponto de vista psicológico são mínimos, como por exemplo, constrangimento e desconforto pessoal em situação de entrevista; contrapondo-se aos benefícios que são superiores, uma vez que os resultados desta pesquisa poderão contribuir na produção de conhecimento nas áreas da Psicologia do Desenvolvimento, e na instrumentalização dos profissionais que trabalham com adoção e podem prestar orientações mais eficazes a estas famílias.

Concordo que meu filho participe desse estudo, bem como autorizo, para fins exclusivamente de pesquisa, a utilização dos dados coletados durante as sessões de entrevista e leitura. Esses protocolos ficarão à disposição da Universidade para outros estudos, sempre respeitando o caráter confidencial das informações registradas e o sigilo de identificação do participante. Os dados serão arquivados na Universidade Federal de Pernambuco, e serão destruídos depois decorrido o prazo de 05 (cinco) anos.

As pesquisadoras responsáveis por esse projeto são **Fabiana de Souza e Silva Dantas** e **Sandra Patrícia Ataíde Ferreira** que poderá ser contatada pelo telefone 2126 8323.

Data: / /

Eu _____ autorizo o menor _____
 _____ a participar desta pesquisa.

Assinatura do responsável:.....

1ª Testemunha:

2ª Testemunha:

ANEXO D - Termo de consentimento
para pais participantes da pesquisa

Termo de consentimento para pais participantes da pesquisa.**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**

Centro de Educação
 Departamento de Psicologia e Orientação Educacionais
 Recife PE | 50670-901 | Brasil
 Fone e Fax: 55 [81] 2126 8323
 www.ufpe.br

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Estou sendo convidado a participar do presente projeto de pesquisa que tem como objetivo geral investigar os sentidos produzidos pelos pais e filhos adotivos sobre a maternagem, paternagem e filiação a partir dos vínculos afetivos já estabelecidos. Tenho conhecimento de que receberei resposta a qualquer dúvida sobre os procedimentos e outros assuntos relacionados com essa pesquisa. Também terei total liberdade para retirar meu consentimento a qualquer momento. Tenho consciência ainda que os riscos do ponto de vista psicológico são mínimos, como por exemplo, constrangimento e desconforto pessoal em situação de entrevista; contrapondo-se aos benefícios que são superiores, uma vez que se trata de um tema de relevância social no campo da Psicologia na medida em que se considera que os sentidos produzidos entre pais e filhos dialogam entre si, enquanto, a maioria dos estudos existentes sobre adoção restringem a atenção para pais ou filhos separadamente. Os resultados desta pesquisa poderão contribuir na produção de conhecimento nas áreas da Psicologia do Desenvolvimento, e na instrumentalização dos profissionais que trabalham com adoção e podem prestar orientações mais eficazes a estas famílias.

Autorizo para fins exclusivamente de pesquisa, a utilização dos dados coletados durante as sessões de entrevista e leitura. Esses protocolos ficarão à disposição da Universidade para outros estudos, sempre respeitando o caráter confidencial das informações registradas e o sigilo de identificação do participante. Os dados serão arquivados na Universidade Federal de Pernambuco, e serão destruídos depois decorrido o prazo de 05 (cinco) anos.

As pesquisadoras responsáveis por esse projeto são **Fabiana de Souza e Silva Dantas** e **Sandra Patrícia Ataíde Ferreira** que poderão ser contatadas pelo telefone 2126 8323.

Data: / /

Nome do participante:

Assinatura do participante:.....

1^a. Testemunha:

2^a. Testemunha:

Sandra Patrícia Ataíde Ferreira

Fabiana de Souza e Silva Dantas

ANEXO E - Legenda de figuras

LEGENDA DE FIGURAS:

FIGURA 1 – *Bebê do Coração* (Laufer, 2002, p.8-9).

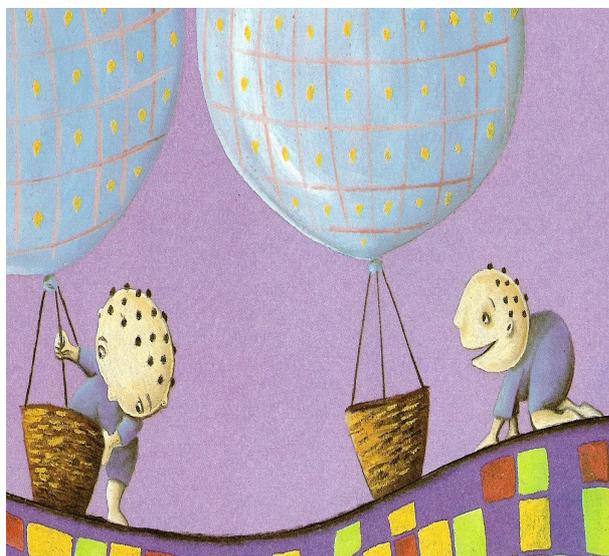


Todo mundo tinha um bebê,
menos eles,
Mas o que fazer?



Num certo dia,
O casal teve uma grande idéia!
“Vamos adotar um bebê!?”

FIGURA 2 – *Bebê do Coração*, (Laufer, 2002, p.16-17).



Talvez os pais biológicos fossem muito
jovens, talvez eles tenham morrido



Talvez eles não tivessem condições
para cuidar do bebê.
O fato é que eles acharam que para
o bebê seria o melhor.

ANEXO F - Ilustrações do texto

ILUSTRAÇÕES DO TEXTO

FIGURA 1 – Os pais arrumaram o quarto.

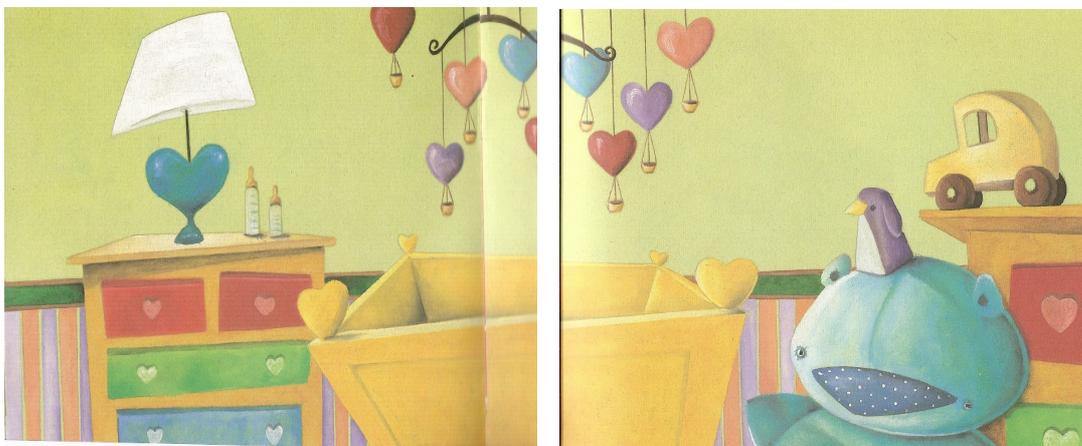


FIGURA 2 – Os pais foram buscar o bebê.



FIGURA 3 – Os pais seguraram o bebê voador.

